

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/12/2023 a 31/12/2023

**Indexação:** "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/73

---

260.2023	Sessão Ordinária - CD	05/12/2023-18:00
Publ.: DCD - 12/6/2023 - José Nelto-PP -GO		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

O Deputado pediu o apoio de todas as bancadas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste para preservar os incentivos fiscais que sustentam a CAO A, em Anápolis, e a Mitsubishi, em Catalão, em Goiás. Destacou a importância dessa luta, iniciada pelo ex-Governador Maguito Vilela e pelo atual Prefeito de Catalão, Adib Elias. Alertou sobre a iminência da reforma tributária e enfatizou a necessidade de proteger a indústria automobilística em Goiás.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (Bloco/PP - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou lutando neste Parlamento e quero pedir o apoio de todas as bancadas do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e também do Sul e do Sudeste do Brasil. Goiás, assim como o Nordeste, não pode perder os incentivos fiscais para manter a CAO A, em Anápolis, e a Mitsubishi, em Catalão. Essa foi uma luta do ex-Governador Maguito Vilela e do ex-Deputado Estadual, meu colega e hoje Prefeito de Catalão, Adib Elias.

Quero dizer aos colegas Parlamentares que a reforma tributária já está de volta. Vamos debatê-la neste Parlamento, mas vamos salvar a indústria automobilística do Estado de Goiás — a Mitsubishi, em Catalão, e a CAO A, em Anápolis.

Presidente, peço a V.Exa. que conste meu pronunciamento no programa *a Voz do Brasil*.

---

Documento 2/73

---

260.2023	Sessão Ordinária - CD	05/12/2023-18:52
Publ.: DCD - 12/6/2023 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	

---

**Sumário**

O Deputado fez um apelo aos Parlamentares, especialmente aqueles das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, em relação a um tema da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45. Mencionou a cidade de Goiana, em Pernambuco, que faz fronteira com a Paraíba e abriga uma fábrica da Jeep, que gerou empregos diretos e indiretos na região. Expressou sua preocupação de que, se um destaque não for aprovado, esses empregos poderiam ser perdidos. Argumentou que é importante aquecer a economia e criar empregos para libertar o Nordeste do Partido dos Trabalhadores (PT). Enfatizou a necessidade de unir o país em torno do desenvolvimento econômico e da liberdade.

---

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a PEC 45 virá para este plenário e é parecida com este tema. Eu peço aos Parlamentares que se atentem, em especial os da bancada do Nordeste, do Sul, do Sudeste e de todo o Brasil. Somos um só povo.

Quero explicar a vocês mais uma vez, em especial ao Deputado Gilson, do NOVO. Eu sou da Paraíba, e lá na Paraíba existe uma cidade vizinha, a cidade de Goiana, que é do Estado de Pernambuco e faz fronteira com o outro Estado. Lá está a fábrica da Jeep, que trouxe 20 mil empregos diretos e 60 mil empregos indiretos. E se nós não aprovarmos esse destaque iremos perder todos esses empregos.

Sabe o que vai acontecer, Deputada Julia? Não querem por conta da mão de obra, por conta do serviço qualificado, por conta da distância da produção... Como vamos melhorar, se o PT quer o Nordeste desse jeito, como curral de votos?

Então, peço a vocês que abram a mente. Nós precisamos libertar o Nordeste do PT. E para libertar o Nordeste do PT precisamos aquecer a economia através de empregos para as pessoas serem livres e darem o grito de liberdade.

Viva o Nordeste! Viva o Brasil!

---

Documento 3/73

260.2023

Publ.: DCD - 12/6/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Chico Alencar-PSOL -RJ

05/12/2023-20:12

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

**Sumário**

O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2023, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. Ele expressou sua contrariedade à bitributação, destacando a necessidade de esclarecimentos diante da iminente reforma tributária em discussão no Congresso.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É óbvio que somos contra a bitributação.

Mas há uma indagação. Nós temos uma reforma tributária que saiu desta Casa, foi para o Senado e está esperando a apreciação aqui. A indagação é se essa alternativa da tributação não vai justificar a legalização de um engodo que muitas vezes as empresas têm como benefício.

A nossa reflexão prossegue. Nós vamos liberar a bancada.

---

Documento 4/73

---

261.2023	Sessão Ordinária - CD	06/12/2023-15:52
Publ.: DCD - 12/7/2023 -	Fausto Pinato-PP -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado expressou sua indignação em relação aos benefícios fiscais concedidos à Stellantis, proprietária da Fiat, no contexto da Lei nº 9.440 de 1997. Criticou a prorrogação desses benefícios sem avaliação eficaz de seu impacto positivo para o País, destacando a remessa de lucros da empresa para a Itália e salários mais baixos para os trabalhadores. Argumentou que essa política tem custado bilhões aos pagadores de impostos, prejudicando o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Alertou sobre a inclusão de emendas controversas na reforma tributária e defendeu a revisão desses benefícios em prol do desenvolvimento equitativo e tecnologias sustentáveis.

---

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PP - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita indignação que eu começo este discurso e, ao longo dele, tenho certeza de que V.Exas. me darão razão.

Em 1997, a Lei nº 9.440 estabeleceu um benefício tributário de redução do IPI como incentivo econômico para que montadoras e fornecedores de peças automotivas se instalassem nas Regiões Norte e Nordeste. Na ocasião, houve um período de apenas 1 mês para que as empresas pudessem se cadastrar no programa. Desde então, nenhuma outra montadora — leia-se: nenhuma outra montadora — pôde se cadastrar para fazer jus ao benefício.

A Stellantis, dona da Fiat, comprou esses CNPJs cadastrados em 1997 e, em 2010, se instalou no Município de Goiana, Estado de Pernambuco, conseguindo que o incentivo durasse por 5 anos. Ressalto que esse é o tempo suficiente para realizar todos os investimentos necessários e, não à toa, é o tempo dado para todos os incentivos tributários desse porte.

Desde então, Sr. Presidente, a Stellantis tem trabalhado para garantir a redução do IPI, para que continue sendo prorrogado indefinitivamente e para que nenhuma outra montadora faça jus a esse benefício.

Outra empresa que tinha o mesmo direito e o mesmo benefício foi a Ford, que, mesmo recebendo 20 milhões do Governo por conta dessa lei, foi embora do Brasil e abandonou a planta de Camaçari, na Bahia, sem devolver os valores ao Governo Federal e deixando um rastro de desemprego no País.

No início deste ano, um acórdão do TCU, aprovado por unanimidade, demonstrou, após intenso estudo, que esse incentivo custa 5 bilhões de reais por ano para os pagadores de impostos e já consumiu mais de 50 bilhões de reais — leia-se: mais de 50 bilhões de reais — desde 2010.

O relatório ainda aponta que o Governo Federal não sabe se esses 5 bilhões de reais estão realmente gerando algum benefício para o País. Pasmem! Além disso, o TCU, que é um órgão auxiliar desta Casa, apontou que a fábrica Stellantis, instalada em Goiana, Estado de Pernambuco, só impactou o Município onde foi instalada e não a Região Nordeste, como eles costumam dizer por aí. Sabem o que é pior, Deputados e Deputadas? Esse mesmo relatório do TCU demonstra que essa política pública, abre aspas, "*gera baixos resultados, como o alto custo mensal de 34,4 mil reais por emprego gerado*". Ou seja, os empregos gerados lá custam 34.400 reais por mês na planta fabril do Grupo Stellantis, no Município de Goiana, Estado de Pernambuco, sem que, com isso, tenham ocorrido alterações significativas na realidade socioeconômica deste Município, um custo que é redistribuído para todos os demais pagadores de impostos.

Sabem o que isso quer dizer, Srs. Deputados e Deputadas? Que todos nós brasileiros estamos pagando o lucro que a Stellantis envia semestralmente para a Itália. Sim, eles remeteram neste primeiro semestre 5 bilhões de lucro para a Itália. V.Exas. acham que eles diminuem o preço dos carros para o consumidor final? Não, pois isso diminuiria o lucro deles.

A situação só piora. Esses valores, que vão para uma única montadora do País,

reduzem significativamente o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios. Cito como exemplo um Estado, porque todos perdem, inclusive o Nordeste. O Maranhão perde de FPE 363 milhões de reais. Será que o Maranhão, com o povo passando fome, pode perder esse dinheiro como outros Estados? Sabe quanto perde de FPM, Sr. Presidente? Ele perde 217 milhões de reais. E esses valores não sou eu que estou dizendo, são com base no relatório do TCU e devem nortear esta Casa.

Sabem quais são os lugares do País mais beneficiados pelo FPE e FPM? Os mais pobres. Uma montadora está tirando dinheiro dos mais pobres do País, vergonhosamente, para remeter em lucros para a Itália. O meu Estado de São Paulo está perdendo de FPE — aqui vai um alerta ao Governador Tarcísio — 841 milhões de reais, entre FPE e FPM, só na última revogação de 5 anos. Esse dinheiro deveria estar sendo destinado para creche, hospital e segurança pública. Mas não está. Esse dinheiro está indo todo para o bolso da gente rica lá da Itália — e olha que eu sou descendente de italiano.

Mas a situação ainda piora. Essa pauta não é de esquerda nem de direita, é uma pauta Brasil. Estamos sendo enganados, vítimas do estelionatário dessa empresa que representa a Fiat no Brasil. Quem trabalha nessa fábrica do Município de Goiânia recebe lá 40% a menos do que os trabalhadores das fábricas espalhadas pelo País — 40% a menos! E a jornada de trabalho deles — pasmem, aqui vai para a Esquerda — é de 44 horas, sendo que para o restante do País é de 40 horas. É quase um trabalho escravo.

De novo, não sou eu quem estou dizendo isso, são os sindicatos dos metalúrgicos, em especial do ABC Paulista, o Presidente Moisés, onde o Presidente Lula começou a carreira política, inclusive.

Mais um absurdo: a Stellantis conseguiu uma decisão no STJ e usa todo o excedente gerado de imposto lá em Pernambuco, nas fábricas deles em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. E quem defende o benefício diz que ele é regional.

Mais uma vez, como está o caso da Pepsi, que foi embora, se for para roubar o País e gerar prejuízo, que vá embora, mas que não prejudique o interesse do País.

Daí começamos a discutir a reforma tributária aqui na Câmara. Nos 45 minutos do segundo tempo, entra uma emenda aglutinativa, criminosa, em uma PEC prorrogando esse benefício da Stellantis, que eu chamo de "bolsa Fiat", bolsa aos italianos, que estão lá na Europa, para 2032. Vejam só, eles estão com incentivo desde 2010 e, desde então, conseguem prorrogar o incentivo, garantindo já até 2025, e querem receber mais "bolsa Fiat", "bolsa Itália", até 2032. Graças a Deus, foi o único ponto derrubado aqui na Câmara em um destaque que vencemos por um voto, e esse absurdo não chegou ao Senado.

Daí fomos à China no início do ano. Eu estava lá com o Presidente Lula, que fez um compromisso com a BYD para trazer a montadora para o Brasil e

resolver a planta abandonada de Camaçari pela Ford, que pegou dinheiro público e nos abandonou. Repito, recebeu esse benefício e, mesmo assim, saiu do País. Trazer esse tipo de empresa é muito bom para o Brasil, e todos os países do mundo dão incentivos para montadoras desse porte fazerem investimentos iniciais e temporários.

No Senado foi incluído no texto que esse benefício fosse utilizado exclusivamente para novas tecnologias, como híbridos e elétricos, contemplando a vinda da BYD para o Brasil, que só vai produzir esse tipo de veículo. Importante e concordo. Eis que, de novo, aos 45 segundos do segundo tempo — e aqui eu quero fazer um parêntese porque o "jabuti" foi tão incluído de última hora que até a letra estava diferente do resto do texto, poderiam até mandar fazer uma perícia, uma investigação —, incluíram no texto que pode, sim, utilizar o benefício para motor a combustão.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, todo mundo sabe que os combustíveis brasileiros utilizam um percentual de biocombustível para ficar menos feio. Daí incluíram no "jabuti" a palavra "biocombustível", duvidando da inteligência dos nobres Deputados e da equipe técnica do TCU. Estão tentando nos fazer de tontos. E esse absurdo passou no Senado. Vergonhosamente passou no Senado! Com todo respeito que tenho aos Senadores, passou pelo Senado e está chegando à Câmara. Há algo de podre no Reino da Dinamarca! Quem conhece o Deputado Fausto Pinato sabe que eu não venho à tribuna para falar besteira, mas sempre para pactuar com o interesse do País e com a verdade.

Enquanto o mundo todo discute aquecimento global, pauta verde, como aconteceu na semana passada aqui na Câmara, a Stellantis, para continuar garantindo que os lucros que todos nós pagamos para eles — ou seja, estamos pagando para ter os caras aqui — sejam remetidos para a Itália, conseguiu colocar esse absurdo no texto que estava no Senado.

Isso vai na contramão do discurso do Presidente Lula na COP, do Presidente do Senado Rodrigo Pacheco e do Presidente Arthur Lira, que são pessoas coerentes! E o Presidente Lula, que fez uma fala emocionada, disse que o Brasil está disposto a liderar pelo exemplo com políticas climáticas ambiciosas! A COP 30 será aqui no Brasil, mas é esse tipo de política de incentivo de veículos a combustão que nós vamos apresentar para os outros países, políticas que sangram o FPE e o FPM e os mais pobres do País, para remeter lucros para a Itália?

Daí sabem o que a Stellantis disse? Que eles vão sair do País se não continuarem a receber o "bolsa Fiat". Nós temos outras montadoras que estão no Brasil há décadas sem receber o "bolsa Fiat" e que continuam aqui. Torço para que eles deixem o País porque, assim, nós os substituímos por outras empresas. É só abrir o edital novamente! A Ford recebia um incentivo e foi embora. Que garantia temos de que eles vão continuar aqui? Que garantia



temos da sobrevivência das outras empresas?

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PP - SP) - Sr. Presidente, peço só mais 1 minuto para terminar, porque é importante essa pauta.

Quando o Parlamento começou a acordar, eles começaram a espalhar *fake news* irresponsáveis, dizendo que outras montadoras recebem o mesmo incentivo na Argentina. Gente, isso é uma política do MERCOSUL! A Stellantis tem fábrica na Argentina e recebe benefício lá também, inclusive. O Presidente da Associação é de lá. O Presidente da Stellantis é de lá. Vocês sabiam disso?

Meus amigos e minhas amigas, eu não podia deixar de pedir a atenção do Governo, do Presidente Lula e desta Casa para olharmos isso com uma lupa. Vamos manter o benefício para quem realmente precisa dele e para desenvolver novas tecnologias limpas. Eu concordo com tecnologia limpa, mas não iremos mais permitir que o "bolsa Fiat" seja aprovado aqui na Câmara. Nós vamos trabalhar para que esse absurdo não se mantenha aqui.

Nós somos contra esses incentivos para o desenvolvimento do Norte e do Nordeste.

A nossa proposta é um destaque supressivo, retirando do texto da reforma tributária benefícios para veículos a combustão. Quero dizer que até o Nordeste tem prejuízo nisso — até o Nordeste. Eu vou fazer Estado por Estado e vou mostrar o prejuízo que nós causamos aqui.

Não somos contra o desenvolvimento do Norte e do Nordeste. Somos a favor. Agora, o que não pode é que uma desculpa demagoga, e, muitas vezes, um jabuti queiram enganar a todos os Estados, inclusive, usando benefício de lá para atingir Minas Gerais. Nós temos que garantir de uma maneira global, evolutiva, e não podemos, em favorecimento de uma única montadora, sacrificar todas as outras do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 5/73

---

261.2023

Sessão Ordinária - CD

06/12/2023-16:20

Publ.: DCD - 12/7/2023 - Adriana Ventura-NOVO -SP

BREVES COMUNICAÇÕES  
BREVES COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

***Sumário***

A Deputada agradeceu a visita do Deputado Estadual Felipe Camozzato à Câmara dos Deputados. Expressou gratidão pela missão do Deputado em discutir preocupações sobre a reforma tributária.

---

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. Eu estou muito feliz porque hoje veio nos visitar, na verdade nem veio nos visitar, mas veio aqui numa missão o nosso querido Deputado Estadual Felipe Camozzato, que, aliás, é um dos primeiros Deputados do partido. A gente brinca aqui que ele carrega a bandeira, é o nosso precursor lá no Rio Grande do Sul, o que muito nos orgulha. Ele veio aqui numa missão, Deputado Pompeo, de conversar com o Relator da reforma tributária, trazendo todas as suas preocupações.

Eu agradeço muito ao nosso Deputado Estadual Felipe Camozzato, que sempre nos honra e sempre nos orgulha muito.

Obrigada, Deputado.

---

Documento 6/73

---

261.2023	Sessão Ordinária - CD	06/12/2023-16:36
Publ.: DCD - 12/7/2023 -	Helder Salomão-PT -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado destacou a necessidade de combater as desigualdades sociais no Brasil, mencionando avanços tímidos na reforma tributária. Ele ressaltou a importância da valorização do salário mínimo, anunciando um reajuste acima da inflação como um passo positivo para as famílias brasileiras, apesar de reconhecer que ainda é insuficiente.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Presidente.

Um dos grandes desafios do Brasil é combater as desigualdades sociais. Há muita desigualdade no nosso País, há muita concentração de renda e riqueza nas mãos de poucas pessoas, de poucas famílias. E é fundamental que nós avancemos no sentido de criar as condições para que efetivamente haja distribuição de renda no País.

Votamos medidas ainda muito tímidas na reforma tributária, taxando quem tem helicóptero, lancha de luxo, iate; votamos as *offshores*. Mas ainda é muito



pouco. Contudo, nós estamos dando passos importantes.

E outro aspecto importante na distribuição de renda é a valorização do salário mínimo. Foi anunciado ontem que o salário mínimo vai, mais uma vez, ser reajustado acima da inflação, com ganho real, com um reajuste de mais de 7,5%. Isso significa que os passos, embora ainda insuficientes, estão sendo retomados no Brasil. Depois de uma estagnação de um lado e de retrocessos de outro, nós voltamos a valorizar a renda do trabalhador, com mais empregos e com reajustes acima da inflação.

Como eu disse, isso ainda é muito pouco. Mas, diante do que nós tínhamos, já é um alento para as famílias brasileiras, que voltam a ter emprego e melhores salários.

Muito obrigado.

---

Documento 7/73

---

270.2023	Sessão Ordinária - CD	12/12/2023-15:24
Publ.: DCD - 12/13/2023	Geovania de Sá-PSDB -SC	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

A Deputada agradeceu ao Deputado Arnaldo Jardim, presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP), por tê-la representado em uma conferência sobre cooperativismo em Honduras. Destacou a importância do setor cooperativista no Brasil e enfatizou o sucesso na manutenção do ato cooperativo na PEC da Reforma Tributária como um exemplo da influência positiva do Congresso Nacional. Em seguida, mencionou o Bairro da Juventude em sua cidade natal, Criciúma, onde foi convidada a ser madrinha de jovens que se formaram em cursos profissionalizantes. Ela elogiou a importância da mão de obra qualificada e parabenizou o Bairro da Juventude, seus líderes e os jovens por oferecerem oportunidades de qualificação profissional.

---

**A SRA. GEOVANIA DE SÁ** (Bloco/PSDB - SC. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, nobre Presidente Charles.

Quero cumprimentar os nobres colegas Deputadas e Deputados.

Eu venho falar de dois assuntos importantes e gostaria de pedir a compreensão

de V.Exa.

Primeiro, quero dizer que eu estive representando a FRENCOOP, a Frente Parlamentar do Cooperativismo, lá em Comayagua, em Honduras, e por isso quero agradecer ao Deputado Arnaldo Jardim, o Presidente da FRENCOOP.

Nós, no Congresso — estou aqui desde 2015 —, trabalhamos muito o setor do cooperativismo, até porque o Brasil tem 20,5 milhões de cooperados. Essa é a importância da força do cooperativismo.

Eu quero agradecer ao Presidente da OCB e também à Tania Zanella, a Superintendente da OCB, que me fizeram essa convocação para estar ali representando o Congresso e falando da incidência de políticas públicas, da importância do cooperativismo, da importância desse relacionamento entre Congresso Nacional, FRENCOOP e OCB, abordando principalmente as pautas fundamentais para a OCB.

Eu posso citar um exemplo que foi *case* de sucesso naquela conferência, Deputado Charles, que foi a manutenção do ato cooperativo na PEC da Reforma Tributária. Ou seja, quando o Congresso Nacional atua e realmente olha para quem gera emprego e renda, para um setor tão importante, considera o que é importante para o setor, como a não bitributação.

Foi um prazer representar a nossa FRENCOOP, representar todo o setor cooperativista do nosso País.

Eu gostaria também, nobre Presidente, de aproveitar este minuto e pouco que me resta para falar de uma importante instituição da minha cidade, Criciúma, no sul de Santa Catarina, que é o Bairro da Juventude.

Eu fui convidada para ser madrinha de jovens que estavam se formando aos 16 anos, 17 anos em cursos profissionalizantes. Sabemos da importância da mão de obra qualificada. As empresas hoje têm vagas. Porém, falta mão de obra qualificada. Jovens de 16 anos, 17 anos, 18 anos estão saindo de lá com uma profissão no setor de eletroeletrônica, de mecânica, de panificação.

Parabenizo a Silvia Zanette, nossa Diretora Executiva do Bairro da Juventude, o Presidente José Altair Back e os jovens.

Eu fui contemplada para prestigiar esse momento tão importante para o nosso Bairro.

Parabéns ao Bairro da Juventude, ao cooperativismo e a todos os que fazem do nosso Brasil um País melhor para morarmos!

Peço que este pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e por todos os meios de comunicação

da Câmara dos Deputados.

Obrigada, nobre Presidente Charles Fernandes.

---

Documento 8/73

---

270.2023	Sessão Ordinária - CD	12/12/2023-16:00
Publ.: DCD - 12/13/2023	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado enfatizou a importância da votação da reforma tributária que, segundo ele, é a mais importante desde a Proclamação da República e vai reorganizar a economia de mercado brasileira. Criticou o sistema tributário atual, que classificou como predatório e prejudicial à economia e aos cidadãos. Explicou que o Brasil possui um sistema tributário complexo e ineficiente, que resulta em perdas significativas de arrecadação de impostos. Argumentou que a reforma também vai combater a sonegação fiscal e reduzir a burocracia, tornando o sistema mais eficiente e transparente. Trata-se, segundo ele, de uma revolução na economia brasileira, colocando o país entre as economias mais modernas do mundo e impulsionando o crescimento econômico.

---

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente Icaro de Valmir, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos na véspera ou até no dia da votação da reforma econômica mais importante desde a Proclamação da República, que vai reorganizar a economia de mercado brasileira.

A economia de mercado brasileira produziu um capitalismo predatório, que mata as empresas, mata os empregos, mata os salários líquidos dos trabalhadores, mata o lucro das empresas e mata, principalmente, o poder de compra das famílias, das pessoas.

Senhoras e senhores, não há nada pior no mundo do que o atual sistema tributário, que fez do Brasil a pior economia de mercado. Aqui não existe liberalismo, aqui não existe capitalismo, existe uma fraude que é cometida todos os dias, todas as semanas, todos os meses, o ano todo, contra a economia de mercado, contra o povo brasileiro. Esses impostos que serão extintos — ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS — são os cinco piores impostos do Brasil e do mundo. Não há nada pior do que esses impostos. Anualmente, eles arrecadam 1 trilhão e 300 bilhões de reais, mas deixam de ser arrecadados mais de 600 bilhões de reais por ano, que ficam nas empresas. Portanto, o consumidor

brasileiro paga 1 trilhão e 900 bilhões de reais, e Governo Federal, Estados e Municípios só recebem 1 trilhão e 300 bilhões de reais.

A reforma vai acabar com essa esperteza, com essa fraude, com essa malandragem, vai acabar com as renúncias fiscais, vai acabar com a inadimplência e com o custo burocrático. E mais, ela vai acabar também com a sonegação, porque será totalmente eletrônica a cobrança do imposto, 100%. Nenhum contador, nenhuma empresa nunca mais vai precisar declarar ou recolher o imposto. Também Governo Federal, Estados e Municípios não colocarão a mão no dinheiro. Vai ser totalmente eletrônico, digital, na nuvem. Essa vai ser a revolução da economia brasileira, que vai recuperar a economia perdida nesses 40 anos, colocando o Brasil entre as economias mais modernas do mundo, fazendo o país prosperar, como já o fez com 6% ou 7% de crescimento ao ano.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 9/73

---

270.2023	Sessão Ordinária - CD	12/12/2023-16:24
Publ.: DCD - 12/13/2023	Reginaldo Lopes-PT -MG	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado destacou a importância e os benefícios da reforma tributária para a economia brasileira, ressaltando a modernização do sistema para tornar o país mais competitivo e promover crescimento econômico.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Estamos vivendo um momento ímpar na história do País. Nas próximas horas, esta Casa vai apreciar a reforma tributária. Eu estou muito convicto de que ela é um divisor de águas para a economia brasileira. É uma reforma que vai reposicionar o Brasil do ponto de vista internacional, que vai dar a todos os setores econômicos brasileiros a oportunidade de serem mais eficientes, mais dinâmicos e mais competitivos.

Hoje o nosso sistema impede o Brasil de concorrer com os importados, porque ele gera cumulatividade tributária, ou seja, custo tributário, por cobrar imposto

do valor acumulado e não do valor adicionado nas etapas de produção. Nosso sistema tributário fez que o Brasil perdesse o mercado internacional, com valor agregado, e transformou o Brasil em uma República primária exportadora. Nosso País hoje bate recordes na exportação e poderia ser muito mais rico, muito mais presente se, de fato, agregasse tecnologia e inovação às suas exportações. Para isso precisa, em definitivo, desonerar as exportações, devolver crédito, não exportar resíduo tributário e, acima de tudo, não cobrar imposto quando o produto ou o serviço passa por várias etapas de produção.

Então, o que nós vamos apresentar nesta Casa, que veio do Senado, é um sistema moderno, um sistema conectado com o resto do planeta, que vai criar um ecossistema que vai fazer o Brasil crescer como nunca. A reforma aponta para um crescimento de 1,2% a 2% por ano, para além do crescimento natural do PIB, do potencial do PIB. Isso vai transformar a riqueza. O Brasil vai se tornar mais rico nos próximos 10 anos, seu PIB será 1,5 trilhão de produção de riqueza, com mais arrecadação para os subnacionais, com diminuição da carga tributária, porque é uma carga tributária que vai ser distribuída para todos os setores, com uma redução da carga tributária para o setor da indústria, o que é fundamental. É impossível pensar um país, uma nação sem indústria. E também vamos gerar 12 milhões de novos empregos, aumentar para 6 mil reais a renda *per capita*. Com certeza, todos vão ganhar com a reforma tributária.

Por isso, faço um apelo a esta Casa. Estamos a pouco tempo, horas, para votarmos a mais importante e ousada reforma estruturante da economia brasileira.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 10/73

---

270.2023	Sessão Ordinária - CD	12/12/2023-16:28
Publ.: DCD - 12/13/2023	Jorge Goetten-PL -SC	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado enalteceu a postura do Governador Jorginho Mello por recusar aumento do ICMS, criticando outros Estados que planejaram tal aumento antes da reforma tributária.

---

**O SR. JORGE GOETTEN (PL - SC.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Icaro de Valmir, uma saudação especial a V.Exa.

Hoje eu venho compartilhar com os colegas Parlamentares, Deputado Zé Neto, uma notícia de muita alegria para nós, proporcionada pelo nosso Governador, Jorginho Mello, e ao mesmo tempo a tristeza de ver que outros Estados não copiam o que o Governador corajosamente tem feito. Veja que o Governador Jorginho Mello não tomou o caminho mais fácil, Sr. Presidente, abriu mão de receita de 1 bilhão e meio de reais, recusou-se a aumentar a alíquota de ICMS.

O que vemos nos outros Estados? Eu clamo aos colegas Parlamentares e à população. Há uma desonestidade muito grande por parte de outros Governadores, que querem convencer a sua população e as suas Assembleias Legislativas do aumento da alíquota do ICMS nos seus Estados, com a desculpa esfarrapada de que a reforma tributária vai tirar receita dos Estados. Isso é de uma desonestidade intelectual muito grande. Primeiro, porque a reforma tributária nem foi aprovada ainda. Eu espero que ela seja aprovada, porque ela vai trazer benefício e vai contribuir muito para diminuir a desigualdade no nosso País, e para que muita gente que não paga imposto comece a pagar. Não é a reforma ideal que nós brasileiros e Parlamentares queríamos, mas é a reforma possível.

Nós temos que parabenizar o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, e o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, pela coragem de pautarem uma reforma tributária que nasceu aqui, nesta Casa, no Parlamento. Essa reforma não é do Governo, essa é uma reforma do Estado, é uma reforma do Congresso Nacional.

É muito desonesto da parte dos Governadores quererem aumentar a alíquota, se nem aconteceu a votação da reforma. Quando acontecer, a regra vai começar a valer só a partir de 2026. Mesmo assim, todos os Estados e Municípios estão protegidos, não vão ter perdas com a reforma tributária, porque há um fundo de 60 bilhões de reais que garante aportes em caso de eventuais perdas por Municípios e Estados. Está todo mundo protegido.

Então, essa é a correção, Sr. Presidente.

Se não bastasse o Governador Jorginho abrir mão da receita de 1 bilhão e meio e não ir pelo caminho mais fácil, olha só o que ele está entregando para a nossa população, a nossa população que por várias oportunidades enfrentou enchentes: ele está ajudando todas as pessoas atingidas pelas enchentes, em todos os Municípios, ele zerou a fila da saúde em menos de 1 ano, deu faculdade gratuita para a população que não pode pagar e está investindo mais de 2 bilhões e 200 mil reais na recuperação de rodovias.

Então, se algum Governador não sabe como gerir seus recursos, tem que falar com o Governador Jorginho Mello, porque ele está ensinando como fazer, como entregar para a população, sem aumentar imposto, sem sacrificar a população e sem usar de subterfúgios ou desonestidade intelectual, como a do aumento da alíquota de ICMS sob o pretexto de que a reforma tributária vai



causar prejuízo.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu.

Agradeço aos outros Parlamentares pelo pouquinho de tempo a mais que usei e deixo esta mensagem, este recado para a população de todos os Estados.

Obrigado.

---

Documento 11/73

---

270.2023	Sessão Ordinária - CD	12/12/2023-16:32
Publ.: DCD - 12/13/2023	Zé Neto-PT -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado destacou a relevância histórica da votação iminente da reforma tributária, ressaltando o diálogo e a importância do tema para o desenvolvimento do país.

---

**O SR. ZÉ NETO** (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos uma oportunidade única nos próximos dias — acredito que possivelmente amanhã: a de votar pela primeira vez, dentro da democracia, fora de uma ditadura, fora de um regime autoritário, uma reforma tributária de Estado, com a marca do diálogo, uma reforma tributária que há quase 40 anos é a grande expectativa e espera do setor produtivo nacional.

Esta Casa há muito vem debatendo esta reforma tributária. Diga-se de passagem, no Governo passado, eu era oposição e estava aqui como oposição ao Governo Bolsonaro, mas participava das discussões do grupo de trabalho presidido pelo nosso querido Hildo Rocha, tendo travado debate com Guilherme Mello. O nosso partido, o PT, disse claramente que era favorável à reforma tributária. Eu posso dizer isso porque, junto com o Deputado Reginaldo Lopes, fizemos vários debates lá atrás e agora também, neste Governo.

Na minha cidade, Feira de Santana, fizemos um grande encontro, Sr. Presidente, para debater a reforma tributária, a favor da reforma tributária. Demos a demonstração de que, lá atrás, no Governo passado, não se tratava, na nossa cabeça, de uma disputa de governo ou de uma disputa ideológica.

Reforma tributária é um tema de Estado, é um ganho para a sociedade. Este

Parlamento pode entregar, eu diria, uma das peças mais importantes, historicamente falando, para o nosso País, com a qual vai encontrar o rumo e sair deste manicômio tributário em que vive, em que vivemos. O Brasil não merece mais isso. No mundo inteiro, dos 194 países, 173 países têm o IVA, o Imposto sobre Valor Agregado.

Agora nós estamos dando um passo decisivo. Eu espero que amanhã alguma coisa seja suprimida do texto e que nada seja mudado, para que possamos votar a reforma tributária. Não é a ideal, é a que nós podemos, é a que nós queremos e é a que este Parlamento pode entregar à sociedade brasileira, ao setor produtivo, dizendo que o Brasil está pronto para crescer.

---

Documento 12/73

---

272.2023	Sessão Ordinária - CD	13/12/2023-17:20
Publ.: DCD - 12/14/2023	Fausto Pinato-PP -SP	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado expressou sua preocupação em relação à reforma tributária. Ele argumentou que as mudanças propostas pelo Senado podem beneficiar exclusivamente a Fiat no Nordeste, às custas de outros Estados brasileiros, citando um possível fechamento de fábricas. O Deputado também mencionou informações que sugerem que o Partido dos Trabalhadores (PT) estaria apoiando as mudanças no Senado, o que ele considera uma traição à causa dos trabalhadores. Ele enfatizou que a reforma tributária deve ser equilibrada e não prejudicar outras regiões do Brasil.

---

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PP - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho aqui mais uma vez para falar da Stellantis, a bolsa Fiat.

Nós sabemos que a reforma tributária saiu daqui correta, foi para o Senado, mas o Senado mudou. Mais uma vez, Sr. Presidente, está aqui e prejudica todos os Estados brasileiros, pois tem o intuito de que só a Fiat tenha o benefício no Nordeste, compensado em Minas Gerais. Estão mentindo para os Deputados e para os Líderes dizendo que a Argentina... Mas, na Argentina, o Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores é da Fiat, e no Brasil, também, nós mais exportamos do que importamos.

Relatório do TCU mostra o prejuízo inclusive para os Estados do Nordeste.

Isso é um absurdo! O que a Stellantis está fazendo é um verdadeiro estelionato.

Sr. Presidente, eu não sei se é verdade, mas nós sabemos, com todo o respeito que eu tenho ao Partido dos Trabalhadores, que o berço do nascimento desse partido veio do Sindicato dos Metalúrgicos, que tem até hoje o Moisés. E parece que o PT fechou questão de ordem — essa foi a informação que chegou — para votar do jeito que está vindo do Senado.

Isso é um absurdo! Nós estamos prejudicando o Nordeste, o Centro-Oeste e o Sudeste. Nós devemos olhar isso com lupa, porque existe algo de podre no reino da Dinamarca. Não é possível que todos os dados técnicos estejam mostrando isso. E outra: é mentira que a Fiat fecha. Aqueles benefícios só ela pode ter, e ninguém pode ir para lá. O que ela está querendo fazer é gerar desemprego em todo o Brasil. Isso nós não podemos aceitar.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que faça divulgar o nosso discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Essa proposta está na contramão da agenda ambiental, porque colocaram biodiesel e era para colocar elétrico lá no Nordeste. Nós temos que torcer para o Brasil crescer em conjunto. Nós temos que saber que alguns incentivos, como os da Zona Franca e agora esse absurdo da bolsa Fiat, estão gerando desemprego em todo o Brasil.

Volto a frisar, Sr. Presidente: eu não acredito que o berço do PT, que é o Sindicato dos Metalúrgicos, vai sofrer uma traição dessa do Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o Líder do PT e o Presidente.

---

Documento 13/73

272.2023 Publ.: DCD - 12/14/2023 -	Sessão Ordinária - CD Saulo Pedroso-PSD -SP  BREVES COMUNICAÇÕES	13/12/2023-17:28  BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO
--	--	--

---

### ***Sumário***

O Deputado enalteceu a aprovação da reforma administrativa em São Paulo, sob a gestão do Governador Tarcísio. Ele destacou a importância de o poder público fazer a sua parte para economizar e ter responsabilidade com o dinheiro público, ressaltando que o exemplo de São Paulo pode servir de espelho para o Governo Federal no contexto das reformas em discussão, como a reforma tributária e a desoneração. O Deputado enfatizou a necessidade de o

Brasil retomar seu crescimento e desenvolvimento e se tornar mais competitivo.

---

**O SR. SAULO PEDROSO** (Bloco/PSD - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputadas, nobres Deputados, público que nos acompanha pelas redes sociais e pela *TV Câmara*, gostaria de fazer uso da palavra aqui para enaltecer e registrar uma conquista importante do Estado de São Paulo, uma conquista importante do Governo de São Paulo, na gestão do nosso Governador Tarcísio.

Nesta semana, com o apoio da bancada na ALESP — Assembleia Legislativa de São Paulo, foi aprovada a reforma administrativa. Eu fiz questão de trazer este assunto para a reflexão na Câmara Federal, principalmente num momento como este de fechamento do primeiro ano, em que, à medida que nós vamos debatendo aqui o equilíbrio fiscal — o fechamento do déficit, a necessidade de o Governo arrecadar mais para equilibrar as contas públicas —, nós temos boas práticas sendo apresentadas ao Brasil, como essa atitude, essa ação, essa importante conquista conduzida pelo nosso Governador.

Ele demonstra que o poder público, nos momentos de dificuldade, precisa cumprir a sua obrigação de também fazer um gesto no sentido de economizar e no sentido de ter responsabilidade com o dinheiro público. Faz sentido que atitudes como essas sirvam de espelho e sirvam de exemplo ao Governo Federal para que ele também faça o mesmo que o Governador tem feito em São Paulo, apresentando à Câmara Federal a possibilidade de que o debate da reforma administrativa seja acompanhado, por exemplo, da reforma tributária, enfrentando os debates turbulentos em relação ao equilíbrio das contas públicas, com a possibilidade ou não da derrubada do veto da desoneração.

É muito preocupante para um país que busca um ambiente de prosperidade, que precisa retomar o seu crescimento, o seu desenvolvimento, não sinalizar que o poder público está cumprindo a sua parte e querer só, às vezes, colocar a conta do fechamento do déficit no colo do desempenho da iniciativa privada.

Portanto, o Governador tem feito a sua parte lá em São Paulo, transformando São Paulo na locomotiva que puxa o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. Exemplos como este precisam ter reflexo dentro do Parlamento Federal para que nós façamos dos bons exemplos e das boas práticas também um ambiente de debate e de discussão, porque o Brasil precisa voltar a ser um país competitivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

272.2023

Sessão Ordinária - CD

13/12/2023-17:40

Publ.: DCD - 12/14/2023

Sidney Leite-PSD -AM

-

BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado abordou a PEC da Reforma Tributária, destacando o debate no Senado e a volta à Câmara. Criticou a visão do Governador de São Paulo sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, defendendo seu papel na Zona Franca de Manaus. Contrapôs a ideia de que qualquer empresa poderia se deslocar para o Polo Industrial de Manaus, explicando a necessidade do Projeto Produtivo Básico. Chamou a atenção para a importância de preservar modelos de desenvolvimento regional, como a Zona Franca, na reforma tributária. Apoiou a simplificação tributária, mas alertou para não prejudicar segmentos regionais exitosos.

---

**O SR. SIDNEY LEITE** (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, durante o decorrer deste ano, um grupo de trabalho tratou da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a PEC da Reforma Tributária, PEC esta que votamos aqui neste plenário. O Senado da República fez o seu debate, a sua discussão e a sua votação.

Ao voltar a PEC para a Câmara, Sr. Presidente, o Governador do Estado de São Paulo argumenta que a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — CIDE tem como papel, nesta colocação no que diz respeito à Zona Franca de Manaus, simplesmente ser um imposto regulatório, ser uma barreira como hoje é o IPI, que atua em alguns produtos, e que somente o ICMS e outros tributos não conseguiriam manter a competitividade do polo industrial.

Ele diz que, com esse modelo, qualquer empresa, a qualquer hora, a qualquer momento, poderia se deslocar para o Polo Industrial de Manaus. Isso, em primeiro lugar, não é verdadeiro. Eu espero que o Governador Tarcísio não esteja agindo de forma leviana — coisa que eu não acredito. Esse instrumento foi criado para garantir que alguns itens produzidos no Polo Industrial de Manaus pudessem garantir competitividade não só com o que poderia ser produzido fora, mas também com produtos de importação.

Eu chamo a atenção, porque, se isso fosse verdadeiro, hoje, se atuaria com o IPI, e seria elevada a alíquota de IPI para determinados segmentos. Por exemplo, se alguém tiver a intenção de montar uma fábrica para produzir linha branca, em Manaus não vai poder, porque isso não está no enquadramento da lei da Zona Franca de Manaus. Além disso, é preciso o Projeto Produtivo Básico — PPB para que possa estar dentro dos critérios definidos por aquela lei, bem como também pelos critérios da Receita Federal, do Ministério da

Indústria e Comércio e do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Dito isto, Sr. Presidente, eu venho a este plenário para que nós possamos fomentar esse debate, que é um debate importante e rico sobre a questão da reforma tributária, que eu particularmente apoio. Nós não podemos tratar igualmente os desiguais. A Zona Franca de Manaus é o melhor modelo de desenvolvimento regional integrado deste País, atuando em grande parte da Amazônia Ocidental, nos Estados do Acre, Roraima, Amazonas, Rondônia e Amapá. Por isso, é importante que essa reforma garanta esse equilíbrio.

Deputado Joaquim Passarinho, que, por sinal, faz um grande trabalho na Frente Parlamentar do Empreendedorismo neste Parlamento, no Congresso Nacional, nós sabemos que, com essa reforma tributária, quem mais ganha é a indústria. E o PIB da indústria se concentra no Sudeste e, em seguida, no Sul, que juntos têm mais de 70% do PIB da indústria deste País. Nem por isso eu sou contra, porque eu entendo que o Brasil precisa avançar. E a simplificação tributária é importante.

Agora, nós não podemos, Sr. Presidente, acabar com modelos de desenvolvimento regional exitosos em detrimento de alguns outros segmentos. Por isso, eu entendo que a reforma é importante, mas modelos de desenvolvimento regional que preservam a biodiversidade e asseguram a qualidade de vida e o desenvolvimento regional devem ser garantidos.

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

---

Documento 15/73

---

272.2023	Sessão Ordinária - CD	13/12/2023-18:04
Publ.: DCD - 12/14/2023	Alceu Moreira-MDB -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado ressaltou a relevância da reforma tributária, especialmente a PEC 45, de 2019. Ele expressou preocupação com possíveis acréscimos no projeto, citando a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) em produtos isentos em Manaus, o incentivo fiscal para empresas automotivas e o impacto potencial na competição entre Estados. Enfatizou sua posição contrária a benefícios que não sejam de natureza orçamentária.



**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, um dos projetos mais importantes das legislaturas de que participo — e estou na quarta — é o da reforma tributária. Ela tem assinatura na PEC 45 do Presidente do meu partido, o Deputado Baleia Rossi. Trata-se de um dos projetos mais consequentes, mais qualificados que mudará a vida de um País produtivo e competitivo nacional.

Qual era a premissa dele? Ele é um imposto sobre consumo, por fora: Imposto sobre Valor Agregado. Esse imposto, pela sua simplificação, permite que todas as pessoas tenham clara noção de quanto estão pagando por cada tributo cobrado. Ficamos meses fazendo este debate, com um projeto que ficou de pé, sendo que aqui houve centenas de projetos que não conseguiram ficar de pé. Foram meses e meses fazendo isso. Esse projeto veio a plenário para ser votado e passou aqui na Câmara. Aqui diziam que ele era açodado, mas não, era preciso haver um dia para ser votado. No Senado, havia condições de fazer simulação, porque havia um texto aprovado para fazer isso, no qual se corrigia e fazia a simulação.

Qual é a nossa surpresa? Nossa surpresa é que as pessoas estão se valendo, na reforma tributária, de um projeto que teria que ter o princípio da neutralidade, não poderia haver aumento de impostos, para fazer penduricalhos, gambiarra.

Meus queridos amigos de Manaus, eu não tenho absolutamente nada contra Manaus, mas a CIDE, com certeza, não. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico em produto que será isento em Manaus e tributado no resto do País, cria projeto que não tem isonomia alguma, que acaba com a concorrência. Mais do que isso, outro penduricalho: pegam as empresas montadoras de automóvel, não apenas as de motor elétrico, mas também as de motor à combustão, e dão incentivo fiscal, bilhões de reais que nunca irão para o Município ou Estado onde a fábrica está. Essa sobra de dinheiro vai para a matriz de onde veio. Mas o pior é que Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais vão acabar perdendo plantas de automóveis, porque elas irão para esses Estados beneficiados.

Quem quiser fazer benefício terá que fazer benefício de natureza orçamentária. Não poderá fazê-lo de natureza tributária, porque não há injustiça pior na questão tributária do que cobrar de quem não deve para pagar quem não merece.

Nós não pagaremos essa conta! Nós vamos votar contra tudo isso. Nós não aceitaremos benefício, privilégio a ninguém nesse processo. Já não chega o Rio de Janeiro, que recebe 93% dos *royalties* do petróleo, porque é confrontante. Pergunto: será que ajudou o Rio? É claro que não.

Eu não tenho absolutamente nada contra o Nordeste, nem contra a Zona Franca de Manaus. Não tenho absolutamente nada contra, mas nós não podemos permitir que na reforma tributária, que veio para facilitar e fazer justiça

tributária, haja puxadinhos e gambiarras para fazer favores a quem quer que seja com o dinheiro dos outros.

---

Documento 16/73

---

272.2023	Sessão Ordinária - CD	13/12/2023-18:16
Publ.: DCD - 12/14/2023 -	Saullo Vianna-UNIÃO -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado defendeu a Zona Franca de Manaus na discussão sobre a reforma tributária, rebatendo críticas à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Destacou a importância da Zona Franca para o país e para a preservação da Floresta Amazônica. Ele ressaltou a necessidade de manter o tratamento diferenciado para a região na reforma tributária, garantindo que o modelo de desenvolvimento regional continue a preservar a floresta.

---

**O SR. SAULLO VIANNA** (Bloco/UNIÃO - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu ouvi aqui um colega Deputado falando sobre o tema da reforma tributária e chamando de penduricalho a CIDE, que foi incluída pelo Senador Eduardo Braga no seu relatório, para a Zona Franca de Manaus. É importante deixarmos claro para as pessoas a importância da nossa Zona Franca de Manaus. A CIDE não é um penduricalho. Ela apenas garante o que nós já temos na Constituição: um tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus, uma vez que, com a reforma tributária e o fim dos incentivos fiscais, essas vantagens comparativas deixarão de existir.

Aquela indústria é muito importante para o Brasil e, principalmente, muito importante para o Amazonas, porque ela traz desenvolvimento aliado a uma entrega que nenhum outro modelo de desenvolvimento regional traz que é a preservação da nossa floresta em pé.

E nós vamos aqui defender a manutenção desse texto, para que possamos ter a nossa indústria competitiva e fazer com que na reforma tributária a Zona Franca de Manaus, o Estado do Amazonas e principalmente o Brasil não sejam prejudicados com o fim desse exitoso modelo de desenvolvimento regional que preserva a Floresta Amazônica.

Obrigado, Presidente.

Documento 17/73

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-18:00
Publ.: DCD - 12/15/2023 -	Renildo Calheiros-PCdoB -PE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	QUESTÃO DE ORDEM DISCURSO

### **Sumário**

O Deputado levantou Questão de Ordem relativa ao registro de presença feito na Sessão do Congresso Nacional. Ele pediu que o registro seja considerado válido para a Sessão da Câmara, permitindo que os Parlamentares ausentes pudessem participar da votação, especialmente a da reforma tributária.

**O SR. RENILDO CALHEIROS** (Bloco/PCdoB - PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje pela manhã foi aberto o painel da Câmara dos Deputados, mas ele foi encerrado logo cedo, devido à abertura da sessão do Congresso Nacional. Ficou impossível registrar presença no painel da sessão da Câmara porque ele simplesmente saiu do ar. Foi aberto o painel do Congresso Nacional, onde se permite registrar pelo Infoleg a presença. Foi o que centenas de Parlamentares fizeram. Inclusive, votaram na sessão do Congresso Nacional.

Ocorre que vários Parlamentares viajaram, e o painel da Câmara não estava aberto. Eles estão na expectativa de que o painel da sessão do Congresso Nacional seja considerado, para que possam participar da votação. Embora ainda não tenha sido anunciada oficialmente, há expectativa de que hoje se vote a proposta sobre a reforma tributária, que requer quórum constitucional de 308 Deputados.

Esta questão de ordem, portanto, é apresentada no sentido de que a Mesa considere o painel do Congresso Nacional para efeito de presença na sessão da Câmara. Assim, os Parlamentares que não estão no plenário vão poder ter acesso à votação através do Infoleg.

Documento 18/73

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-18:04
Publ.: DCD - 12/15/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

O Deputado mencionou a oportunidade para votar a reforma tributária, a PEC 45, de 2019. Destacou que a Proposta visa criar o Imposto de Valor Agregado (IVA), considerado o melhor tributo sobre o consumo do mundo. Enfatizou que o Brasil ainda não adotou o IVA, o que o coloca no final da fila do crescimento econômico mundial. Falou sobre os operadores do sistema tributário e como os auditores estaduais e municipais desempenharão um papel fundamental no novo sistema. Destacou a importância de equiparar as carreiras dos auditores estaduais e municipais aos auditores federais, dada a natureza crítica de seu trabalho para a arrecadação de impostos. Enfatizou que essas carreiras são típicas de Estado e que seu desempenho eficaz é crucial para o funcionamento do sistema de arrecadação.

---

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)**

- Sr. Presidente Pompeo de Mattos, Sras. e Srs. Parlamentares, presumo que esta sessão está acontecendo para votarmos a tão esperada reforma tributária, a PEC 45/19, que está nesta Casa depois de ter sido submetida a duas votações na Câmara e duas votações no Senado. Como o Senado fez modificações, essa proposta de emenda à Constituição volta para a Câmara para a última votação. Então, estou entendendo que esta sessão, embora não tenhamos ainda a pauta da Ordem do Dia, esteja acontecendo para que seja votada a PEC 45.

O coração da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, é a criação do Imposto de Valor Agregado, o IVA, que é o mais importante e o melhor tributo sobre consumo que existe no mundo. Esse imposto é utilizado em 174 países — em alguns deles, há mais de 50 anos — com grande sucesso. Infelizmente, o Brasil não adotou ainda o IVA, entrou no final da fila do crescimento econômico mundial, e hoje o seu PIB *per capita* é um dos menores do mundo, o que fez com que o ambiente de negócios do Brasil seja um dos piores. O sistema tributário brasileiro é o pior sistema tributário do mundo.

Eu quero falar agora sobre os operadores do sistema tributário. Quando nós organizamos o Poder Judiciário no Brasil, estabelecemos que os operadores do Judiciário são os juízes estaduais e os juízes federais, os promotores de justiça, que atuam através dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público Federal. Quando organizamos a Advocacia-Geral da União — AGU, criamos uma carreira, uma estrutura, com teto salarial definido. O Congresso Nacional agiu assim também quando criou outras carreiras típicas de Estado. Os Estados, Sr. Presidente, respondem por 60% dessa reforma tributária. O ICMS e o ISS correspondem a 60%, e o IPI, o PIS e a COFINS, a 40%. O que eu quero dizer é que os operadores do IBS, o Imposto sobre Bens e Serviços, serão os auditores estaduais e municipais, e os operadores da CBS, a Contribuição sobre Bens e Serviços, serão os auditores federais. Acontece que o sistema será único, nacional, regido por uma lei só, com uma única operação de cobrança e fiscalização.

Portanto, a carreira dos operadores desse sistema, que são os auditores estaduais e municipais, tem que estar em correspondência com a dos auditores

federais, assim como no caso dos juízes e dos promotores. Trata-se de carreiras típicas de Estado. Os auditores da União e os dos Estados e Municípios arrecadam 33% do PIB para financiar todos os programas federais, estaduais e municipais. É preciso fazer com que o sistema de arrecadação funcione.

Eu vejo que hoje o Governo Federal não tem tratado bem os auditores e está se dando mal no que se refere à arrecadação. Eu fui duas vezes Secretário da Fazenda e tratei bem os auditores. Por isso, fui responsável pela maior arrecadação do País.

Peço que sejam apoiados os auditores estaduais e municipais, que vão arrecadar a maior parte do IBS no Brasil.

---

Documento 19/73

---

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-18:24
Publ.: DCD - 12/15/2023	Vitor Lippi-PSDB -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado expressou sua satisfação pela manutenção da desoneração da folha de pagamento, destacando seu impacto positivo na preservação de empregos. Ele ressaltou a iminência da votação da reforma tributária, considerando-a a mais importante para melhorar o ambiente de negócios, reduzir o Custo Brasil e aumentar a competitividade global. Enfatizou a necessidade de simplificação para impulsionar o crescimento econômico. Destacou a alta carga tributária sobre as indústrias no Brasil e pediu o apoio dos Parlamentares para promover mudanças significativas na legislação tributária do país.

---

**O SR. VITOR LIPPI** (Bloco/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, eu queria primeiro dizer da nossa alegria por estarmos mantendo a desoneração da folha, que sem dúvida preserva empregos no Brasil, valoriza o empreendedorismo, os investimentos que nós temos aqui.

Nós estamos às vésperas, muito próximos, Sr. Presidente, de votar aqui a mais importante reforma do Estado brasileiro, para melhorar o ambiente de negócios, para reduzir o Custo Brasil, para possibilitar que tenhamos uma melhor competitividade em relação ao mundo. Eu estou falando da reforma tributária brasileira.

Infelizmente, nós temos o 184º pior sistema tributário do mundo. Ele custa muito para as nossas empresas. Ele é tão confuso, tão complicado, tão complexo e tão inseguro que as empresas no Brasil gastam dez vezes mais do que as empresas lá fora para conseguir pagar o imposto. E, quando pagam o imposto, muitas vezes esse imposto não é reconhecido como um cálculo correto, ou seja, vai para a judicialização. Nós temos quase 6 trilhões de reais, 60% do PIB, congestionando a Justiça e criando grande insegurança às nossas empresas. Pior do que isso, somos também o único País do mundo que, na hora em que exportarmos, Sr. Presidente, pagamos de 8% a 10% de imposto, e não conseguimos tirar esse imposto. É muito confuso, muito complicado! Todos os países do mundo, na hora de exportar, tiram o imposto, e o Brasil não consegue fazer isso.

Tudo isso vem matando as nossas indústrias, as nossas empresas. E o Brasil não consegue crescer como os outros países do mundo. Se nós pegarmos os últimos 30 anos, o Brasil sempre tem crescido abaixo da média mundial. Não é esse o lugar que o Brasil merece, porque nós somos um País forte, que produz muito agro, mas falta esse custo. O lugar mais caro do mundo para se produzir hoje em uma indústria, Deputada Soraya, é aqui no Brasil. Aqui o IVA em cima da nossa indústria é próximo de 44%. A média do mundo é 20%. No México é 17%; nos Estados Unidos é 9%; na China é 9%. Como é que as nossas indústrias conseguem, Sr. Presidente, competir?

Então, a reforma tributária é a saída para o Brasil, para gerar milhões de empregos, poder recuperar todas as cadeias produtivas e a exportação, inclusive de bens manufaturados.

Nesse sentido, peço que nossa fala seja divulgada e que nós tenhamos apoio de todos os Parlamentares, para não deixarmos que o Brasil continue sendo o pior e mais prejudicial sistema tributário do mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 20/73

---

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-18:28
Publ.: DCD - 12/15/2023	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado manifestou preocupação em relação à PEC 45, de 2019, que estava em pauta para votação. O Parlamentar pediu apoio aos colegas, especialmente do Sul e Sudeste, para votarem contra um destaque de seu



partido relacionado aos incentivos fiscais de uma fábrica automobilística localizada no Nordeste, na divisa entre Pernambuco e Paraíba. O Deputado afirmou que a empresa é essencial para a região e alertou sobre a possibilidade de perda de empregos se os incentivos fiscais forem removidos.

---

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, a qualquer momento pode chegar a PEC 45/19 para votação. Este Plenário votou de forma errada, aprovando-a. O Senado piorou o texto ainda mais, pois fez várias modificações. E ela será analisada novamente pelos Deputados Federais do nosso País.

Deputada Julia, peço aos Parlamentares do Sul e do Sudeste, principalmente, que votem contra um destaque do nosso partido com relação aos incentivos fiscais da única fábrica automobilística que existe no Nordeste, na região de Pernambuco. Ela fica na divisa entre Pernambuco e Paraíba, mais precisamente na cidade de Goiana.

Lá no Estado da Paraíba, Sr. Presidente, de 30% a 40% dos empregos serão perdidos. Esse incentivo fiscal é importante para a Região Nordeste, tão desrespeitada, tão esquecida pelo desgoverno Lula, que não respeita os Estados do Maranhão, de Pernambuco, do Piauí, da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, do Rio Grande do Norte e da minha querida Paraíba.

Por que estamos defendendo, pedindo a 308 Deputados que votem "sim"? Porque essa empresa pode sair do Nordeste e ir para a Argentina, como a Nissan. E os empregos ficarão na Argentina e não no Brasil. Nós sabemos que o desgoverno Lula prefere investir e gastar o dinheiro do povo brasileiro fora. E os exemplos de Lula e Dilma são milhares — portos, aeroportos, hidrelétricas, pontes, etc., por meio do BNDES, um assalto aos cofres públicos do nosso País —, pois o desgoverno Lula não tem responsabilidade com o povo brasileiro.

Eu fiz questão de mostrar ao Plenário a votação e a indicação do Governo contra a desoneração da folha, prejudicando os Municípios, prejudicando 17 itens da nossa economia. Mas, graças a Deus, conseguimos derrubar vetos irresponsáveis desse desgoverno que veio para destruir o Brasil.

Quando eles não ganham a eleição, eles tentam. Quando eles ganham, mesmo da forma como foi, com uma coligação forte, inclusive com a ajuda de Poderes da República para tirar o Presidente Bolsonaro e colocar um descondenado, envergonham a Nação brasileira por onde passam.

Então, eu peço aos senhores 308 votos favoráveis ao Nordeste e ao País. Votem "sim", contra esse destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Parlamentares.

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-19:20
Publ.: DCD - 12/15/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

### **Sumário**

O Deputado destacou a iminência da aprovação da reforma tributária. Defendeu a implantação do Imposto de Valor Agregado (IVA). Enfatizou a importância dos auditores fiscais na gestão do novo imposto e ressaltou que essas carreiras devem ser reconhecidas como fundamentais para o Estado.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, grande Deputado do grande Estado do Rio Grande do Sul, é uma honra sermos do Sul do Brasil. Eu sou do Paraná. É uma alegria grande.

Está chegando a hora da mais importante reforma econômica do século XXI. O Brasil começou com o sistema tributário torto há 55 anos e vai ter a oportunidade, entre hoje e amanhã, de consertar o maior erro econômico da história do Brasil, implantando um sistema conhecido no mundo inteiro, adotado por 174 países do mundo, que é o Imposto de Valor Agregado.

E no Brasil, ele vai ter um *plus*, esse imposto vai ser eletrônico, com cobrança automática, o crédito vai ser financeiro, e não haverá necessidade de nenhuma empresa fazer o ato declaratório, nem o recolhimento de imposto. O imposto será retido na liquidação do pagamento da nota fiscal. O crédito é financeiro. As empresas, entre si, vão amortizando os créditos. Não ficará nenhum imposto em nenhuma empresa, e o consumidor vai pagar o imposto 30% menor do que é hoje. É um ganho para o consumidor, para a empresa, para a concorrência, para a geração de milhões de novos empregos por ano, para a melhoria do lucro da empresa, para melhorar o salário dos trabalhadores. É um ganha-ganha. Todos vão ganhar.

E quem vai operar esse sistema? Nós estamos construindo o mais importante instrumento de arrecadação da história. V.Exas. sabiam que, no Brasil, anualmente, há 800 bilhões de reais em sonegação? Sabiam que o Brasil tem um PIB de 10 trilhões de reais? Sabiam que existe um PIB informal de 25%, 2,5 trilhões de reais, que deixa de arrecadar 800 bilhões de reais, que significam 33% da nossa carga?

Os auditores fiscais da União, dos Estados e Municípios vão gerenciar juntos o maior imposto deste País, o IBS/CBS, que é o IVA. E é importante entender que as carreiras de auditores no mundo inteiro, a exemplo dos juízes, dos

promotores, dos advogados da União, são as mais importantes carreiras públicas do país. É claro que há o médico, o professor, mas estou falando daquele que arrecada para sustentar toda essa estrutura. E eles têm uma hierarquia para chegar ao topo da carreira. Levam 35 anos para chegar ao mais alto salário.

O Brasil precisa exatamente compreender que uma carreira de auditor é uma carreira de Estado, da mesma importância das carreiras da magistratura, do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União. Essas carreiras são fundamentais. Sem o Fisco, não existe nada nisso. Então, pode um fiscal estadual de São Paulo, por exemplo, ganhar menos, no final de carreira, do que um auditor federal, que vai trabalhar lado a lado?

Eu estou levantando algumas questões porque falta muita compreensão do que é o Fisco. Nós estamos montando uma estrutura de avião supersônico, que vai ser o novo sistema de arrecadação eletrônico, mas esquecemos que essa estrutura tem que ter piloto, copiloto, tripulação.

Portanto, nós temos que pensar grande. O Brasil tem que parar de pensar mediocrementemente. A mediocridade não leva o Brasil a lugar nenhum. Eu pensei grande e, amanhã, quero ver o Brasil aprovar a sua mais importante reforma, junto com o Congresso Nacional.

Que Deus nos abençoe!

---

Documento 22/73

---

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-20:08
Publ.: DCD - 12/15/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado destacou a importância da reforma tributária para o Brasil e enfatizou a necessidade de reformar o sistema tributário do país, que ele descreve como anacrônico e prejudicial ao crescimento econômico. Ressaltou que o Brasil tem um dos piores sistemas tributários do mundo e que a reforma tributária é essencial para impulsionar a economia, criar empregos e aumentar a renda per capita. Mencionou a importância de combater a sonegação fiscal e unificar o trabalho dos auditores fiscais em prol desse objetivo. Ele expressou otimismo em relação à aprovação da reforma tributária e sua capacidade de melhorar a arrecadação do país e reduzir os custos burocráticos.

---

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Adriana Ventura, é uma

satisfação vê-la na composição da Mesa.

Eu estou na tribuna da esquerda porque é um lugar mais iluminado. Eu comecei aqui. Em 1991, eu era da Oposição ao Governo Fernando Collor, que falava daqui. Depois, quando Itamar Franco assumiu a Presidência da República, passamos à Situação e ficávamos aqui. No Governo Fernando Henrique, ficávamos aqui. Quando Lula ganhou, em 2002, passamos para o lado de lá. Falar da tribuna da esquerda ou da direita não quer dizer nada. Temos um país inteiro pelo qual trabalhar. Estamos aqui para isso, para fazer as mudanças.

O cotidiano, as pequenas coisas são importantes na vida de uma pessoa, de uma família, de um município, de um estado, de um país, mas um país do tamanho do Brasil, com 210 milhões de pessoas, se não se renovar e não buscar alternativas, fica para trás. Foi o que aconteceu com o Brasil nos últimos 40 anos.

Da Proclamação da República até 1930 — escutem bem o que eu vou falar —, o Brasil cresceu 4,8% ao ano — a cada 20 anos, o Produto Interno Bruto — PIB dobrava. De 1931 a 1980, o Brasil passou a crescer 6,3% ao ano — a cada 16 anos, o PIB dobrava. O que aconteceu de 1981 para cá foi o fracasso total do Brasil: passamos a crescer 2% ao ano, estamos gastando 50 anos para dobrar o PIB. De 1981 até agora, o Brasil não conseguiu dobrar o seu Produto Interno Bruto nem a renda *per capita*. É lamentável!

Com base nesses estudos, que faço há mais de 30 anos, venho dizendo a esta Casa desde que cheguei aqui, em 1991, em alto e bom som: o Brasil tem o pior sistema tributário do mundo. Se não mudar, o Brasil não muda. O sistema tributário brasileiro é anarcocatótico, um manicômio tributário. Ele é o grande responsável pelo atraso econômico do Brasil, pelos 28 milhões de desempregados, subempregados e desalentados, ele é o responsável pela mortalidade das empresas, ele é o responsável pelos baixos salários das empresas e pelos baixos lucros das empresas, ele é o responsável pelo baixo poder aquisitivo das famílias.

O sistema tributário é o responsável porque ele é a peça central entre o Estado e o setor produtivo nacional. O Brasil tem quase 9 milhões de microempresas, pequenas, médias e grandes empresas, 15 milhões de MEI — Microempreendedores Individuais e 5 milhões de produtores rurais. Esse setor produtivo é totalmente desorganizado e violento contra ele mesmo, por conta da sonegação, da inadimplência, dos altos tributos, da confusão tributária, do caos tributário. Nós estamos aqui às vésperas de resolver isso.

Só que quem paga essa conta é o consumidor final. Sabiam que o Brasil tem 800 bilhões de reais por ano de sonegação? Esse modelo que vamos votar vai acabar com a inadimplência, com o custo burocrático e com a guerra fiscal e vai esmagar a sonegação. Os auditores fiscais do Brasil estão organizados na Secretaria da Receita Federal do Brasil, nas Secretarias Estaduais e nas

Secretarias Municipais e vão unificar o seu trabalho, em prol do combate à sonegação. Hoje eles são escravos da burocracia do ISS, do ICMS, do IPI, do PIS e da COFINS, de milhões e milhões de papéis que giram nessa estrutura de iniquidade. Amanhã, com o IVA, que nós vamos votar na reforma tributária da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, vamos ter um sistema só, uma lei só, uma cobrança automática, eletrônica, crédito financeiro, e o fiscal brasileiro vai poder fiscalizar a sonegação. Eu imagino que nos primeiros anos eles poderão acrescentar à arrecadação do Brasil até 400 bilhões de reais por ano, só por combaterem a sonegação, sem aumentar 1 centavo de impostos. Vejam a grandiosidade do que eu estou falando, em relação ao Fisco federal, estadual e municipal.

Pensem grande, pensem que o Brasil está na véspera de mudar sua cultura e sua estrutura tributária e precisa que o operador do sistema, que é o auditor, acompanhe isso, meus caros amigos. O auditor vai ser o piloto, a tripulação do novo modelo tributário. O auditor estadual vai ser tão importante quanto o federal. Como é que um pode estar aqui, e o outro, ali na carreira? Para um auditor chegar ao topo da carreira, leva 35 anos. Ninguém vai aumentar salário de ninguém aqui. É uma possibilidade de ascensão, de saber que pode ascender a uma carreira isonômica com a do seu colega federal. É nisso que nós estamos trabalhando. É difícil entender isso? Não é. Temos que entender que os seres humanos vão trabalhar. O auditor é a peça fundamental disso.

Um grande abraço.

Agradeço à minha querida Deputada Adriana Ventura, valente e guerreira Líder, por esta oportunidade.

Enquanto não vem a Ordem do Dia, nós estaremos aqui, o dia inteiro, até amanhã. Há medida provisória para votar, mas queremos votar a reforma tributária — quem quer votar "sim" e quem quer votar "não". Se for amanhã, ótimo. Eu estarei aqui acompanhando.

Que Deus abençoe o Brasil!

---

Documento 23/73

---

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-20:20
Publ.: DCD - 12/15/2023 -	Helder Salomão-PT -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado enfatizou a importância da aprovação da reforma tributária no Brasil. Ele destacou que a reforma é necessária para simplificar a cobrança de impostos, torná-la mais transparente e igualar o Brasil a outros países que já

adotaram o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). Além disso, ele mencionou que a reforma prevê a zeragem das alíquotas para produtos da cesta básica e a taxação de itens de luxo, contribuindo para uma maior justiça tributária e o crescimento da economia. Ele destacou o esforço do Presidente Lula, do Ministro Haddad e de diversos setores da sociedade para avançar na aprovação da reforma tributária e expressou esperança de que o texto final seja aprovado no Senado.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós precisamos aprovar a reforma tributária. Essa reforma vem sendo debatida no Congresso Nacional há décadas, e sempre tivemos fracasso na hora de concluir o processo de votação na Câmara e no Senado. Várias tentativas foram fracassadas.

Nós temos hoje no Brasil um sistema tributário que é um emaranhado, uma confusão, que favorece a sonegação, que complica a arrecadação e que faz com que não só empreendedores, mas também consumidores não saibam quanto estão pagando por um produto ou de impostos. Não há, na verdade, transparência no Brasil. Não há um processo simplificado de cobrança de impostos. E nós não estamos falando em aumento de impostos. Nós estamos falando em termos um sistema transparente, dinâmico, que possa dar mais condições de o consumidor, de aquele que gera emprego, que produz, saber o quanto paga de imposto. Com isso, podemos ter, inclusive, a redução da sonegação no País, que é simplesmente um processo absurdo, porque muita gente quer driblar o sistema tributário brasileiro.

Além de termos uma reforma tributária que vai simplificar o processo dos tributos no Brasil, nós vamos nos igualar àquilo que é melhor no mundo. As principais nações do mundo já fizeram o que nós vamos fazer. A adoção do IVA é necessária para que nós tenhamos um novo sistema, com a unificação dos impostos, e assim podermos melhorar o ambiente de negócios. Teremos uma economia mais dinâmica e a possibilidade de crescermos ainda mais. Os países que fizeram uma reforma tributária criaram as bases e as condições para o crescimento.

Não bastasse isso, o que já é muito importante, o texto que foi votado na Câmara dos Deputados e mantido no Senado, com algumas alterações, garante, por exemplo, que nós vamos zerar a alíquota dos produtos da cesta básica. Isso significa que, com a aprovação da reforma tributária, nós teremos os produtos da cesta básica com preços menores.

O mesmo texto da reforma tributária aprovada nesta Casa garante a taxação de iates, de lanchas de luxo, de helicópteros e outras aeronaves de pequeno porte que hoje não pagam impostos. Então, nós vamos fazer com que segmentos que não pagam impostos tenham de fazê-lo, como nós fizemos com a da taxação das *offshores* e dos fundos exclusivos dos super-ricos. Isso muda o patamar do Brasil no que diz respeito ao sistema tributário, o que vai criar as condições



para acelerar o desenvolvimento do País com a geração de empregos e para fazer mais justiça tributária no País.

Fazer justiça tributária, ainda estamos longe disso, mas eu tenho certeza de que a aprovação da reforma tributária será um passo importante que nós daremos. Então, o esforço do Presidente Lula, o esforço do Ministro Haddad, o diálogo nesta Casa com os Parlamentares, com os Líderes de todos os partidos no Senado, com os Prefeitos, com os Governadores, com os especialistas e com as entidades municipalistas nos fizeram avançar para termos efetivamente a possibilidade de fechar essa votação na Casa amanhã.

Espero que consigamos avançar e aprovar o texto final da reforma tributária. Com isso, o Brasil vai estar entre os países do mundo que têm um sistema tributário moderno e dinâmico, e que vai contribuir com a arrecadação transparente dos impostos, sem aumentar tributos. Teremos, como resultado, a geração de empregos e o crescimento da nossa economia.

Muito obrigado.

---

Documento 24/73

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-20:32
Publ.: DCD - 12/15/2023 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado enfatizou a importância da reforma tributária para simplificar o sistema e tornar o Brasil mais competitivo globalmente. Ele argumentou que o sistema tributário atual é complexo e oneroso, prejudicando a indústria nacional. Destacou que a reforma é progressiva e moderna, com medidas para beneficiar os mais pobres, como o cashback e que representa uma oportunidade de melhorar a eficiência econômica e a justiça social no Brasil.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, eu quero também falar da importância de votarmos ainda hoje, ou amanhã, a reforma tributária.

O Brasil não tem um sistema tributário. No Brasil, talvez todo CNPJ tenha um sistema próprio, um sistema de exceções: são 460 mil normas, 5.571 legislações, 27 legislações nos Estados. Portanto, chegou a hora de o Brasil conectar-se com o mundo, com mais de 170 países que têm um sistema que cobra imposto só do valor adicionado, e não sobre o valor acumulado, como nós cobramos impostos sobre o consumo no País. Na prática, nós dizemos que o nosso sistema é de cumulatividade tributária, então, estamos dizendo que

somos um país que cobra imposto do imposto, porque o imposto é a base da incidência tributária. Isso explica por que o Brasil desindustrializou-se tanto com a economia aberta e com o mundo globalizado.

Essa é a chance de o Brasil voltar a ter participação no mercado internacional de valor agregado, permitindo que retiremos esse custo tributário, porque, no Custo Brasil, 80% refere-se a custo tributário, à administração tributária complexa, que, conforme calculado por alguns estudiosos, chega a 1,7 trilhões de reais. Assim, essa é uma reforma estruturante, uma reforma do Estado brasileiro, uma reforma suprapartidária, que de fato vai permitir ao Brasil ter mais eficiência, mais dinamismo, mais competitividade para enfrentar no mercado interno os importados — e nós estamos perdendo cada vez mais espaço por conta do custo de produção. Dessa forma, o Brasil pode ocupar um novo espaço no mercado internacional.

A reforma é moderna, cria um ecossistema e é progressiva, porque 90% do povo brasileiro vai pagar menos carga tributária por causa do *cashback*, da devolução dos impostos para os mais pobres, como também é mais progressista, ao reconhecer as áreas de educação, saúde, transporte e alguns serviços que são fundamentais para o desenvolvimento do ser humano, que se completam com as políticas públicas dessas áreas e dá a essa reforma progressividade na redução da carga tributária para os mais pobres.

Portanto, vamos juntos construir, nas próximas horas, os últimos consensos e a convergência para a aprovação dessa reforma, que, em minha opinião, é a mais estruturante e mais ousada da pós-redemocratização do Brasil.

Obrigado, Presidenta.

---

Documento 25/73

---

274.2023	Sessão Ordinária - 14/12/2023-21:36	
	CD	
Publ.: DCD - 12/15/2023	Eli Borges-PL -TO	
-		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado encaminhou a votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Comparou a postura do Brasil com a da Argentina, onde o presidente propôs reduzir o número de Ministérios diante da situação econômica desafiadora. Expressou preocupação com a visão de mais

Ministérios como forma de poder de barganha político, em vez de buscar austeridade e competitividade no mercado. Destacou a necessidade de uma reforma tributária e de uma política econômica mais coerente para atender às demandas dos que geram emprego e renda.

---

**O SR. ELI BORGES** (PL - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este Brasil é mesmo interessante. Vem a Argentina, percebe que a inflação está acima de 100% e que não há nenhum programa de austeridade, então reduz o número de Ministérios. Aqui no Brasil, teve essa percepção Bolsonaro. Eu não me recordo do número, mas me parece que eram 23 os Ministérios. E comandou bem o País. S.Exa. Luiz Inácio Lula da Silva traz a velha política para o Brasil: quanto mais Ministério, mais poder de barganha; quanto mais Ministério, mais poder de ajeitamento político; quanto mais Ministério, mais política de agradar aos amigos.

É curioso observar que a busca aparenta ser muito interessante: Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Volto a dizer: é disso que o Brasil está precisando? O Brasil está na contramão com essa visão de 40 Ministérios. O Brasil está na contramão com essa proposta totalmente ausente de austeridade. O que os empreendedores do Brasil querem, os da micro, os da pequena e os da grande empresa é uma política econômica que tenha razão de ser, que torne o mercado brasileiro mais competitivo. O Brasil precisa é de uma reforma tributária que o tire dos patamares de país que mais cobra tributo no mundo e, pior, que menos devolve em IDH para o cidadão. Aliás, o Brasil é um dos que menos devolve.

O Brasil não está precisando, Sr. Presidente, de mais um Ministério, o Brasil está precisando de governança, de política tributária coerente com as demandas daqueles que geram emprego e renda. Eu fico aqui imaginando quantos Ministérios ainda vão criar, porque as demandas políticas do ano que vem virão.

Peço a este Parlamento que coloque um pouquinho de juízo na cabeça e não aceite mais um procedimento que vai onerar o País. *"Ah, mas não há exatamente custos."* Ora, somos inteligentes o suficiente para entender que qualquer Ministério em movimento vai ter custo; se não hoje, amanhã.

Vamos evitar isso. Somos contra a matéria.

---

### **Sumário**

O Deputado encaminhou a votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Ressaltou a inevitabilidade de gastos associados à existência de mais um Ministério. Por fim, enfatizou a importância de políticas mais austeras e eficientes, citando a necessidade de uma reforma tributária e de um Estado que funcione de maneira enxuta.

---

**O SR. ELI BORGES (PL - TO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, é muito interessante o peso etimológico desta questão ora levantada: urgência e relevância. Ora, que urgência teríamos em criar mais um Ministério?

Eu vou fazer uma correção. Eu havia dito que eram 40 Ministérios, mas, com este, são 39, porque há a previsão de que o 40º está no forno, pois está muito rápido. Portanto, são 39 Ministérios mais outros que, naturalmente, têm *status* de Ministério. São 39!

O Brasil não suporta essa política. O País não merece essa política. O Brasil não pode conviver com essa política. É preciso deixar claro que haverá gastos, sim, senhor! É preciso deixar claro que qualquer Ministério, se tiver que funcionar, vai ter gastos. Se não tiver gastos, não justifica a existência de um Ministério.

Eu não quero entrar em baixaria, mas acho, Presidente, que até a mesa a que os Ministros e S.Exa. o Presidente se sentam vai ter que ser ampliada. Vão ter que gastar até com isso, meu Deus!

O Brasil precisa de outras políticas. Eu vou repetir a proposta da reforma tributária. Se a coisa fluir como foi proposto, nós poderemos ser o primeiro país do mundo em tributação com menos devolução, ou seja, um dos que menos devolve. O índice de desenvolvimento humano, o apoio àqueles que empreendem no Brasil...

Não adianta virem com a falácia de que estamos contra o empreendedorismo, a micro, a pequena empresa e outros setores da sociedade, porque eles sabem que um Estado que funciona bem tem que funcionar de maneira austera; sabem que as buscas de um governo central têm que visar à diminuição dos custos.

Quando nós não temos tantas Pastas como se propõe, naturalmente nós estamos dando o exemplo de que queremos um país que funcione de maneira mais enxuta, mais austera e mais propositiva. Este País tem que funcionar! Os que empreendem no Brasil esperam é uma política econômica mais eficiente,

uma política econômica que responda mais às demandas...

*(Desligamento do microfone.)*

---

Documento 27/73

---

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-22:20
Publ.: DCD - 12/15/2023 -	Julia Zanatta-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

A Deputada criticou a falta de previsibilidade nas votações do Congresso Nacional, destacando a votação surpresa da Medida Provisória 1.185, de 2023, que trata da subvenção de ICMS. Expressou preocupação com a ausência de planejamento para as sessões, prejudicando a participação dos parlamentares e a compreensão das propostas em votação. Também se opôs à criação de mais Ministérios, apontando para a contradição entre a decisão de Lula contra a desoneração da folha de pagamento e a aprovação de novas despesas. Além disso, criticou a falta de autonomia para os estados na reforma tributária em discussão.

---

**A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.)**  
- Boa noite, Presidente.

São 22h21min. Hoje foi um dia de sessão do Congresso Nacional, quando Deputados e Senadores votaram diversas pautas importantes.

Hoje se abriu a Ordem do Dia com um item na pauta, a MP 1.187/23, que acabou de ser votada e que cria mais um Ministério. E, do nada, do nada, do nada, recebemos a notícia de que também seria votada a MP 1.185/23. Antes, essa MP 1.185, em tese, teria ficado para amanhã, mas, nesta Casa, nós não temos previsibilidade de absolutamente nada!

Sempre subo a esta tribuna para falar que eu não tenho problema nenhum em perder, Deputado Brito. Não tenho problema nenhum em perder. Agora, precisamos de um mínimo de previsibilidade para nos programarmos, para comprarmos o nosso voo, para sabermos que dia as votações irão acontecer.

Creio que todos os Deputados aqui querem ter o direito de ser Deputados, mas dessa forma não é o que sentimos. Hoje o plenário, mais uma vez, está esvaziado no momento em que vamos votar uma MP. Essa MP 1.185 trata de tirar a subvenção de ICMS, ou seja, quem gera emprego e renda lá nos nossos Estados vai ter que pagar mais e mais. Por quê? Justamente pelo motivo que

nós votamos antes — eu fui contra, obviamente —, pela criação de mais Ministérios, pela criação de mais despesas.

Lula foi contra a desoneração da folha de pagamento para 17 setores e, ao mesmo tempo, é a favor da criação de mais Ministérios, de mais gastos, de mais despesas. Um Deputado do PT estava aqui conversando comigo e disse: *"Deputada, vamos fazer um acordo. Vocês tiram o destaque"*. Com muita educação, ele estava falando comigo. E acabamos de ver Lula dando uma declaração de que tem orgulho porque colocou um companheiro comunista no STF. Não há como fazer acordo nenhum! Desculpem-me. Tem gente que ri, que acha lindo ser base do Governo Lula, que acha que os radicais somos nós, que falamos que o comunismo está mais vivo do que nunca. Lula fala isso todo dia, ri da nossa cara.

Nós aprovamos leis aqui — sempre com o meu voto contrário, com muito orgulho — que tratam de espoliação legalizada, que tratam de mais socialismo neste País, que tratam de mais burocracia, que tratam praticamente de estatizar empresas, de cotas para empresas. Todo dia este Parlamento está tirando daquele que trabalha e produz, seja daquele que gera empregos ou do povo trabalhador.

Amanhã, uma sexta-feira, será votado o que falta da reforma tributária, à qual fui veementemente contra, graças a Deus. Desço no meu Estado, e falam: *"Muito obrigado, Deputada, por você votar contra a reforma tributária"*. Povo que me dá orgulho é o povo catarinense, povo esclarecido, povo que vive verdadeiramente livre, que sabe como votar, que acompanha as votações aqui desta Casa e que sabe que a reforma tributária vai tirar a autonomia dos nossos Estados.

Eu sou uma grande defensora de mais autonomia para todos os Estados do Brasil, porque o Brasil é um país do tamanho de um continente. Não é possível que a legislação para o Estado do Amazonas seja a mesma que a do Estado de Santa Catarina ou a do Estado do Rio Grande do Sul. Nós precisamos rever essa questão. Não é possível que queiramos centralizar mais poder e mais dinheiro aqui em Brasília, enquanto a vida que acontece nos nossos Municípios, nos nossos Estados, esteja em frangalhos.

Muitos não se importam com as coisas que são votadas aqui, nem com a forma. Isso é muito decepcionante para mim, que sou Deputada e vim aqui honrar cada voto recebido, como muitos que estão aqui. Graças a Deus, encontramos vários colegas nessa mesma pegada, mas muitos não se importam, muitos aceitam a maneira como as coisas estão acontecendo aqui já faz algum tempo, de nem sequer saber o que está sendo votado, de coisas que não estavam programadas entrarem na pauta.

Não é porque eu não concordo, é porque não estava programado. A nossa assessoria não tem sequer tempo de ler. Na hora em que abrem a Ordem do Dia, sobe a pauta, e corre todo mundo para o plenário para ver o que é e ler um



monte de coisa. Não tem a mínima condição!

Assim vamos acabar o ano: com mais um atropelo. E mais: esse não é um atropelo da Deputada Julia Zanatta, da Direita, do meu espectro político. O que acontece aqui dentro é o atropelo da democracia.

Obrigada.

---

Documento 28/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - 15/12/2023-13:12	
	CD	
Publ.: DCD - 12/16/2023	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
-		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Comissão nº 72 à Medida Provisória nº 1.185, de 2023, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Expressou preocupação com a insegurança jurídica gerada proposta, enfatizando que ela aumentará as probabilidades de demissões, fechamento de empresas e a redução da atração de investimentos para o Brasil. Previu uma queda na arrecadação ao longo dos anos, argumentando que a medida desincentiva as políticas de subvenção, especialmente com a iminente reforma tributária.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Vou. Estamos aqui trabalhando.

Eu estava dizendo, Presidente, que, na obstrução, nós aprendemos muito com o PT. Hoje eles dizem que o que eles faziam no passado não vale, mas valia e continua valendo, assim como aquilo que eles fazem nas Comissões. Então, nós reconhecemos, realmente, nisso o PT é professor, assim como o PCdoB e a Oposição!

Hoje não há ninguém do PSOL no plenário. O PSOL também sempre foi muito bom na Oposição, Deputado Renildo Calheiros. Aliás, parte da assessoria de V.Exa., depois de convertida, está trabalhando conosco também.

**O SR. RENILDO CALHEIROS** (Bloco/PCdoB - PE) - São excelentes regimentalistas!

**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não é verdade?**

Portanto, estamos aqui trabalhando com base naquilo que a Oposição, no passado, sempre fez e hoje é Governo.

Sr. Presidente, comentários à parte, nós estamos tentando, pelo menos, transformar uma parte desses recursos de subvenções, que são remetidos às reservas de lucro, em uma parcela que pode se converter também em créditos. Nós precisamos garantir que as empresas que tiveram, no passado, uma expectativa tenham, pelo menos, parte dela cumprida. Os outros destaques que nós tentamos manter como aprovados aqui foram rejeitados, infelizmente.

Não podemos admitir tanta insegurança jurídica no Brasil, e o que esta Casa está fazendo é aumentá-la. Nós estamos aumentando, repito, as probabilidades de demissões, de fechamento de empresas e de fim de atração de investimentos para Estados, que poderiam vir de outros países, mas que acabarão não vindo mais para o nosso Brasil. Este é o resultado.

Eu quero estar, daqui a um ano, na tribuna, depois de aprovada, lamentavelmente, esta medida provisória, para trazer os dados, primeiro, da arrecadação, que não vai ser, Líder do Governo, Deputado José Guimarães, que aqui me perguntou se eu ia manter o destaque, aquela que o Governo está esperando, não, nem no que vem, muito menos daqui a 4 anos. Digo isso porque, em vez de subir — estão prevendo que a arrecadação subirá ao longo dos 4 anos —, ela cairá, cairá já no primeiro ano, no segundo cairá mais ainda, no terceiro cairá mais ainda e assim no quarto. Por quê? Porque há um desincentivo às políticas de subvenção, ainda mais agora, em que a reforma tributária vem aí pela frente.

Esta previsão que está sendo feita hoje, previsão de 130 e tantos bilhões de reais para reforçar o caixa, não vai ser cumprida. O pior é que, além de não ajudar o Governo, que nem deveria ser ajudado, vai prejudicar as empresas, que vão demitir, vão fechar e vão deixar de investir.

O NOVO está em obstrução.

---

Documento 29/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-14:16
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado parabenizou a coragem e determinação da presidência em colocar em pauta a "mais importante reforma da história do Brasil", referindo-se à

reforma tributária. Ele elogiou a proposta como uma mudança significativa no sistema tributário brasileiro e parabenizou a todos os envolvidos na decisão.

---

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para contraditar, Sr. Presidente.

Eu tive a honra, Sr. Presidente, de ser Relator da PEC 293, aprovada por unanimidade na Comissão Especial da Reforma Tributária, em dezembro de 2018.

Esta PEC foi informalmente para o Senado e se transformou na PEC 110, no Senado, com o mesmo teor. Informo à Casa que fiquei muito honrado com a escolha que a Mesa fez da PEC 293. Estou muito honrado porque eu fui o Relator. E é o mesmo teor. Vamos dizer que não é 100%, mas a matéria é 90% igual.

Então, é uma matéria conhecida, é uma matéria que está pronta. E eu parabeno V.Exa. pela coragem, pela determinação de colocar a mais importante reforma da história do Brasil. Não há nenhuma proposta mais importante, liberal e capitalista do que esta reforma. O Brasil vai reconhecer para sempre esta mudança do sistema tributário brasileiro.

Então, eu estou aqui contraditando. Eu sou independente e posso dizer que, assim como qualquer Parlamentar, é legítima essa opção pela PEC 293.

Parabéns mesmo à toda a Mesa, à Casa e aos Líderes por essa escolha.

---

Documento 30/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-14:36
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	José Medeiros-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado expressou sua preocupação com o foco excessivo do governo na arrecadação. Alertou sobre a possibilidade de empresas deixarem o país devido a essa abordagem, mencionando casos anteriores de empresas que migraram para o Paraguai. O parlamentar lamentou que a reforma tributária não esteja atendendo às expectativas de redução de impostos e simplificação do ambiente de negócios, considerando uma oportunidade perdida para promover uma reforma significativa no país.

---

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, às vezes tenho a impressão de que o Brasil não tem o menor perigo de dar certo.

Veja só: nós estamos diante de tamanha sanha arrecadatória deste Governo, que dá uma visão de funil, de forma que ele não enxerga mais nada. Não é só arrecadar. Há um limite.

Agora, nós vamos assistir, daqui para frente, a empresas indo embora do País, como muitas já foram para o Paraguai.

A nossa preocupação é que estamos fazendo uma reforma sobre a qual havia a expectativa de que diminuíssem impostos e descomplicasse o ambiente negocial. E não é nenhuma das duas coisas. Na verdade, está se aumentando e se complicando ainda mais. É lamentável que percamos esta grande oportunidade que se apresenta neste momento de darmos uma reforma boa ao País.

---

Documento 31/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-14:40
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	COMO RELATOR DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado, relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional, apresentou ao Plenário a proposta consolidada entre Câmara dos Deputados e Senado Federal da reforma tributária.

---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputado Renildo, eu venho a esta tribuna com muita tranquilidade. Nós estamos, hoje, fechando e, se Deus quiser, encerrando um ciclo no nosso País, um debate que ser perpetuou durante 35 anos, se nós olharmos para a emenda constitucional de 1988. Se olharmos antes disso, faz ainda mais tempo que este debate persiste neste Parlamento. Nunca se conseguiu avançar tanto numa reforma da tributação sobre o consumo para corrigir as distorções do sistema tributário que foram se criando na ausência de coragem para se enfrentarem os problemas estruturais, e não tão somente problemas circunstanciais.

Por isso, Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu fico muito tranquilo. Embora haja um conflito acerca do que estamos votando neste momento, nunca se discutiu tanto, nunca se teve tanta transparência em uma discussão

com toda a sociedade brasileira. As enormes divergências de pontos de vista foram consideradas, e fez-se um debate franco, com participação social. Nós visitamos praticamente todos os Estados, ou fomos visitados, porque aqui tivemos ene audiências públicas com diversos setores, de Estados de todo o País, para que estivéssemos vivendo este momento.

E este momento que nós estamos vivendo no dia de hoje é histórico, mas nós temos que mencionar que também o tivemos em passado muito recente, aqui neste mesmo plenário. No dia 5, no dia 6 e no dia 7 de julho, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados fizeram uma ampla discussão, um amplo debate sobre este tema, e nós aprovamos, em primeiro e segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023, que foi ao Senado. Lá, passou também por um processo de discussão amplo e profundo, conduzido pelo eminente Senador Eduardo Braga, o Relator, que está aqui neste plenário. Como ele, eu tive oportunidade de estar no plenário do Senado também acompanhando a reforma tributária.

Portanto, eu tenho plena convicção de que estamos fazendo um debate que talvez seja o debate mais longo, o debate mais extenso, o debate mais profundo e o debate mais difícil que nós já tivemos nesta Casa. O debate, por exemplo, da reforma da Previdência, que é um tema importante, é pontual; o debate de uma reforma trabalhista como a que nós fizemos também é pontual. Mas o sistema tributário que nós temos hoje é complexo, e seu debate é feito de diversas formas, envolve setores diversos, envolve entes federados e envolve a complexidade do País que nós temos. Apesar disso, eu tenho absoluta tranquilidade quanto ao fato de que nós vamos concluir essa análise sobre a qual se debruçou o Senado Federal para concluirmos esta reforma.

E quis o destino que hoje nós tivéssemos parte desta sessão presidida pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, que está aqui. Eu queria aproveitar a oportunidade para render a minha homenagem a este companheiro, que lutou tanto pela mudança no sistema tributário.

*(Palmas.)*

Deus faz dessas coisas, Deputado Hauly, faz isso conosco, e nós temos que ser gratos a Ele.

Eu passo agora a um momento importante, que é o da leitura do voto. Antes, vou fazer só uma menção, já que está ali o autor da propositura, o nosso Deputado Baleia Rossi, da PEC 45. O Deputado Hauly foi quem nos fez votar, inclusive na Comissão, a PEC 293, que é esta que nós estamos apensando à PEC 45 no dia de hoje. E o Senador Eduardo Braga teve uma missão muito difícil, que foi tratar de um tema em praticamente 4 meses e aprová-lo no Senado.

Então, eu queria dizer que o que está aqui hoje foi resultado de um consenso. Eu diria que foi feita uma construção de maioria nesta Casa, porque é difícil

haver consenso numa Casa tão plural. Mas é preciso desmistificar algumas coisas. Mais uma vez, não vamos permitir, primeiro, que se traga para cá politização acerca desta reforma. Esta é uma reforma que o Parlamento propôs ao longo de todo esse tempo e não conseguiu fazer.

Esta reforma vai, de fato, impactar o nosso País sobremaneira, porque nós vamos ter nela a simplificação tributária. É um equívoco e é falso dizer que esta reforma não combate as principais mazelas do sistema tributário do consumo no nosso País. Nós estamos trazendo não só a simplificação, mas também a eliminação da cumulatividade. Nós estamos combatendo a cumulatividade e trazendo transparência para o nosso País. Hoje o nosso cidadão não sabe quanto paga de impostos no Brasil, porque o nosso sistema não é claro. E ele pesa, sobretudo, sobre os que mais precisam no nosso País, sobre os mais desprotegidos, porque ele é regressivo, ou seja, quem precisa mais é justamente quem paga mais.

Por isso, Presidente, eu faço este preâmbulo antes de ler o nosso parecer. E vou explicar aqui a nossa manifestação, mas com muita tranquilidade, ciente do esforço que foi feito aqui por todos. Todos participaram; esta reforma não foi construída por uma só pessoa.

Eu vou iniciar a leitura deste relatório com a certeza de que estamos concluindo este trabalho com muita responsabilidade. É lógico que há coisas eu preferiria fazer de forma diferente. Eu defendi aqui um IVA único, porque achava que era mais simples. Mas a nossa complexidade federativa nos impõe também a lógica da política, em que você não impõe a sua vontade; você tem que ceder, para que se construa, na verdade, a vontade de todos, que é o símbolo desta Casa.

Se V.Exas. me permitirem, passarei direto ao voto.

## "II - Voto do Relator

Coube a este Relator a honrosa missão, após designação do Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, de emitir parecer sobre o mérito" da PEC da reforma tributária, bem como sobre o mérito das emendas que lhe foram apresentadas, "nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados — RICD, observados os mesmos pressupostos de admissibilidade que condicionam as proposições principal e apensada.

Por oportuno, destaque-se não ser necessária nova análise da admissibilidade das proposições em apreciação. A Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, teve sua admissibilidade apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJC, em 4 de fevereiro de 2004, a partir de parecer exarado pelo Deputado Osmar Serraglio para a PEC 228/04, da qual foi desmembrada. As emendas a ela apresentadas tiveram sua admissibilidade apreciada, ou na CCJC ou pela Comissão Especial da PEC 293/04, sob relatoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, cujo parecer foi aprovado em 11 de



dezembro de 2018. Já a PEC 45/19 passou, na Câmara dos Deputados, pelo crivo da admissibilidade pela CCJC em 22 de maio de 2019, a partir de parecer de lavra do Deputado João Roma, e, no Senado Federal, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ daquela Casa, em 7 de novembro de 2023, nos termos do parecer de autoria do Senador Eduardo Braga.

## II.1 Análise do mérito da PEC 293/19 e de suas emendas

O desfecho do longo processo da reforma tributária se dá a partir da PEC 293/04. É a oportunidade para homenagear" — e eu já fiz isto aqui — "o Deputado Luiz Carlos Hauly, Relator dessa proposta outrora, na respectiva Comissão Especial. Incansável defensor da reforma tributária, é justo reconhecer e afirmar que seu trabalho árduo muito contribuiu para concluirmos o alinhamento de nosso sistema tributário de consumo ao modelo adotado no restante no mundo.

Em relação ao mérito da proposta, como se sabe, o texto do substitutivo à PEC 293/04, aprovado em 11 de dezembro de 2018, foi apresentado pelo Senador Davi Alcolumbre na forma da PEC 110/19. Esta PEC, juntamente à PEC 45/19, tornaram-se a base da discussão da atual reforma tributária.

As 49 emendas apresentadas originalmente à PEC 228/04, da qual deriva a PEC 293/14, referem-se a um contexto diverso daquele em que se passa a discussão atual. Na época, ainda não se podia antever que as duas Casas Legislativas cerrariam fileiras em favor de um IVA dual, alinhado às melhores práticas internacionais, e acordariam pela extinção do ICMS, ISS, PIS, COFINS (...). Assim, não há como alinhar as propostas ao estágio em que se encontra a discussão da tributação do consumo no País. Por essa razão, optamos por não acatá-las.

Já em relação às sete emendas apresentadas à Comissão Especial da PEC 293/19, todas foram parcialmente acatadas no substitutivo aprovado naquela Comissão e não trazem inovações que possam ser incluídas no texto. Desse modo, optamos por rejeitar essas emendas.

## II.2 Análise do mérito da PEC 45/19

O retorno da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 3 de abril de 2019, para apreciação das modificações do Senado Federal ao texto aprovado por esta Casa em julho de 2023, marca a conclusão de um longo processo de diálogo institucional iniciado em 2019 com a apresentação da PEC 45/19 na Câmara dos Deputados pelo Deputado Baleia Rossi e da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 9 julho de 2019, no Senado Federal pelo Senador Davi Alcolumbre.

Devemos muito a estes dois Parlamentares, o Deputado Baleia Rossi e o Senador Davi Alcolumbre, pela coragem na iniciativa de trazer à pauta matéria tão importante para o País, mas da qual, por sua dificuldade de consenso,

muitos já haviam desistido. Destaque-se que ambos não foram apenas autores das propostas, mas ferrenhos defensores da ideia durante toda a discussão da matéria.

O diálogo continuou com a criação da Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária, em 19 de fevereiro de 2020, com o objetivo de produzir uma proposta que unificasse os dois textos. Tendo sido designado Relator da matéria, após amplo processo de estudo e discussão, apresentei ao colegiado, em 12 de maio de 2021, um substitutivo às duas PECs, que não chegou a ser apreciado pela extinção, por esgotamento do prazo regimental, da Comissão Especial da PEC 45/19.

Esse substitutivo, apesar de não votado, continuou a ser discutido na análise, pela CCJ do Senado, da PEC 110/19. Em 16 de março de 2022, seu Relator, o Senador Roberto Rocha, apresentou novo substitutivo, que também não foi apreciado por aquele órgão colegiado."

Aliás, eu também gostaria de ressaltar o empenho e o trabalho do Senador Roberto Rocha como Presidente da Comissão Mista e Relator da PEC 110/19. Ele sempre acompanhou este tema e acompanha até hoje.

"Em 2023, tendo a reforma tributária sido elencada como uma das prioridades nacionais, a Câmara dos Deputados instituiu, em 9 de fevereiro de 2023, grupo de trabalho para analisar e debater a PEC 45/19", sob a impecável Presidência do Deputado Reginaldo Lopes, que está aqui neste Plenário. E eu quero aqui abraçar o Deputado Reginaldo Lopes e dizer da honra de ter sido e ainda ser colega dele, que, com tanta fidalguia e com tanta dedicação, conduziu os trabalhos do grupo de trabalho, grupo esse que também teve na sua composição os seguintes Parlamentares, aos quais rendo homenagem: Deputada Tabata Amaral e Deputados Adail Filho, Glaustin da Fokus, Ivan Valente, Jonas Donizette, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Mauro Benevides Filho, Newton Cardoso Jr, Saullo Vianna, Sidney Leite e Vitor Lippi. Por meio deles, eu cumprimento todos os Parlamentares desta Casa que têm acompanhado e se dedicado a este tema e que, de forma relevante, contribuíram para o aprimoramento do texto apresentado.

"Tomando por base todo o cabedal de conhecimento acumulado, o GT aprovou, em 6 de junho de 2023, relatório com diretrizes para a reforma tributária a ser levada à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

E foi com base nessas diretrizes que esta Casa aprovou, em 7 de julho de 2023, o substitutivo à PEC 45/19, oferecendo ao País uma reforma tributária abrangente e coesa, representando o consenso possível de nossa sociedade, que propôs um sistema tributário alinhado às melhores práticas internacionais, capaz de impactar positivamente o crescimento da economia brasileira, reduzindo custos, eliminando litígios e corrigindo distorções alocativas.

Enviado ao Senado Federal, aquela Casa passou 4 meses dedicada ao debate e

estudo desse modelo tributário e, em 8 de novembro de 2023, aprovou novo substitutivo à PEC 45/19."

Fazemos questão, mais uma vez, de ressaltar o trabalho feito pelo eminente Senador Eduardo Braga, trabalho esse que resultou neste sistema, que trata de diversas questões. Nós vamos detalhar, aqui, agora, para os senhores cada ponto.

Eu queria fazer um adendo, antes de voltar ao texto, para destacar um ponto que é importante: a construção feita, no dia de hoje, no debate com as Lideranças da Casa e com o Senado. O próprio Relator no Senado, o Senador Eduardo Braga, está presente aqui no plenário. E quero falar da importância da determinação dos dois Presidentes: do Senador Rodrigo Pacheco, que, desde então, acompanhou este processo na Comissão Mista, composta por Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras; e do nosso Presidente Arthur Lira, que trouxe este debate e marcou data para a votação desta matéria.

É muito difícil votar um tema como este. Toda vez que nós vamos votar, há uma solução que aparentemente poderia ser melhorada. Este debate sempre segue, e nós não conseguimos finalizá-lo. Durante esta semana, isso se intensificou, e houve um debate não só interno à Casa, como externo. Esse debate foi feito com as Lideranças da Câmara e do Senado. Eu, o Senador Eduardo Braga, o Presidente Pacheco e o Presidente Arthur, baseados naquilo que foi fruto do debate com os Líderes partidários, tivemos ontem uma reunião de mais de 4 horas, na qual nós passamos o texto e o avaliamos para que nós pudéssemos concluir este trabalho hoje. E esse trabalho, na minha opinião, e sei que na opinião de muitos... Nós passamos a definir exatamente cada ponto desses.

Peço a atenção das senhoras e senhores a esta explicação sobre essa construção conjunta, até porque nós queremos não só votar uma reforma tributária, uma emenda constitucional, mas também promulgá-la e entregá-la ao Brasil ainda este ano, porque, meus amigos, este processo está só começando. Nós temos um grande debate da legislação complementar para fazer no ano que vem. Nós estamos constitucionalizando um calendário para que o nosso sistema tributário seja modificado, e isso não se faz do dia para a noite.

Então, houve discussões com as Lideranças da Casa, com o Governo Federal. E aqui eu também queria destacar o empenho do Ministro Haddad e da sua equipe. Está aqui o Bernard Appy. Estivemos ontem madrugada adentro discutindo estes temas para chegarmos tecnicamente à melhor solução. Também destaco o empenho do próprio Presidente da República. Não vamos politizar a discussão, mas foi preciso, sim, o Presidente resolver aportar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, senão não haveria reforma. No passado, nós não tivemos a reforma porque esse tema federativo não conseguia andar. Precisávamos da decisão de quem compreende a Federação como um todo para aportar 40 bilhões de reais aqui na Câmara e ampliar o

valor no Senado em mais 20 bilhões de reais, totalizando 60 bilhões de reais.

Então, é preciso destacar, sim, essa vontade de se fazer aqui a reforma tributária e o envolvimento também do Presidente Lula, como representante de uma instituição importante, o Executivo, para colaborar para a emenda constitucional proposta pelas duas Casas. Esse trabalho de cooperação entre todos nós é importante. Foi a partir dessa discussão com as duas Casas e com o Governo Federal que nós chegamos a este momento. Contudo, não foi possível manter algumas das inovações incorporadas no Senado.

"Destaque-se que a promulgação de parte de PEC, eliminando dela a matéria que não é consensual entre as duas Casas Legislativas, é prática assentada no processo legislativo brasileiro, já chancelada pelo Supremo Tribunal Federal. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade — ADI 2128, de 2002, decidiu-se ser possível suprimir parcela do texto de PEC, sem retorno para a outra Casa, desde que a parte tenha autonomia e não prejudique o sentido ou compreensão do remanescente.

Diante do exposto, proporemos, a seguir, algumas exclusões do texto em análise, correspondentes a emendas supressivas. Cuidou-se de eliminar tópicos que correspondem a acréscimos de Senado que gozam de autonomia com relação ao restante do texto. Suas exclusões representam apenas a não concordância da Câmara dos Deputados com essas inovações, não prejudicando a estrutura da reforma tributária aprovada. A parte remanescente, constante do substitutivo por nós apresentado, compõe um texto coeso, sem lacunas e totalmente aplicável, sendo passível de promulgação imediata.

Um dos tópicos para os quais são necessários ajustes diz respeito aos regimes diferenciados com direito a alíquotas reduzidas de IBS e de CBS.

Não podemos perder de vista que a redução da alíquota para um bem ou serviço adquirido pelo consumidor final implicará o aumento da alíquota para o restante da economia, já que a manutenção da carga tributária é pressuposto da reforma. Tendo isso em mente, é recomendável que exceções à regra geral de tributação em razão da concessão de benefícios fiscais privilegiem produtos e serviços de consumo relevante por famílias de baixa renda. A eleição de produtos consumidos por pessoas com melhores condições econômicas, por mais relevantes que sejam, implicará o financiamento do benefício pelo restante da sociedade, em especial, de sua parcela mais humilde.

Por outro lado, caso o bem ou serviço beneficiado com alíquota reduzida seja consumido por pessoa jurídica, consistindo em insumo de alguma cadeia produtiva, será aproveitado pelo adquirente quando do pagamento do IBS/CBS devidos. Nesses casos, a inclusão do bem ou serviço na lista de reduções de alíquotas somente traz complexidades e ineficiências econômicas, sem nenhuma redução de carga tributária, já que o valor pago a menor será recolhido na etapa seguinte.

Seguindo esses parâmetros, optamos por realizar as seguintes exclusões.

Eliminamos a possibilidade de redução em 100% da alíquota na aquisição de medicamentos e dispositivos médicos por entidades de assistência social sem fins lucrativos" (...).

Há já uma duplicidade, porque o nosso texto anterior já previa inclusive a redução de até 100% desses dispositivos.

"A cesta básica estendida (art. 8º, § 2º, da PEC) seria aquela que contém produtos com alíquota reduzida em 60% e com *cashback* obrigatório. Contudo, a PEC já garante o mesmo tratamento para alimentos e produtos de higiene elencados na lei complementar, com possibilidade de *cashback*" e redução de alíquota, "não havendo sentido em obrigar o legislador complementar a decisões que seriam mais bem ponderadas de acordo com os recursos e limitações de cada época."

É importante dizer que nós já destacamos nessa redução alimentos destinados a consumo humano. Portanto, nós já temos essa previsibilidade aprovada no texto nas duas Casas, Câmara e Senado.

"Quanto ao *cashback*, destaque-se que a PEC em análise já garante a possibilidade da evolução do IBS e da CBS a pessoas físicas, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda."

Nesse texto, nós estamos apenas mantendo aquilo que a Câmara já aprovou e que o Senado manteve.

"Foram necessários ajustes em alguns dos setores incluídos no âmbito dos regimes específicos."

(...)

Eu quero realçar que quando nós falamos em regime específico, a pessoa confunde com regime especial, como se isso fosse sinônimo de algum tipo de benefício. O regime específico é aquele em que você não vai aplicar o IVA diretamente de um regime de débito e crédito; você vai definir em lei complementar como será exatamente essa tributação e com que alíquota. Quem vai fazer isso? Esta Casa, juntamente com o Senado Federal.

"A inclusão de setores que, por sua natureza, podem se sujeitar ao regime normal de apuração" — aquele a que eu me referi — "causará complexidades e ineficiências, podendo causar novos litígios, justamente o que se pretende evitar com o novo sistema. Pode ainda resultar em tratamento mais gravoso que as regras normais, caso seja mal calibrado.

Nesse contexto, propomos a exclusão dos seguintes setores incluídos na PEC



do Senado:"

Eu quero também realçar que essas decisões foram tratadas com os Líderes desta Casa. Essas decisões não foram só deste Relator. Nós as propusemos, fizemos um debate, e houve o consenso majoritário dos Líderes desta Casa, que propuseram essas alterações:

"(i) serviços de saneamento e de concessão de rodovias (art. 156-A, §6º, inciso VI, da CF);

(ii) serviços de transporte aéreo (art. 156-A, §6º, inciso VII, da CF);

(iii) operações que envolvam a disponibilização da estrutura compartilhada dos serviços de telecomunicações (art. 156-A, §6º, inciso VIII, da CF);

(iv) bens e serviços que promovam a economia circular (art. 156-A, §6º, inciso IX, da CF);

(v) operações com microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica (art. 156-A, §6º, inciso X, da CF).

Outra exclusão que fizemos diz respeito ao regime específico de combustíveis e de lubrificantes, com relação ao dispositivo que atribuiu à resolução do Senado a fixação das alíquotas uniformes, o que anteriormente era da competência da lei complementar (art. 156-A, §6º, inciso I, alínea "a", da CF). Entendemos que, em razão da importância do produto tratado, essa discussão deve ser mais ampla, com a participação dos entes federativos e de todo o Parlamento, por intermédio da apresentação, tramitação e aprovação de projeto de lei sobre o tema.

Quanto ao regime favorecido de IBS/CBS da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio, realizamos duas exclusões."

Aqui, mais uma vez, eu queria realçar todo o trabalho e, nesse contexto, esse consenso — aí, sim, foi consenso —, que resulta, inclusive, na eliminação de alguns destaques.

"Diante da forte rejeição à ideia de tributar as demais unidades da Federação com uma CIDE, com o objetivo de aumentar a competitividade da Região Amazônica e ainda direcionar os recursos desse tributo para a mesma região, chegou-se ao consenso" — inclusive no Senado. Refiro-me à reunião que tivemos ontem o Presidente Pacheco, o Presidente Arthur, este Relator e o Relator Senador Eduardo Braga — "de se alterar o modelo de benefício da ZFM, mantendo a vantagem competitiva da região com o uso do IPI, e não da CIDE.

Nesse sentido, eliminamos a menção à CIDE do § 1º do art. 92-B do ADCT e excluímos o § 5º do mesmo artigo, que tratava de sua destinação. Como



decorrência dessa mudança, excluimos a alínea “b” do inciso II do art. 126 do ADCT, que extinguiu o IPI quando a CIDE fosse instituída, e mudamos a redação do parágrafo único do mesmo artigo, determinando que o IPI terá, em 2027, suas alíquotas zeradas em relação aos produtos não que tenham industrialização incentivada na ZFM.”

Na prática, nós teremos o IPI Zona Franca de Manaus.

“A segunda foi excluir o § 7º do art. 92-B, do ADCT, que listava os setores que não poderiam se beneficiar dos incentivos do regime favorecido, mas nele não listando petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo, que atualmente constam das vedações do art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Destaque-se que essa vedação foi incluída no projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, para eliminar vantagem tributária indevida de empresas que, por meio de medidas liminares, importavam combustíveis na ZFM sem o pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. Não podemos admitir que se busque recriar tal vantagem, agora em sede constitucional.

Quanto ao Comitê Gestor do IBS (antigo Conselho Federativo), não houve consenso quanto, em relação ao seu Presidente, à possibilidade de sabatina e aprovação pelo Senado Federal. Essa alteração equipara o Presidente do Comitê Gestor”, no entendimentos de alguns e desta Casa, “a autoridades federais diretamente subordinadas à Presidência da República, muitas inclusive com foro privilegiado para julgamento de crimes de responsabilidade (art. 156-B, § 5º, da CF). Tendo em vista que o Comitê Gestor não é um órgão federal e seu controle externo é realizado pelos entes subnacionais, não possuindo qualquer vínculo com a União, procedemos à retirada do dispositivo.”

Também encaminhamos no sentido de excluir a “competência do controle externo do Comitê das Assembleias e Câmaras Legislativas, que o fariam com auxílio dos Tribunais de Contas, para os próprios Tribunais de Contas, que o farão por meio de órgão colegiado, pelo que propomos a exclusão da parte final do inciso IV do § 2º do art. 156-B da CF.

Quanto à transição federativa, realizamos a exclusão do mecanismo que premia os entes que forem mais eficientes em seus sistemas de arrecadação (art. 131 §§ 2º e 3º, e art. 132, inciso II, do ADCT), a partir de um fator de transição, por julgarmos que o mecanismo previsto traz insegurança em relação aos seus reflexos na participação na arrecadação, durante 50 anos” de transição, “de todos os entes federativos subnacionais.

Não houve concordância também com algumas alterações trazidas em relação em” relação “a outros tributos.

A última supressão proposta é a do § 18 do art. 37 da CF, que aplica o limite remuneratório dos servidores federais aos servidores das administrações tributárias dos Estados, do DF e dos Municípios. Diversos entes federados

solicitaram a exclusão, por temerem uma forte pressão dos salários dos Fiscos Estaduais e Municipais, cujos funcionários poderiam receber mais que os próprios Governadores e Prefeitos.

Alguns acréscimos trazidos no texto do Senado se mostraram importantes, mas a redação proposta trouxe preocupações que recomendaram aprimoramentos.

Por sua vez, houve alterações nos princípios tributários que (i) vedam que a União, os Estados, o DF e os Municípios editem normas infralegais sobre matéria tributária sem dar ampla publicidade aos estudos e pareceres que as embasaram, que deverão conter avaliação do seu impacto sobre o grau de complexidade e a capacidade arrecadatória do Sistema Tributário Nacional; e (ii) determinam que projeto de lei que exija ou aumento de tributo contenha avaliação e demonstração do seu impacto econômico-financeiro.

O inciso VII e os §§ 8º e 9º do art. 150 da CF tornam demasiadamente rígido e burocrático o processo de alteração das normas infralegais tributárias. Além de dificultarem sobremaneira as iniciativas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, já que nem toda alteração é precedida de estudo ou parecer, esses dispositivos praticamente eliminam a possibilidade de os Parlamentos apresentarem projetos de lei em matéria tributária, pela dificuldade de obterem dados e, muitas vezes, de possuírem corpo técnico especializado para a elaboração desses pareceres e estudos.

Para os serviços financeiros, alteramos a redação do inciso II do § 1º e do § 2º do art. 10 da PEC, para deixar mais claro o seu texto, sem modificação de conteúdo.

Por fim, efetuamos correções de redação, de erros materiais e de referências de alguns poucos dispositivos, sem qualquer repercussão no mérito.

#### Voto

Pelas razões expostas, submeto aos ilustres pares o resultado de um amplo trabalho de conciliação entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, consequentemente, pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, e das duas propostas apensadas, a Proposta de Emenda à Constituição nº 140, de 2012, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 283, de 2013, bem como das emendas apresentadas, nos termos consignados a seguir."

Embora reconheçamos o mérito das emendas propostas, nós nos manifestamos pela sua rejeição, com base no substitutivo que estamos apresentando neste momento, que ora encaminho e passo à Mesa — ele já está no sistema e à disposição de todos.

Eu agradeço, Presidente, a sua paciência e a de todos os meus colegas de

Plenário e fico à disposição para esclarecer qualquer questão aqui colocada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 32/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-15:40
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional. Destacou o papel histórico da reforma tributária e reconheceu o envolvimento de figuras-chave como o Ministro Fernando Haddad e o Presidente Lula. Enfatizou o amplo suporte da proposta pelos setores produtivos e destacou a guerra fiscal entre estados como uma distorção a ser corrigida. Argumentou que a reforma visa não tributar investimentos e exportações, projetando benefícios como a geração de empregos, aumento de renda per capita e crescimento do PIB.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly. Também quero homenagear V.Exa. Estou aqui no sexto mandato. Desde que entrei, V.Exa. é o nosso grande Líder, que sempre acreditou na possibilidade de reformar o nosso sistema tributário. Parabéns!

Quero dizer que eu estou muito convicto. Acho que nós temos aqui uma oportunidade ímpar, uma oportunidade histórica. Pela primeira vez, nós construímos as condições políticas, depois de 40 anos, para votar essa reforma tributária.

Quero reconhecer o papel do Ministro Fernando Haddad e de toda a sua equipe, Bernard Appy. Juntos construíram, dentro do Governo, com o Presidente Lula, o apoio necessário para todas as negociações. Não é simples. Tanto que, nesses últimos 40 anos, ninguém havia conseguido reformar o sistema tributário. Então, manifesto o meu reconhecimento ao Ministro Fernando Haddad, a Bernard Appy e ao Presidente Lula.

Também é importante reconhecer que todos os setores produtivos apoiaram esta reforma — do agro ao setor de serviço, ao comércio, à indústria —, porque compreenderam que todos perdem com o atual sistema. Todos perdem. Ninguém ganha com o atual sistema. Mesmo a empresa que recebe incentivo aumenta o custo de produção. Ela não se aloca no lugar da matéria-prima. Fica longe do mercado de consumo. Portanto, todos perdem. Perdem os Estados,

que concedem o benefício. Os entes federados não ganham porque há no Brasil um contraste regional, fruto da desoneração, dos incentivos fiscais não equilibrados, o que faz com que os Estados tenham, Deputado Renildo Calheiros, 50% da sua receita em renúncia fiscal.

O cidadão também perde, porque isso gera custo. Ao invés de o produto chegar mais barato para o cidadão, chaga mais caro. Fica longe do mercado consumidor, longe da matéria-prima, e ninguém ganha. Não ganha o cidadão, que não tem acesso a um produto mais barato. Não ganha o setor produtivo, que paga mais caro para produzir. E não ganham os cofres públicos, porque perdem receita com esse sistema tributário.

Essa é a razão desse alinhamento político de todos os setores produtivos em favor da reforma tributária. E todos os entes federados compreenderam que é importante acabar com a guerra fiscal, que construiu distorções enormes.

É justo o cidadão do Piauí pagar imposto para a cidade de São Paulo? E não é justo um sistema tributário em que, antes de começar a produzir, o empresário que investe já paga tributo no investimento e na construção da empresa. Investimento não pode ser tributado, e esta reforma resolve essa distorção. Também a exportação não pode ser tributada, porque isso tira a competitividade.

O sistema tributário atual cobra imposto sobre imposto; cobra imposto sobre o valor acumulado. Dos 193 países que a ONU reconhece, 174 não cobram imposto sobre o valor acumulado, cobram sobre o valor agregado, sobre o valor adicionado. E o que aconteceu com o Brasil, Deputada Ana Paula? O Brasil se tornou uma República exportadora primária. Qualquer cadeia longa, qualquer valor agregado tirava a competitividade do setor produtivo. Em consequência, perdemos empregos, perdemos bilhões em arrecadação e perdemos trilhões no PIB.

O resultado dessa reforma, corrigindo todas as distorções, cobrando imposto por fora e não por dentro, dando transparência e cidadania ao povo brasileiro, cobrando no destino e não na origem, não cobrando mais na exportação, não cobrando mais sobre investimentos, creditando todos os insumos, com débito e crédito, vai produzir, Deputado Carlos Veras, um País que, em 10 anos, vai gerar 12 milhões de novos empregos para o povo brasileiro.

A produção de riqueza vai gerar um aumento de renda *per capita* de 6 mil reais para o povo brasileiro. Isso vai permitir que Municípios pequenos, que hoje têm 60 reais de receita *per capita*, passem a ter renda de 360 reais.

A economia crescerá 1,2% a 2%, num cenário mais conservador ou num cenário mais otimista, respectivamente, e o PIB crescerá para além do crescimento potencial.

Portanto, com esta reforma, Deputado Luiz Carlos Hauly, o Brasil cresce, e

todos ganham.

---

Documento 33/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-16:12
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Rogério Correia-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional. Ele reconheceu que a Reforma Tributária não é perfeita, mas enfatizou sua importância para o desenvolvimento do país, gerando empregos e renda.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, venho aqui fazer a defesa da aprovação da reforma tributária, mas, primeiro, quero parabenizar tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado e o Governo do Presidente Lula por escolher esta reforma como a principal a ser feita no Brasil nesses tempos.

No Governo Temer, escolheu-se a reforma trabalhista. No Governo Bolsonaro, escolheu-se a reforma da previdência. Certamente, se nós estivéssemos no Governo Bolsonaro — graças a Deus, essa desgraça não aconteceu no Brasil —, estaríamos discutindo a reforma administrativa. Sempre se discutem as reformas que vão retirar dos pobres. Quando se começa a discutir algo que envolve os ricos, e a reforma tributária envolve, é um quiproquó. Em nada se pode mexer nos direitos dos que possuem muito no Brasil.

Esse é o debate que está sendo feito. Por isso, a reforma tributária era e é a reforma que precisa ser feita.

O Presidente Lula escolheu bem a reforma e acho que Câmara e Senado estão corretos nisso.

Essa reforma tem algumas qualidades que é preciso destacar. Primeiro, a simplificação. Os tributos serão só sobre o consumo. Não se fala que é um rolo danado a tributação no Brasil? Pois teremos simplificação.

Transparência, porque tudo será por fora. Não há mais aquela cobrança por dentro. O povo vai saber o que está pagando. Ela é feita agora no destino. Então, acaba a guerra fiscal, que também só protege aqueles setores grandes do capital que acabam encolhendo o seu imposto através da guerra fiscal entre

Estados e Municípios. Também liquida isso.

Há também algo importante que é a devolução para os mais pobres de parte do imposto. Isto é fundamental: devolver o que é imposto a mais para alguns é devolver aos mais pobres. Além disso, há a compensação de créditos, o que vai diminuir a judicialização, que é importante para todo mundo.

Por fim, a isenção da cesta básica real. Com isso também nós vamos diminuir os preços dos produtos de primeira necessidade.

Com a reforma tributária ganha o povo brasileiro. Alguns setores que ganham muito sempre reclamam. Aliás, eles não reclamam, eles agem: às vezes, dentro do Congresso, da Câmara, no Governo. Eles têm uma capacidade de ingerência em alguns assuntos que às vezes o povo brasileiro não tem. É preciso fazer às claras a discussão da reforma que fazemos.

Acho que a reforma tributária é essa. Não é a reforma dos sonhos mesmo. Aqui faltam questões para dividir mais renda. Nós vamos ter que aprofundar também nesse quesito de uma reforma tributária que atinja os super-ricos.

Conseguimos fazer a taxação de *offshores*, foi muito importante, já é lei e o Presidente Lula sancionou, mas será necessário agir também em cima de uma distribuição maior de renda e ver a tributação e a taxação de grandes fortunas. Essa é uma nova etapa.

Não tenho dúvida nenhuma de que essa reforma tributária há muito tempo era esperada e ela vai ajudar no próprio desenvolvimento e crescimento do País, gerando emprego e renda, inclusive o capital produtivo.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 34/73

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-16:16
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional. Ele expressou preocupação em relação à Reforma Tributária, argumentando que, embora a reforma tenha pontos positivos, como o fim da cumulatividade e a proteção da Zona Franca de Manaus, ela também aumenta a carga tributária sobre o setor de serviços, que é o principal empregador no Brasil. Ele enfatizou a importância de proteger o setor de serviços e sugeriu que a reforma deveria ser



feita por partes, começando com os impostos federais e simplificando-os antes de abordar os impostos estaduais e municipais. O Deputado alertou que a reforma poderia resultar em desemprego e prejudicar a economia do país a longo prazo.

---

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Sem revisão do orador.) -** Obrigado, Presidente.

Antes de começar a falar sobre a reforma tributária, eu gostaria de parabenizar o Relator Deputado Aguinaldo Ribeiro, o Relator no Senado, o Senador Eduardo Braga, porque, mesmo eu sendo contra a reforma, conseguiram proteger a Zona Franca de Manaus.

Mas essa reforma não é só sobre Zona Franca, é sobre o País. E o conceito dela não atinge o que nós precisamos: primeiro, uma carga tributária menor. Nós sabemos que nós vivemos num manicômio tributário e isso precisa ser corrigido, mas não dá para corrigir o manicômio tributário criando o maior imposto do planeta Terra.

A reforma consegue atingir alguns pontos positivos. Ela acaba com a cumulatividade. Isso afeta diretamente o setor industrial, que começa a respirar um ar melhor. Acredito que nós vamos conseguir uma recuperação no setor da indústria com essa reforma, mas quem vai pagar pelo que está errado no texto é o setor de serviço. Esse setor, que é o que mais emprega no nosso País — 70% dos empregos correspondem ao setor de serviço — vai pagar o pato nessa reforma. Isso não é justo.

Por isso, nós precisamos discutir mais a reforma tributária e encontrar um meio de proteger o setor de serviço, que é o setor que mais emprega. Não faz sentido, para salvar o corpo, cortar a cabeça. Vai ser criado um efeito cascata, pois se vai proteger a indústria, mas vai atacar o setor que mais emprega. Vejam o resultado disso: demissões, desemprego no setor de serviços, pois vai perder a competitividade. Aliás, ele está tentando sobreviver, com essa carga tributária elevadíssima, e nós vamos enterrar o setor! E, quando enterramos o setor de serviço, causamos desemprego. Com o desemprego, nobres Parlamentares, não há ninguém para comprar o produto da indústria. Logo, a indústria também vai ser prejudicada.

É isso que precisamos compreender. Nós precisamos dialogar mais. O Partido Liberal não é contra a reforma tributária, nós somos a favor dela. Acho que é senso comum, pois vivemos nesse manicômio tributário, que precisa ser corrigido, mas não podemos prejudicar o setor que mais emprega no nosso País, com a elevação dessa carga tributária.

Tudo bem, a reforma avançou para a indústria, acabou com a cumulatividade, com as tabelas malucas de PIS/COFINS, que realmente levam a um contencioso tributário gigantesco, avança, o texto protege a Zona Franca de

Manaus. Isso me deixa contemplado. Porém, o conceito dela está equivocado. Eu levanto a tese: vamos fazer uma reforma por partes. Primeiro, no que se refere aos impostos federais. É preciso simplificar essa tributação maluca de PIS/COFINS; se o sapato é de borracha, se é de couro; se é biscoito, se é *waffle*; se o calçado crocs é sandália ou sapato.

Vamos acabar com essa maluquice nos impostos federais. Assim, simplificaríamos. Não deixaria o imposto de serviço no Município, pois é o principal imposto para que a Prefeitura possa se desenvolver na ponta.

As pessoas moram nos Municípios, não moram na União, não moram nos Estados. Elas moram nas Prefeituras, nos Municípios. E aí nós estamos quebrando o pacto federativo. Nós estamos tirando essa autonomia dos Municípios. Isso é muito ruim também.

Então trazemos a tese: vamos reformar primeiro o federal, os impostos estaduais e municipais, simplificando.

Agora, do jeito que ela está desenhada, ela avança na indústria, mas quem paga o pato é o setor de serviço, e é o setor que mais emprega. E vai haver desemprego, não haverá gente para comprar os produtos da indústria. Resultado: a economia do Brasil vai reduzir, vai cair, infelizmente, com essa reforma tributária. Anote aí: daqui a alguns anos, nós vamos ter que fazer uma nova reforma, porque nós atacamos o setor que mais emprega neste País.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 35/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-16:24
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional. Ele apoiou a Reforma Tributária, destacando sua importância para a economia brasileira. Elogiou o Presidente da Câmara e os parlamentares envolvidos na elaboração do projeto, enfatizando a necessidade de implementar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no Brasil. Argumentou que a reforma resolverá problemas relacionados ao contencioso tributário e simplificará o sistema, reduzindo a renúncia fiscal, a inadimplência e os custos administrativos. Ele também elogiou a cooperação entre os diferentes níveis de Governo para a reforma e enfatizou seus potenciais benefícios para a economia e o emprego no país.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares e todos que estão nos ouvindo pela *TV Câmara* e pelos meios de comunicação, hoje é um dia da maior importância na história da economia brasileira. Sem dúvida, este é o mais importante projeto econômico da história brasileira.

O Brasil, que no começo do século XX até 1980 teve um grande crescimento, chegou a um período de 50 anos, cresceu o dobro dos Estados Unidos, nos últimos 42 anos, caiu para 2% ao ano, mal repôs o crescimento populacional, enquanto a China e a Índia passaram a crescer a 6%, 7% ao ano.

Então, eu quero parabenizar o Presidente da Câmara pela retomada da reforma tributária nesse seu mandato com a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, do Deputado Baleia Rossi.

Parabéns, Deputado Baleia Rossi, pelo projeto. Parabéns, querido amigo Deputado Aguinaldo Ribeiro, pela relatoria desse projeto importante. Parabenizo todo o grupo de trabalho, o Deputado Reginaldo Lopes e todo o grupo de trabalho da Câmara e todos que passaram esses últimos anos lutando pela reforma tributária, desde a PEC presidida pelo Germano Rigotto e relatada pelo Mussa Demes, pelo Virgílio Guimarães, que também trabalhou nessa PEC 293 e todos os relatores que passaram por esse período.

Eu quero dizer que é uma honra muito grande poder chegar a esse momento, nós que trabalhamos por mais de 36 anos, desde que eu descobri que o erro material estrutural do Brasil era a inadequação e inconsistência do sistema tributário porque o Brasil não tinha um IVA, como 174 países do mundo têm — e o Brasil vai ser o 175º País do mundo a ter IVA.

O IVA soluciona os problemas do contencioso da base de consumo. Quem está contra a reforma não tem ideia ou faz parte do imbróglio tributário. O Brasil tem hoje 7,5 trilhões de contencioso tributário, administrativo e judicial. Isso é medido pelo INSPER, um instituto muito sério que há em São Paulo, Capital.

Segundo, a Receita Federal, o CONFAZ e as entidades municipais: há 5 trilhões de dívida ativa de impostos declarados e não pagos.

Terceiro, nós temos anualmente uma renúncia fiscal da União, dos Estados e Municípios de 650 bilhões.

Com esses cinco impostos, nós vamos estar eliminando 350 bilhões de reais em renúncias fiscais e 200 bilhões de reais em inadimplência, porque todo ano a dívida pública, a dívida de impostos aumenta. Deixam de pagar e ela aumenta 200 bilhões de reais. Vamos eliminar 100 bilhões de reais com o custo da burocracia. Com isso, o consumidor e os preços vão cair 600 bilhões de reais dos 6,5 trilhões de reais de consumo das famílias. As famílias consomem 65%

do PIB.

Então, de uma vez só o modelo tributário ora proposto cria o IVA 5.0, a cobrança automática e o fato de nunca mais as empresas terem que pôr as mãos num imposto para pagá-lo. Elas não reterão o imposto. Não precisarão fazer a declaração. E os créditos serão financeiros e compensados automaticamente, como se fosse um sistema bancário financeiro. Os créditos serão compensados. A partilha será automática e nas nuvens. Nunca mais nenhum Governo — nem Governo Federal, nem Governadores, ninguém — vai por a mão no dinheiro dos Municípios, dos Estados. Esses recursos serão partilhados automaticamente. Eu não vejo prejuízo algum! Eu só vejo ganhos, ganhos.

Eu não sou Governo. Eu não tenho compromisso com o Governo, mas sou obrigado a parabenizar o Governo, que se propôs a fazer a reforma tributária, o Ministro Haddad, o Bernard Appy, que está aqui, que é um guerreiro junto com o Eurico de Santi, o Nelson Machado, a Vanessa Canado e toda a equipe que trabalha com o Bernard Appy na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária e no Ministério da Fazenda.

Sou obrigado a aplaudir os Governadores que apoiam esta reforma. A maioria dos Governadores inteligentes a apoiam! A maioria dos Prefeitos inteligentes a apoiam! A maioria dos empresários inteligentes a apoiam! E a quase totalidade dos trabalhadores, assim como os auditores do Brasil aqui presentes a apoiam desde o primeiro momento, auditores municipais, estaduais...

*(Desligamento do microfone.)*

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (Bloco/PODE - PR) - Então, Sr. Presidente, para concluir, quero parabenizar a Câmara pela votação em dois turnos. Quero parabenizar o Senado. Parabéns, Presidente do Senado! Parabéns, Relator Eduardo Braga! Parabéns a todos aqueles que enxergaram que neste trabalho não há politicagem! Aqui não tem Esquerda, não tem Direita! Aqui tem o Brasil acima de tudo! É o Brasil que está sendo votado com a reforma tributária!

Voto "sim"!

---

Documento 36/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-16:28
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Giovani Cherini-PL -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição

nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional. Expressou sua oposição à reforma, alegando que ela aumentará a carga tributária no Brasil, com destaque para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que considera o mais alto do mundo. Ele também criticou a introdução de um "imposto ecológico" que afetaria agricultores e proprietários de veículos a diesel, além de expressar preocupações sobre os impactos econômicos da reforma em sua região, o Rio Grande do Sul. Argumentou que a prioridade deveria ser a redução de despesas governamentais por meio de uma reforma administrativa antes de considerar aumentar impostos e anunciou que votaria contra a Reforma Tributária.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, o Brasil parou. Não foi "*o Brasil que voltou*", o Brasil parou. E nem foi "*o amor que voltou*", pois, de parte da Esquerda, o que voltou foi a pressa, o ódio pela Direita. Por isso gastam como se fabricassem dinheiro com a maior facilidade do mundo. Pagam para o Presidente Lula, por uma noite, 65 mil reais para dormir. E aí ele chama os descamisados do Palácio, faz uma grande festa e diz que defende os pobres. Mas tudo o que se vê aqui é o contrário. Esta reforma tributária vai ter o IVA mais alto do mundo, 27,5%. E há um monte de cheques em branco. Por isso, eu voto contra esta reforma tributária. Tenho um princípio, só voto a favor de reforma tributária o dia em que se diminuam despesas, o dia em que se tirar da gaveta o projeto da reforma administrativa, para diminuir despesas do Poder Legislativo, que gasta muito, para diminuir despesas do Poder Executivo e para diminuir despesas do Poder Judiciário.

E aqui há um monte de cheques em branco. Um deles é essa nova onda que o Poder Executivo vai regulamentar: esse cheque em branco do IBS, o imposto ecológico, com critérios ambientais.

Agricultor brasileiro, prepare-se! Você que tem um tratorzinho a *diesel* vai pagar imposto, porque você tem que comprar um trator elétrico, para enriquecer os chineses. Agricultor, você vai ser penalizado nesse imposto que é um cheque em branco. O Poder Executivo tem uma visão equivocada do aquecimento global. Mentiroso! Mentiroso! O aquecimento global não pode estar dentro desta reforma tributária. Aliás, há muitos sábios sobre esse assunto. Mas há muitos sábios que dizem que, se hoje terminassem com a Amazônia, não mudaria em nada o clima. É lógico que nós não queremos que termine. Nós queremos preservar, sim. Imposto ecológico, para o agricultor pagar imposto. Se tiver uma camionete a *diesel*, vai pagar mais imposto, porque o IPVA também vai ser taxado pela poluição do carro. Quem vai dizer o nível da poluição serão esses esquerdistas que apoiam ONGs que estão ganhando 50 mil, 60 mil, 70 mil por mês, essas WWF. Eles que vão dizer quanto o seu carro polui e quanto isso vai representar no aquecimento global. Uma farsa, uma falácia, uma mentira que estão inventando, porque sempre houve aquecimento lá, seca aqui, chuva lá, chuva aqui.

Aliás, fizeram um evento em Dubai e todos foram de avião, evidentemente, piorando, claro, o aquecimento global. Mais uma destruição, segundo eles, onde se produz o petróleo. O imposto ambiental, o imposto sobre doação e herança, o Rio Grande do Sul vai perder. Inclusive, com a reação das montadoras, só foi renovado o IPI para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Rio Grande do Sul também tem montadoras, e vai pagar mais impostos. Isso vai ser desleal, as montadoras vão embora do nosso Estado, e os Prefeitos e Governadores depois vão chorar, que nem o nosso lá, que está aumentando imposto, porque vão ter que vir a Brasília com chapéu na mão pedir bexiga para o Governo Federal.

Infelizmente, essa reforma tributária vai ser um desastre para o Brasil, e nós vamos votar contra, porque nós queremos, primeiro, a reforma administrativa, diminuir despesas, e depois diminuir impostos, e não aumentar impostos e aumentar despesas.

Obrigado.

---

Documento 37/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-16:36
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Vitor Lippi-PSDB -SP	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional. Ele enfatizou a importância da Reforma Tributária como uma medida essencial para o desenvolvimento econômico do Brasil. Destacou que a reforma não pertence a um único Governo ou partido político e enfatizou que houve ampla discussão sobre o assunto, envolvendo representantes de diversos setores da sociedade. Argumentou que o sistema tributário atual é problemático e que a reforma busca corrigir esses problemas, promovendo o crescimento econômico e a geração de empregos. Ele pediu o apoio de todos os Parlamentares para a aprovação da reforma, ressaltando sua importância para o interesse nacional.

---

**O SR. VITOR LIPPI** (Bloco/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Eu peço o tempo de Liderança, até porque a matéria é grande... (*Pausa.*)

Ah, não? Então está bom.

Enfim, eu uso muito poucas vezes esta tribuna, Sr. Presidente. Estou há 30 anos na vida pública — e nesta Casa há 9 anos —, mas não vi nenhum assunto



tão importante que pudesse impactar o desenvolvimento econômico e social deste País, que pudesse reduzir o custo das nossas empresas e pudesse ter a chance de livrar o Brasil de ser hoje o 184º pior sistema tributário do mundo. Então, nós temos uma responsabilidade com esse tema.

Eu gostaria aqui de cumprimentá-lo por termos tido a felicidade, Presidente Arthur Lira, de V.Exa., como Presidente desta Casa, e o Presidente do Senado terem informado à sociedade que esta Casa, o Congresso Nacional, iria ter como prioridade a discussão dessa matéria tão relevante ao Brasil, pela qual estamos aguardando há 30 anos. Então, quero cumprimentar também todos os que trabalharam aqui — Baleia Rossi, Haully, todos os da nossa Comissão, Aguinaldo, Reginaldo, as Frentes Parlamentares. Foram inúmeros os nossos encontros, e é muito difícil acontecer isso.

Por que nós não conseguimos, Deputada Adriana, fazer, nesses últimos 30 anos, essa repactuação para mudar o sistema tributário? Porque nós precisávamos ter a concordância dos Estados, dos Municípios, dos partidos, das Frentes Parlamentares, dos setores produtivos do Brasil, e nós precisávamos mudar a Constituição. A construção disso não é fácil.

Eu queria trazer aqui com muita clareza que, como houve muita desinformação — e eu acho que eu que estou acompanhando isso e participei praticamente de todas as reuniões poderia dizer, Deputado Mendonça —, o maior problema do sistema tributário, cuja PEC estamos apresentando aqui, é a falta de informação.

As pessoas não conhecem esse tema, porque ele é extremamente complexo. E as redes sociais, infelizmente, só criticam, não mostram, muitas vezes, com clareza a verdade dos fatos. Mas eu queria trazer aqui, para ser até didático, 12 dúvidas que são frequentes em todo o mundo, para que possamos esclarecer.

Primeiro, dizem aqui que a reforma tributária não foi discutida. Nós fomos levantar os números.

Nós tivemos 74 eventos públicos dentro da Câmara. Se considerado o Senado, passaram de cem. Nós tivemos também mais de 300 representantes dos setores econômicos e de todas as áreas de interesse público e social do Brasil discutindo esse tema. Nós tivemos aqui centenas e centenas de reuniões. Só o Deputado Luiz Carlos Haully fez mais de 450 reuniões, encontros e palestras. Eu não conheço nenhum tema que tenha sido tantas vezes discutido. Portanto, dizer que isso não foi discutido não é verdade.

Dizer que essa reforma tributária é do Governo do PT? Desculpe-me. Essa reforma é desta Casa, é da Câmara, que, em 2018, já tinha aprovado essa matéria. Foi ao Senado, parou lá a nossa PEC, a PEC 110. Agora, nós aprovamos a PEC 45 junto com a PEC 110 e temos essa PEC que aglutina essa questão da discussão do IVA. Portanto, isso não é reforma de um Governo. Isso é a reforma do Estado brasileiro e é um trabalho feito por este Congresso

Nacional.

Eu agradeço aqui ao Governo. Reconheço o esforço dele, que entendeu a importância, para o desenvolvimento econômico e social, de livrar o Brasil, as indústrias, as empresas brasileiras do péssimo sistema tributário que nós temos. Por sinal, é o mais caro, o mais confuso, o mais judicializado, o mais inseguro e o de maior custo dentro das empresas. É o que tem o IVA mais elevado do mundo sobre os produtos. É isso que estamos dizendo aqui.

Eu queria ver quanto tempo eu tenho ainda. É muito pouco tempo.

Digo a V.Exas., com muita sinceridade, que essa é a maior discussão desta Casa para ajudar o Brasil a crescer e gerar empregos, depois da Constituinte. Então, vamos ter responsabilidade com o Brasil. Aqui nós não estamos discutindo partidos. Nós estamos discutindo o interesse nacional.

Perguntem para qualquer pessoa qual é o maior problema, Sr. Presidente, que o Brasil tem hoje. É o seu péssimo sistema tributário. É o seu horrível sistema tributário. Todo mundo que vem para cá reclama, não consegue, é vítima desse sistema tributário. Nós precisamos livrar o Brasil desse mal. Ela pode não ser perfeita, mas é infinitamente melhor. Ela segue as melhores práticas dos 189 países que usam hoje o nosso IVA, inclusive todos os países da Europa. Então, contamos com o apoio de V.Exas.

Podemos ter algumas discordâncias. Eu mesmo não concordo com uma ou outra coisa. Mas ele é infinitamente melhor do que o que nós tínhamos até hoje. Isso efetivamente vai dar a maior contribuição para ajudar as nossas indústrias, as empresas, que estão sendo destruídas.

Nenhum setor ficou fora. O setor do agro viu que foi contemplado totalmente. No setor de serviços, só o SIMPLES representa 90% das empresas brasileiras.

Ao final, eu venho a esta tribuna para esclarecer essas questões relevantes, que precisam ser trazidas à tona, à verdade, porque o Brasil espera muito por isso.

Obrigado.

---

Documento 38/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-16:44
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Silvio Antonio-PL -MA	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição

nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional. Expressou preocupações em relação à forma como a Reforma Tributária está sendo discutida e aprovada. Destacou que a inclusão de setores e produtos com regimes tributários diferenciados levanta questionamentos sobre a influência de lobistas e interesses específicos na formulação da reforma. Levantou a possibilidade de aumento da carga tributária com a reforma e questionou o motivo pelo qual o Governo continua aumentando impostos. Argumentou que é necessário conter os gastos públicos através de uma reforma administrativa para garantir a eficácia das mudanças tributárias, e ressaltou o déficit fiscal previsto para 2023.

---

**O SR. SILVIO ANTONIO** (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Presidente, os demais prezados Parlamentares.

A Oposição não é contra a reforma tributária, mas sim contra a maneira como está sendo discutida e aprovada. De fato, nós reconhecemos que o Brasil precisa de uma reforma tributária. Mas temos que observar alguns pontos interessantes e preocupantes.

A principal crítica dos Senadores, principalmente da Oposição, caiu sobre o excesso de setores e produtos que ficarão em regime diferenciado, na regra geral do IVA. Opa! Tivemos a presença de lobistas nessa reforma, a influência de setores? Diante do *lobby* feito por esses setores, eles foram contemplados com inserções dentro do projeto, para ter um regime tributário diferenciado?

Fala-se que essa reforma vai atender principalmente à classe mais pobre — e deve —, ao trabalhador. Mas o interessante é que, entre esses setores que terão regime diferenciado, estão os de transportes, combustível, saneamento, planos de saúde, imobiliário, jogos de prognósticos, jogos de azar, loterias, instituições financeiras, incluindo os bancos.

Esta é uma reforma para pobre? Ou a presença de lobistas garantindo essa tributação diferenciada não descredibiliza esta reforma? Não deveria ter acontecido isso, Sr. Presidente.

Outra questão é o resultado da reforma. Vai diminuir impostos? Vai? O que preveem os técnicos é o aumento da carga tributária. E o Brasil, que está lá na classificação cento e setenta e alguma coisa como a pior carga tributária do mundo, pode ser agora campeão; pode estar em primeiro lugar da maior carga tributária, podendo a alíquota do IVA chegar, talvez, a 27,5%. Ah, vai ocupar a primeira posição!

Agora, a minha preocupação, prezados Parlamentares, é que essa reforma, então, aumenta impostos. Hoje pela manhã, nós tivemos aqui a questão da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, sobre a subvenção, aumentando tributação para empresas que precisam de incentivo financeiro dos Estados.

Aumento de impostos: por que esse Governo trabalha tanto para aumentar os impostos? Eu tenho uma resposta: porque gasta muito. Não adianta reforma, leis, se esse Governo não parar de gastar. Precisamos, sim, daqui dar uma indicação para uma reforma administrativa. Alguém tem que parar esse Governo. Alguém tem que parar. O Presidente Lula está gastando muito.

A previsão, para 2023, é de um déficit de 177,4 bilhões de reais. O certo é que ele recebeu o Governo do Presidente Bolsonaro com um superávit de 54,1 bilhões de reais, ou seja, ele já gastou e vai gastar 231,5 bilhões de reais em 1 ano! Quem é que para este homem, este Governo?

Então, vamos à reforma tributária, mas vamos parar de gastar, se não, não adianta de nada, e quem paga a conta é o povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 39/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-17:28
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Baleia Rossi-MDB -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado destacou a importância da Reforma Tributária para o crescimento econômico sustentável do Brasil e enfatizou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, trará justiça tributária, com impostos mais baixos para os mais pobres e simplificação do sistema tributário. Mencionou que a proposta é resultado de um estudo do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e agradeceu a todos os envolvidos na elaboração da proposta, incluindo o Relator Aguinaldo Ribeiro, o Presidente Arthur Lira e outros líderes políticos. Ele pediu o apoio de todos os Deputados para a aprovação da reforma.

---

**O SR. BALEIA ROSSI** (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Arthur Lira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero começar o meu discurso, a minha fala, com uma palavra: gratidão. E minha gratidão é primeiro a Deus por me dar a oportunidade de estar nesta sessão histórica do Parlamento brasileiro. Minha gratidão é também ao povo de São Paulo que me deu a oportunidade de ser Deputado Federal pelo terceiro mandato consecutivo e ter tido a possibilidade de apresentar a PEC 45, a PEC da Reforma Tributária. E minha gratidão é ainda a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que estão participando deste momento que vai mudar o Brasil para melhor.

Nós sempre ouvimos as pessoas dizerem que o Brasil é o país do futuro. Hoje

nós já estamos entre as 10 maiores economias do mundo, mas precisamos aproveitar mais os nossos potenciais. Chegou a hora de a reforma tributária recolocar o País nos trilhos do crescimento econômico sustentável.

A reforma tributária vai fazer com que a nossa economia cresça, gerando emprego e renda. Vamos acabar com esse manicômio tributário que atrapalha quem quer produzir e quem quer gerar empregos no nosso País. Nós vamos ter justiça tributária. O pobre vai pagar menos impostos no nosso Brasil, com a cesta básica com imposto zero no consumo; com os remédios, principalmente contra o câncer, com imposto zero.

Nós vamos simplificar o nosso sistema, vamos premiar a produção e vamos dar mais força para os Municípios pequenos. Noventa por cento dos nossos Municípios são pequenos e vão receber mais recursos. Acabaremos com a guerra fiscal. Vamos ter efetivamente crescimento do PIB e, com isso, geração de emprego e renda.

Podemos ter com esta votação os efeitos que nós tivemos lá atrás com o Plano Real. Não vamos resolver todos os problemas do nosso País, mas vamos fazer com que a população tenha esperança de dias melhores.

Sr. Presidente, eu ouço falar de reforma tributária há muito tempo. Em 1992, quando eu fui candidato a Vereador, em Ribeirão Preto, pela primeira vez, eu me lembro de que, no panfleto que eu apresentei, estava lá escrito: "*Vou lutar por uma reforma tributária!*" Falei isso como Vereador porque, como agente político, lá na base, eu já sabia que nós tínhamos esse desafio em todo o Brasil de entregarmos uma reforma tributária para o povo brasileiro. Quis o destino que eu pudesse estar aqui para ser o autor desta proposta de reforma tributária.

Quero agradecer ao CCiF — Centro de Cidadania Fiscal. Na verdade, a PEC 45 é um estudo do CCiF. Estão aqui o Secretário Bernard Appy, que é um dos idealizadores desta proposta, e a Vanessa Canado da mesma forma idealizadora da proposta. Há outros colaboradores, como Nelson Machado, Eurico de Santi. O ex-Presidente da Câmara Rodrigo Maia também foi muito importante no pontapé inicial desta PEC.

Quero agradecer aqui ao Deputado Reginaldo Lopes, que foi o coordenador do Grupo de Trabalho. Agradeço ao Deputado Luiz Carlos Hauly, que sempre foi um lutador pela reforma tributária.

E, claro, faço uma menção especial ao Deputado Relator Aguinaldo. Eu nunca vi um Deputado tão comprometido com o diálogo, alguém que buscou consensos, ouviu todos e conseguiu reproduzir, neste parecer à proposta de reforma tributária, o que a maioria deste Parlamento — Câmara e Senado — pensa.

Parabéns, Relator Aguinaldo Ribeiro, por esse seu trabalho extraordinário!

Quero agradecer também ao Presidente Arthur Lira, que bancou politicamente esta proposta. S.Exa. entra para a história como o Presidente que, depois da Constituição 1988, pautou e vai conseguir aprovar a mais importante reforma para o nosso País.

Lá no Senado, da mesma forma, agradeço ao Senador Eduardo Braga e ao Presidente Rodrigo Pacheco.

Agradeço ao Ministro Haddad, à Ministra Simone Tebet, ao Vice-Presidente Geraldo Alckmin e a todos os que ajudaram na construção da maioria nesta proposta, que não tem ideologia partidária.

Eu apresentei esta proposta em 2019, em outro Governo. Esta é uma reforma da Câmara dos Deputados, do Parlamento nacional para o povo brasileiro. Ela é boa porque conversa com o futuro, para dar esperança à população brasileira. Por isso, eu peço apoio a ela a todos os Deputados e a todas as Deputadas.

Tenho a honra de ser hoje Presidente Nacional do meu partido, o MDB, que colocou esta proposta como uma das suas bandeiras. Peço a todos os Deputados e a todas as Deputadas que votem a favor da PEC 45.

Vamos fazer história! Vamos mudar o Brasil para melhor!

Gratidão!

---

Documento 40/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - 15/12/2023-17:40	
	CD	
Publ.: DCD - 12/16/2023	Giovani Cherini-PL -RS	
-		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado encaminhou a votação do destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional. Ele argumentou que a política de aumentar impostos sobre armas não deveria ser aceita no contexto da Reforma Tributária.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais uma vez, este destaque vem em razão da fúria da Esquerda em querer retirar o armamento dos cidadãos de



bem.

Neste País, aumentaram os feminicídios, aumentaram os homicídios, e retiraram as armas do cidadão. E não há policial para fazer segurança de todo mundo. Portanto, meu querido Deputado Marcel van Hattem, nós estamos vivendo a fúria desarmamentista. É mais uma fórmula...

*(Desligamento do microfone.)*

**O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS)** - Deram-me só 1 minuto, mas a minha fala é para encaminhamento. Deveriam ter me dado 3 minutos.

*(Pausa.)*

Agora, sim.

Eu estava falando sobre este destaque no qual nós estamos pedindo uma votação em separado porque o cidadão de bem tem que ter a oportunidade...

Já estamos sob a fúria do Flávio Dino, acompanhado do Governo Lula, para retirar as armas do cidadão, aumentar os impostos cada dia mais, para inviabilizar que o cidadão possa utilizar uma arma para sua autodefesa, para a defesa da sua família. No meio rural, imagine o cidadão sem uma arma! Ele vai virar refém de bandido. Este destaque visa votar separadamente dispositivo que pretende aumentar mais ainda os impostos sobre o armamento.

Nós do Partido Liberal temos clareza disso. O Presidente Bolsonaro fez isso em todo o seu Governo, e diminuíram os homicídios no Brasil. O cidadão teve mais acesso, mas com toda a fiscalização, com todas as possibilidades de ter uma arma, passando por curso de tiro, por atendimento psicológico, enfim, por tudo o que se exige para que uma pessoa possa ter uma arma.

Mais uma vez, aqui na reforma tributária, querem aumentar os impostos sobre os armamentos. Nós não podemos aceitar isso. Por isso que nós do Partido Liberal destacamos esta parte, porque a nossa política sempre foi: cidadão armado, cidadão livre; cidadão desarmado, cidadão preso. É isso o que está acontecendo hoje. Baixou o morro, infelizmente, para toda a população. Hoje, os bandidos estão soltos. Esta é a política da Esquerda: soltar os bandidos, e o cidadão de bem viver acuado, com medo. Agora querem aumentar os impostos sobre armamento para que ele não possa...

*(Desligamento do microfone.)*

Publ.: DCD - 12/16/2023 Reginaldo Lopes-PT -MG

ORDEM DO DIA      ENCAMINHAMENTO      DE  
                                  VOTAÇÃO  
                                  DISCURSO

### ***Sumário***

O Deputado encaminhou a votação do destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional. Ele defendeu a permanência do imposto seletivo sobre armas no contexto da Reforma Tributária.

**O SR. REGINALDO LOPES** (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós defendemos o imposto seletivo porque, de fato, hoje, a tributação sobre armas é superior ao IVA de 25%. O instrumento para isto tem que ser um imposto seletivo, senão nós vamos reduzir os impostos sobre armas, que causam tanto prejuízo à sociedade. A violência tem um custo enorme; a questão do armamento não resolve. Cobrar a mesma alíquota de imposto sobre alimentos e sobre armamentos é errado. Por isso, é preciso utilizar o mecanismo do imposto seletivo. O armamento, na minha opinião, é causa de mais violência no País. Há a questão da saúde também. É importante que haja um equilíbrio na tributação.

Então, nós queremos aqui encaminhar o voto favorável à permanência deste imposto seletivo sobre armas.

Documento 42/73

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-17:44
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

O Deputado orientou a bancada na votação do destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL orienta "não".

Eu quero deixar claro para todos os Parlamentares que esse destaque não interfere na estrutura da reforma tributária. Ele serve para mostrar algo até ideológico. Neste destaque, quem votar "não" vota a favor do armamento; quem votar "sim" deixa claro que é contra o armamento do nosso País.

Lembro que, nessa área, nós temos oito indústrias, temos trabalhadores. A indústria de armas fornece um instrumento para a defesa pessoal e um instrumento para as nossas polícias, gera emprego no nosso País, dá proteção aos nossos policiais. Além disso, fica clara a questão ideológica desse Governo.

Então, eu peço aos Parlamentares, independentemente de partido, que votem "não".

---

Documento 43/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-17:48
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Odair Cunha-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado orientou a bancada na votação do destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. ODAIR CUNHA** (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Faço a orientação da federação, Presidente.

Aqui não se trata de ser a favor ou contra armas. Trata-se aqui de nós identificarmos se é justo nós aplicarmos às armas a mesma alíquota que aplicamos a outros bens e serviços. É disso que nós estamos falando. Alguém que adquire uma arma pode pagar um pouco mais de tributo? Pode, Sr. Presidente. É razoável que aqui se aplique o imposto seletivo.

Por isso, nós somos contra este destaque e votamos a favor do texto, nos termos em que o Sr. Relator o encaminhou.

Muito obrigado.

---

Documento 44/73

---

276.2023

Publ.: DCD - 12/16/2023 -

Sessão Ordinária - CD

15/12/2023-17:48

Marcel van Hattem-NOVO -RS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

O Deputado orientou a bancada na votação do destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO, Sr. Presidente, é contra essa criminalização do uso de armas por pessoas que têm preparo para isso, que estão aptas a se defender da bandidagem, dos bandidos, dos criminosos, contra os quais nem sequer a polícia tem conseguido agir. E colocar mais imposto sobre armamento e munição é uma forma de prejudicar o comércio legal e privilegiar o comércio ilegal de armamentos.

Eu não sei onde as pessoas estão com a cabeça, Deputado José Medeiros, quando defendem esse tipo de política de taxar ainda mais aquilo que já tem alíquota alta, enquanto bandidos e criminosos têm acesso facilitado a armas ilegais.

Por isso, nós do NOVO também orientamos "não".

---

Documento 45/73

276.2023

Publ.: DCD - 12/16/2023 -

Sessão Ordinária - CD

15/12/2023-17:48

Bia Kicis-PL -DF

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

A Deputada orientou a bancada na votação do destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**A SRA. BIA KICIS** (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria encaminha o voto "não".

Eu queria saber qual é o bandido que pega uma arma roubada e vai lá pagar o

imposto. Isso não existe. Quem paga o imposto é a pessoa que compra a sua arma, já tão restrita, para ter direito à legítima defesa: para poder guardar a sua casa, a sua família, os seus filhos, se defender de um ataque. E essa pessoa vai ter que pagar ainda mais o tal "imposto do pecado", como se legítima defesa fosse um pecado, e não um direito sagrado, Presidente.

Por isso, nós orientamos "não" ao texto, porque não queremos essa sobretaxação para essas pessoas. Eu represento aqui as mulheres que querem poder se defender, ter uma pistola, uma arma para se defender. Nós mulheres não merecemos este "imposto do pecado" sobre armas, que podem salvar vidas de mulheres indefesas.

Obrigada, Presidente.

---

Documento 46/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-17:48
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Renildo Calheiros-PCdoB -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado orientou a bancada na votação do destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. RENILDO CALHEIROS** (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, percebo aqui um esforço de gerar certa confusão no debate. O que nós estamos votando é o imposto seletivo. O imposto seletivo é aquele que permite que, dependendo da natureza do produto ou do serviço, do impacto que ele gera ao meio ambiente ou à saúde das pessoas, a alíquota seja diferenciada.

Dou um exemplo: é razoável que alguém que fabrique leite pague a mesma alíquota de alguém que fabrica cigarro, que tem funções e impactos completamente diferentes? Um é prejudicial à saúde, mata, adoece as pessoas. É natural que alguém que fabrique alimentos pague a mesma alíquota de alguém que fabrica fuzil, pistola, revólver? É evidente que não, Presidente.

O debate é a alíquota diferente. Não se está discutindo o direito de comprar cigarro ou arma. Esse é um debate falso de quem está sem condições de debater o mérito. O que nós estamos debatendo aqui é alíquota diferente,

através do imposto seletivo.

Por isso, a Maioria encaminha o voto "sim".

---

Documento 47/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-17:52
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	José Medeiros-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado orientou a bancada na votação do destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós viramos realmente o País da gambiarra. Eu quero ganhar uma eleição e, porque há um candidato cujo jeito de se pronunciar e de falar eu não gosto, eu procuro no cenário eleitoral alguém para derrotá-lo, e não há. Mas há um presidiário. Vamos soltá-lo. Vamos soltar um descondenado, torná-lo elegível e fazer com que ele seja candidato. Aí eu quero fazer uma reforma tributária para que eu possa arrecadar o máximo possível, para tampar um rombo de 150 bilhões de reais. Então, eu saio fazendo gambiarra.

O imposto seletivo para produtos como cachaça, cujo consumo se quer diminuir, é uma coisa. Mas, eu enfio, porque eu não gosto — é questão ideológica —, a arma no meio, para poder arrebentar a população. Morreram quatro pessoas em Sorriso por um bandido. Se aquela família tivesse uma arma para se...

*(Desligamento do microfone.)*

---

Documento 48/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-17:52
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***



O Parlamentar homenageou o Deputado Ivan Valente, que não estava presente devido ao diagnóstico de COVID-19, mas desempenhou, juntamente com a bancada do PSOL, um papel importante no grupo de trabalho da Reforma Tributária.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Vitor Lippi, eu quero fazer um registro sobre um grande companheiro do grupo de trabalho, o nosso querido Deputado Ivan Valente. Ele foi diagnosticado com COVID, portanto não está presente. Mas é bom destacar o papel do Deputado Ivan Valente no nosso grupo de trabalho. Ele, sempre muito colaborativo, trouxe várias contribuições para esta reforma sobre consumo. Ele queria estar conosco nesta votação histórica, neste dia histórico, mas, por recomendação médica, está em casa votando, acompanhando.

Então, eu quero fazer esta justa homenagem ao Deputado Ivan Valente e parabenizá-lo pelo papel dele, como também de toda a bancada do PSOL, que contribuiu muito para os trabalhos do nosso grupo e para a reforma tributária. Agradeço ao Deputado Ivan Valente e à Federação PSOL REDE.

---

Documento 49/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - 15/12/2023-18:12	
	CD	
Publ.: DCD - 12/16/2023	Carlos Veras-PT -PE	
-		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado encaminhou a votação do Destaque nº 21, para votação em separado do inciso VI, § 6º, do Art. 156-A do texto aprovado pelo Senado Federal para inclusão ao texto apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. CARLOS VERAS** (Bloco/PT - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retomar o texto do saneamento na reforma tributária é algo extremamente necessário, justo. Ao falar de saneamento, estamos falando de vidas, estamos falando de cuidar dos mais pobres. Por isso, eu quero cumprimentar o Deputado Federal Pedro Campos, do meu Estado; o Deputado Fernando Monteiro; e o meu Líder o companheiro Deputado Augusto Coutinho, que divide a Liderança comigo. Essa é uma demanda de todos nós que trabalhamos para que a população brasileira seja bem atendida

na área do saneamento.

Falar de saneamento é falar de água, é falar de vida. Meu Líder, meu companheiro Renildo Calheiros, essa é uma tarefa de todos nós.

Eu peço a cada Deputado, a cada Deputada: vamos fazer justiça, vamos cuidar da saúde, da vida da população brasileira, retomando o saneamento na reforma tributária!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 50/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - 15/12/2023-18:12	
	CD	
Publ.: DCD - 12/16/2023	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
-		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado encaminhou a votação do Destaque nº 21, para votação em separado do inciso VI, § 6º, do Art. 156-A do texto aprovado pelo Senado Federal para inclusão ao texto apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, somos contra este destaque porque entendemos que já há muitos regimes especiais, muitas exceções. Vamos excepcionalizar também saneamento e concessão de rodovia? Não faz sentido, Sr. Presidente. Já há uma excepcionalização para o caso de esses serviços serem prestados pelos órgãos públicos, pelas estatais. Há um regime diferenciado de cobrança de impostos para esse caso. Agora, quando o regime é privados, deve reger a regra de mercado. Toda vez que se cria um regime especial para determinado setor, todo o resto da sociedade paga, todos os demais vão pagar mais imposto. É por isso que eu tenho dito, Sr. Presidente, que a aprovação de um IVA, que pode chegar a 30%, ou até mais, vai ser muito maléfica para o País. Vai acabar com a ilusão.

Explico. Olha, dizer que ilusão é uma coisa boa é até engraçado, mas na situação em que o Brasil hoje vive, você vende o País para um estrangeiro e ele se ilude, ele acha que aqui pode vir e eventualmente lucrar, Deputado Padovani. Muitas vezes isso acontece, mas ele só consegue isso depois de passar a fase da ilusão, entrar na realidade de um sistema tributário maluco e

entender que para sobreviver ele tem que pagar aquela montoeira de impostos. Não é isso? Ele vai lá, contrata contador brasileiro, contrata advogado trabalhista, tributário, etc., etc., e sobrevive. Não são muitos os que vêm de fora e conseguem isso. Agora, o que vai acontecer com o IVA de 30%, Deputado Padovani? O estrangeiro vai olhar para o Brasil e não vai se iludir mais. Ele vai entender imediatamente: *"Opa, opa, 30%? Esse sistema eu conheço. Isso aqui eu não vou pagar"*. E, quanto mais regimes de exceção, quanto mais regimes especiais, mais alto vai ser o IVA geral. É isso que nós estamos fazendo. Nós estamos acabando com a possibilidade de ilusão do estrangeiro, que, repito, por incrível que pareça, é algo que ainda beneficia o Brasil, porque o cara entra no nosso País enganado, ludibriado, e, assim como todos os brasileiros, precisa se esforçar para sobreviver e pagar os impostos: alguns conseguem, muitos não, muitos quebram. Com o IVA cada vez mais alto, de acordo com esses regimes especiais, o cara que vem lá de fora vai olhar e dizer: *"Não, não, não, espere aí, o IVA eu conheço. Quanto é no Brasil? Trinta por cento?"* O mais alto do mundo é onde? Se não me engano, na Hungria, de 27%. *"Não, eu vou para um lugar em que o IVA é mais baixo."* Ele já sabe quanto vai ser, e não vai poder ser enganado.

Olha, essa aprovação da reforma tributária ainda vai gerar muito dissabor. É por isso que nós encaminhamos contra este destaque, que também vai aumentar a alíquota geral.

---

Documento 51/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-18:16
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Relator explicou a Reforma Tributária, especificamente em relação ao saneamento básico. Ele destacou que a reforma não afetará a tarifa social existente e que a relação de impostos para empresas públicas já foi aprovada. O Deputado também mencionou a desoneração de investimentos de capital no setor de saneamento. Respondeu a uma preocupação levantada pelo Deputado Marcel van Hattem e explicou que não vê a necessidade de um regime de cashback para o setor de saneamento. Ele argumentou que um regime específico poderia não beneficiar o setor privado da maneira esperada. Por fim, defendeu a manutenção do texto da reforma.

---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, só quero fazer uma reflexão, que até já fizemos em outros momentos.

Neste momento temos que concordar com o que nosso Deputado Marcel van Hattem coloca.

Eu fico muito à vontade para falar de saneamento, porque assinei o Plano Nacional de Saneamento Básico do País, então essa é uma coisa que conheço um pouco.

Ainda há muito desconhecimento com relação a esta matéria. Quando dizemos que vamos alterar o preço do serviço de saneamento, é preciso que entendam, primeiro, que isso não tem nada a ver com tarifa social, que é instrumento que temos hoje, e que a reforma não mudará. A tarifa social permanece, é importante dizer isto, porque esse custo já está colocado. Também é preciso que entendam que para as empresas públicas nós já aprovamos o texto. Estamos preservando a relação de impostos no que diz respeito a essas empresas e na relação dos entes públicos. Sabemos que esse serviço é delegado, então estamos desonerando na reforma todo o sistema, estamos desonerando investimento de capital, e isso é investimento de capital intensivo.

Nós acabamos de votar, para a energia elétrica, um *cashback*. Aprovamos isso no texto do Senado. Se houvesse qualquer preocupação com as pessoas que pudessem ser impactadas de alguma forma, nós teríamos que tratar, aí sim, de fazer um *cashback* como o que fizemos para a energia elétrica. E nós temos a previsão, porque está aprovado o regime de *cashback*, e na legislação complementar vamos definir quem estará no regime de *cashback*.

Portanto, faz todo sentido, Deputado Marcel van Hattem. Nós já desoneramos capital, e essa relação de débito e crédito não... Pelo contrário, no nosso entendimento ela se faz valer, e não há necessidade, porque aí sim estaríamos votando com o olhar voltado única e exclusivamente para o setor privado, beneficiando de uma forma que talvez prejudique ainda mais. As pessoas acham que um regime específico, Deputado Sidney Leite — V.Exa. conhece bem esta matéria — poderia representar algum benefício, mas não, muito pelo contrário.

Nós esclarecemos alguns Líderes que estavam com dúvidas e estamos defendendo a manutenção do texto encaminhando o voto "não", Sr. Presidente.

---

Documento 52/73

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-18:20
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Bia Kicis-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

A Deputada orientou a bancada na votação do Destaque nº 21, para votação em

separado do inciso VI, § 6º, do Art. 156-A do texto aprovado pelo Senado Federal para inclusão ao texto apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**A SRA. BIA KICIS** (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Oposição orienta "não", porque, com o sistema de IVA, se damos um benefício para uma parte, acabamos onerando os demais consumidores. Embora entendamos que os serviços de água, de transporte coletivo e de energia sejam essenciais — o próprio Supremo decidiu pela essencialidade dos serviços —, nós não queremos sobrecarregar ainda mais o sistema.

Por isso, a Oposição orienta "não".

---

Documento 53/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-18:20
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado orientou a bancada na votação do Destaque nº 21, para votação em separado do inciso VI, § 6º, do Art. 156-A do texto aprovado pelo Senado Federal para inclusão ao texto apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL entende que investimento em saneamento básico é fundamental. Metade da população brasileira não tem água potável. Porém, criar um regime especial para o saneamento vai fazer com que o pessoal do agro pague um pouco mais caro. Nós vamos pagar um alimento mais caro por causa disso. E as empresas de saneamento têm condições de pagar, porque elas vão ter crédito depois, dentro do regime do IVA.

Por isso, o PL vai votar "não". Vamos acompanhar o texto do Relator.

---

Documento 54/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-18:24
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	José Medeiros-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

---

**Sumário**

O Deputado orientou a bancada na votação do Destaque nº 21, para votação em separado do inciso VI, § 6º, do Art. 156-A do texto aprovado pelo Senado Federal para inclusão ao texto apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu penso que quem melhor sintetiza essa reforma é a filósofa contemporânea Dilma Rousseff: *"Eu acho que nem quem ganhar vai ganhar, nem quem perder vai perder. Eu acho que vai todo mundo perder"*. Ela sintetizou bem. E é também a economista do ano. Acabou de ser escolhida a economista do ano. Eu não tinha como deixar de citá-la aqui.

No caso deste destaque, Sr. Presidente, nós vamos votar "não".

---

Documento 55/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-18:24
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM
		DISCURSO

---

**Sumário**

O Deputado orientou a bancada na votação do Destaque nº 21, para votação em separado do inciso VI, § 6º, do Art. 156-A do texto aprovado pelo Senado Federal para inclusão ao texto apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO também orienta "não", Sr. Presidente, seguindo a manifestação que fiz há pouco na tribuna. Não podemos onerar ainda mais todos os demais brasileiros criando mais um regime específico. Empresas de saneamento e empresas de construção de rodovias nós entendemos que são serviços públicos fundamentais, mas existem outros serviços públicos importantes e existem outros serviços privados importantes. No momento em que se reduz o imposto para o serviço de saneamento e para o de concessão de rodovias, automaticamente se aumentam os impostos para todo o restante da sociedade brasileira.

Nós já criticamos vários regimes especiais, que são demais e fazem com que a alíquota do IVA possa ser de quase 30% ou até mais. Estamos muito



preocupados com a real implementação depois do novo sistema que se está criando aqui. Não podemos aprovar mais uma excepcionalidade.

O NOVO orienta "não".

---

Documento 56/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-18:32
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Vitor Lippi-PSDB -SP	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado destacou a importância da aprovação da Reforma Tributária no Brasil. Ele enfatizou que a redução do imposto sobre produtos fabricados no país beneficiará a indústria e os consumidores, tornando os produtos nacionais mais competitivos. Ressaltou que a reforma desonerará a cesta básica, reduzindo em média 10% os impostos sobre produtos alimentares mais consumidos pela população. Mencionou a importância de eliminar a exportação de impostos pelo Brasil. Enfatizou o papel da reforma para o crescimento econômico e a geração de empregos. Por fim, expressou sua satisfação por fazer parte deste momento histórico no Parlamento e defendeu a redução do tempo de transição para implementar o novo sistema tributário.

---

**O SR. VITOR LIPPI** (Bloco/PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aproveitar estes 5 minutos para passar informações que talvez grande parte dos Parlamentares não tenha, até para mostrar a importância, para o Brasil, da aprovação desta matéria.

Nós estávamos dizendo que o IVA do Brasil será o maior do mundo: 27,5%. V.Exas. ouviram isso aqui. No entanto, sabem qual é o IVA sobre os produtos que compram no Brasil — camisa, carro, tudo o que todos compramos, tudo o que a população brasileira inteira compra? V.Exas. estão pagando em torno de 44% em imposto sobre os produtos fabricados no Brasil. Se cair para 27%, isso significa 40% a menos em impostos sobre os produtos produzidos no Brasil.

Sabem quem vai ganhar com isso? Ganham as indústrias, as cadeias de fornecedores, a reindustrialização do Brasil. Será menor a importação de produtos da China que chegam aqui muito mais baratos, já que nós gastamos muito mais em impostos para produzir aqui. Sabem quem também vai ganhar com isso? O consumidor, porque o produto vai chegar mais barato para ele. Se cair em 40% o imposto sobre os produtos fabricados no Brasil, o agricultor também vai pagar mais barato por uma máquina; o consumidor vai comprar

mais barato um calçado ou uma calça, um produto de higiene ou um produto de limpeza. Isso interessa muito a todos os brasileiros! Além disso, vai-se desonerar a cesta básica, que é composta dos produtos que o brasileiro mais consome. Vão cair quase 10%, em média, os impostos sobre os produtos alimentares mais consumidos pelos brasileiros. Isso é muito bom, porque o brasileiro vai conseguir comprar mais estes produtos! Significa uma queda ou a possibilidade de queda do preço dos produtos finais.

Portanto, eu gostaria de dizer que isso vai ser muito importante para o crescimento econômico do Brasil, um dos países que menos cresceu nos últimos 30 anos. Embora tenhamos uma mineração incrível e um agro fortíssimo, o País matou a capacidade de competitividade de suas indústrias, porque nós temos o pior IVA do mundo. Temos o IVA mais elevado do mundo, em cima das nossas indústrias. E não será apenas a indústria que vai ganhar, não! Conversando com o pessoal de serviços, nós mostramos que 90% das empresas brasileiras estão no SIMPLES e que isso não impacta o IVA.

Todos os serviços relacionados à saúde terão alíquota reduzida; todos os produtos e serviços relacionados à educação terão alíquota reduzida; construção civil, alíquota reduzida. Tudo isso vai permanecer semelhante ao que já temos hoje.

Nós temos também outras vantagens: vai baixar ainda mais o valor do imposto sobre os remédios, sobre os produtos hospitalares deste País. Se isso não é bom para o Brasil, eu não sei de que estamos falando!

Infelizmente, a maioria dos nossos Parlamentares não teve talvez a oportunidade de acompanhar atentamente todas as inúmeras reuniões que foram realizadas. Trata-se de um assunto difícil, de compreensão complexa, mas eu fico muito feliz por saber que esta Casa aprovou esta matéria. Isso vai dar a oportunidade real para o Brasil crescer na média ou acima da média do mundo, patamar em que deveríamos estar.

Portanto, eu quero agradecer a cada um dos Parlamentares, a todos os que ajudaram a construir o Brasil que vai ser mais competitivo, o Brasil que vai se livrar dos impostos de exportação.

O Brasil é o único país no mundo que, no momento de exportar, exporta imposto: em média, 8% a 10%. Isso não existe em nenhum lugar do mundo! Isso impacta o preço do agronegócio. Na hora em que vamos vender frango, carne suína, milho, soja, o País está exportando imposto! O único país do mundo onde isso acontece é o Brasil. Quando nós queremos vender produtos industrializados, acontece a mesma coisa: nós exportamos imposto!

Sabem o que aconteceu com nossas indústrias? Das 330 mil indústrias que nós tínhamos, nós perdemos 10% delas — 30 mil indústrias — nos últimos 9 anos. O número caiu para 300 mil. Nós estamos trazendo para cá os conceitos mais avançados, os melhores e mais desenvolvidos conceitos do mundo, mas, se não

fizemos a reforma tributária, daqui a pouco vamos ter muito menos indústrias.

A indústria brasileira era a oitava mais importante do mundo, meus amigos e amigas! Foi caindo: caiu para o nono lugar, o décimo lugar, o décimo primeiro, o décimo segundo, o décimo terceiro, o décimo quarto! Agora nós estamos em décimo quinto lugar. Isso é uma vergonha!

Sabem por que isso aconteceu? Porque nós estamos matando as indústrias, as cadeias tecnológicas, as cadeias produtivas do Brasil. Estamos matando a competitividade e a capacidade do Brasil de exportar, pois nós temos o pior, o mais caro, o mais confuso e o mais complicado sistema tributário do mundo.

De outro lado, hoje nós estamos muito felizes, porque o Parlamento dá uma contribuição de inestimável valor para a retomada do crescimento econômico deste País. Vamos reduzir o custo para nossas empresas. Elas gastam dez vezes mais para conseguir pagar imposto. Não sou eu que digo isso, mas, sim, o Banco Mundial. Esta realidade precisa ser corrigida.

Como podemos competir com as outras indústrias do mundo, se é tão mais caro produzir aqui? Este é o chamado Custo Brasil. Nós estamos corrigindo parte disso. Mas ainda temos um problema. Nós dissemos que a transição vai demorar 9 anos. Eu não vou aguentar isso! Será que nós vamos deixar o Brasil ser o pior do mundo — 184º — por mais 9 anos?! Não. Nós não podemos condenar o Brasil a isso. Chega! Foram 30 anos judiando de todos, prejudicando o crescimento econômico e os empregos de qualidade. Nós precarizamos o crescimento do Brasil. Nós deveríamos ter muito mais empregos. Eles foram substituídos pelas microempresas, pelas pequenas empresas e tal, por falta de emprego nas indústrias, que poderiam estar com milhões e milhões de empregos a mais.

Sr. Presidente, eu estou muito feliz por fazer parte desta história e de agora lutar para reduzir o tempo da transição. Eu tenho aprendido muito com os técnicos e com os estudos que estão sendo feitos. Nós temos a convicção de que é possível fazer esta transição em 3 ou 4 anos, querido Deputado Hauhy.

Por que temos que esperar 9 anos? Vamos ter que encontrar um novo acordo para reduzir este tempo de transição! Ninguém quer passar por uma transição tão longa para ter, no Brasil, um sistema de primeiro mundo, um IVA de primeiro mundo.

Há uma chance real de nós deixarmos de ser o país mais atrasado, o mais confuso, o mais judicializado e o de pior sistema tributário do mundo, o que ocupa a 184ª posição, para sermos um dos mais modernos do mundo, através de sistemas eletrônicos integrados. Portanto, a expectativa de benefício do que estamos fazendo na tarde de hoje é histórica para o nosso País.

Eu espero contar com todos no ano que vem, para que possamos fazer as leis complementares. Espero que, juntos, com o apoio do Governo, que tem

excelentes profissionais, com o apoio do corpo técnico desta Casa, dos consultores e Parlamentares, certamente, continuando o debate com a sociedade, possamos construir o melhor por este País.

São dois, volto a dizer, os problemas que nós temos hoje no nosso sistema tributário: o primeiro é que a maioria das pessoas não entendeu, por causa de informações equivocadas, vemos que há muita desinformação; o segundo maior problema é o tempo de transição, que, concordo, realmente é muito grande, já que nós mudamos a Constituição para ter aqui um IVA europeu, o IVA que é utilizado na Coreia, no Japão, na Holanda, no Canadá, países mais desenvolvidos do mundo.

Nós esperamos que isso possa ter efeito e trazer os benefícios de que toda a nossa sociedade brasileira precisa. Digo mais: nada vai criar mais empregos no Brasil do que esta nossa reforma tributária.

Portanto, eu quero, mais uma vez, falar da minha alegria. Como disse na minha fala anterior, nos meus 30 anos de vida pública e 9 anos neste Parlamento, esta será, certamente, a maior contribuição que eu vou dar ao meu País, que precisa muito de empregos, que é o melhor programa social que existe.

Parabéns ao Parlamento!

Parabéns ao Brasil!

Muito obrigado.

---

Documento 57/73

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-19:20
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Carlos Veras-PT -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado fez uma correção em sua fala anterior, destacando que a referência às montadoras não se aplicava ao Destaque nº 20, mas sim ao Destaque nº 18. Ele mencionou o exemplo da fábrica de baterias Moura em Belo Jardim, no interior de Pernambuco, como um exemplo de como os incentivos fiscais podem ajudar a atrair empresas para regiões menos desenvolvidas, gerando emprego, renda e desenvolvimento local. Ressaltou a importância de garantir igualdade e justiça social, evitando a concentração de empresas apenas nas capitais e grandes centros, e promovendo o desenvolvimento em todas as regiões do Estado.

---

**O SR. CARLOS VERAS** (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, faço uma correção. Na minha fala, citei o exemplo das montadoras. Não é o caso agora, é do próximo destaque. Mas temos o exemplo da fábrica da Baterias Moura em Belo Jardim. Fica na região do Agreste, no interior. Gera emprego, renda e desenvolvimento.

Como levamos as empresas para o interior do Estado, para os cantos mais distantes se não há incentivo? Acabam se concentrando nas capitais, nos grandes centros.

É disto que estamos falando: de reparação, de justiça social, de garantia de desenvolvimento a todos e a todas, de igualdade. Trata-se de não fazer com que uma região tão importante seja esquecida.

---

Documento 58/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-19:28
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Bia Kicis-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

A Deputada expressou preocupação com decisões recentes do Congresso, citou a criação do Ministério do Empreendedorismo, medidas provisórias que afetam os empresários, o aumento do déficit fiscal do Governo e criticou a falta de limites nas despesas públicas. Ela mencionou a aprovação do Programa Bolsa Permanência para estudantes vulneráveis e destacou que, no dia seguinte, foi apresentado um Projeto de Lei Complementar para retirar recursos desse programa. Ela argumentou que o Governo tem retirado recursos do arcabouço fiscal de forma indiscriminada e aumentado impostos. A Deputada também mencionou sua oposição à Reforma Tributária em debate, defendendo um sistema de sales tax, similar ao modelo norte-americano.

---

**A SRA. BIA KICIS** (PL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Povo brasileiro, estamos aqui, nesta sexta-feira. Já são 19h30min. Estamos desde cedo aqui, trabalhando neste plenário, porque temos um compromisso, um compromisso com o Brasil, um compromisso com o povo que trabalha, um compromisso com o povo que investe, que ousa empreender neste País.

É impressionante como, nos últimos dias, votamos matérias que vão contra o povo trabalhador, contra o povo brasileiro. Ontem, por exemplo, votamos a criação do Ministério do Empreendedorismo, um Ministério que não tem sequer estrutura, que vai usar o braço do SEBRAE. Ora, o SEBRAE, para fazer o seu trabalho, já tão benfeito, não precisa estar atrelado a Ministério algum. Deixassem então que o SEBRAE continuasse fazendo o excelente trabalho que

faz. Mas, não, precisam criar despesa, precisam colocar o peso do Estado sobre os ombros do pobre do pagador de impostos neste País. É inacreditável!

Como se isso não bastasse, votamos também uma medida provisória que, mais uma vez, tira benefícios daquele que investe, daquele que ousa levar uma empresa, uma indústria para rincões distantes e que se vale de créditos tributários para poder investir e abrir postos de trabalho. Mas aí vem uma medida provisória e retira mais esse benefício do pobre do empresário neste País, sim, porque o empresário aqui é, o tempo inteiro, atacado — o tempo inteiro!

Existe aquela máxima da Esquerda de que o Governo trabalha para abrir empregos, gerar empregos. Estado, governo não gera emprego, não gera riqueza! Em relação a cargos, temos os servidores públicos concursados, que trabalham, que são fundamentais. Eu mesma fui servidora pública a vida inteira, fui Procuradora do Distrito Federal e compreendo a importância do servidor público, do trabalho de excelência que ele faz. Tanto é assim que apoiei o destaque para que os auditores estaduais tenham o mesmo teto salarial dos auditores federais, porque compreendo a importância desse serviço que será feito. Mas o fato é que quem gera riqueza é o empresário! É ele que abre oportunidades de emprego, postos de trabalho. E esse coitado, o empresário, está ficando assustado com a quantidade de normas, de regras, de leis que vão, cada vez mais, pesando no seu bolso. E não há só a lei, não, há o comportamento dos governantes. O Governo Bolsonaro entregou um superávit de 50 bilhões de reais, e já estamos com um déficit de 200 bilhões neste Governo. E só se fala em gastar, gastar e gastar, em arrecadar, arrecadar e arrecadar. Até quando? Por quanto tempo acham que o povo brasileiro vai aguentar tal sangria? Isso não é possível. É preciso que o Congresso Nacional bote fim nisso, coloque limite.

Nós aprovamos uma lei muito boa, que trata da permanência do estudante vulnerável, Deputado Prof. Paulo Fernando. Para o estudante vulnerável, aquele que tem dificuldade em continuar os seus estudos, nós aprovamos uma lei muito bacana, aprovada quase por unanimidade por este Plenário. Trata-se do Programa Bolsa Permanência, para estudantes. Mas, no dia seguinte, o que vem? Vem um projeto de lei complementar para tirar quase 7 bilhões do arcabouço para pagar essa bolsa, que votamos na véspera.

Não queremos isto, não queremos ficar criando exceções, tirando recursos do arcabouço para que o Estado gaste cada vez mais. O Estado que encontre, com gestão eficiente, recursos para pagar essa bolsa. A bolsa é sensacional, mas a fonte encontrada não! É podre. Não é possível ficar tirando recursos cada vez mais do arcabouço fiscal, excepcionando-o cada vez mais e também aumentando impostos, tirando benefícios. Não é possível, ninguém consegue sobreviver, não há país que cresça dessa maneira.

Estamos aqui trabalhando o dia inteiro pela reforma tributária. Entendo o esforço e parabenizo os colegas que trabalharam por esta reforma, que se



empenharam, conversaram com inúmeros setores e estão trazendo um projeto que acreditam que será bom para o País. Mas voto contra porque não acredito, não aposto nesse sistema. Eu aposto em outro sistema, no sistema de *sales tax*, no modelo americano, que é avesso ao IVA. Porém, estamos aqui votando, tentando de alguma forma melhorar isso, para evitar que traga mais problemas. Há muitas indefinições. Não sabemos como ficarão algumas alíquotas. Tudo isso vai ser jogado para lei complementar. Entendemos que há uma série de problemas, mas estamos aqui trabalhando, porque queremos o melhor para o Brasil e para o povo brasileiro.

O que não aceitamos mais é um Presidente que é gastão, um Presidente que fica viajando o mundo, fazendo turismo com a sua esposa, hospedando-se nos hotéis mais caros. Ficam mudando a mobília do Palácio, trocando-a por mobília caríssima. Eu, que sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, e os Deputados que a integram temos pedido informações ao Palácio, estamos pedindo informações ao Tribunal de Contas da União. Queremos saber dessas despesas, que, inclusive, são colocadas sob sigilo. Há uma ganância sem fim. Não existe a menor transparência. Nenhuma nação se constrói dessa maneira.

É preciso pôr um limite nessa ganância. Estamos aqui para trabalhar por isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 59/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-19:32
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado explicou a importância de não penalizar o Estado de Pernambuco, que já possui uma fábrica de veículos em funcionamento. Ele explicou que retirar o Destaque poderia afetar negativamente a economia de Pernambuco e a segurança jurídica das empresas já estabelecidas na região. Ressaltou que a medida não trata de atrair novas fábricas movidas a combustão, mas sim de restringir o uso de combustão até 2033 e incentivar a transição para energia limpa a partir de 2028. O Deputado fez um apelo para que o Destaque fosse mantido para garantir os empregos já existentes em Pernambuco.

---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu fico muito à vontade para tratar deste tema, que discutimos aqui na primeira etapa, quando da aprovação da PEC 45 na Câmara dos Deputados,

sobre a reforma tributária.

Este destaque específico tem, de fato, uma repercussão muito nociva. O que nós fizemos quando adotamos o texto que foi destacado? E perdemos a votação por 1 voto, tivemos 307 votos. Na verdade, ele estendia o regime automotivo para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Como eu tinha explicado, há um descasamento de benefícios entre algumas empresas. Usei até uma expressão. Muita gente não se movimentou para renovar os benefícios no caso do PLP 160, que restringe o benefício fiscal até 2033. Em alguns casos, esse benefício se encerra em 2025. Estaríamos penalizando o que já existe. Não estamos tratando de empreendimentos que virão, mas sim dos empregos que já foram gerados. Além disso, é preciso manter a segurança jurídica. Eu peço a atenção de V.Exas. Nós não estamos tratando do que virá.

Eu acho que se travou até uma disputa federativa, e não é isso que nós queremos. Acho que nossos irmãos do Sul querem que haja emprego no Nordeste e no Norte, da mesma forma que os irmãos do Norte e do Nordeste querem que haja emprego no Sul e no Sudeste. Não se trata de uma competição para prejudicar A, B ou C. Essa é a grande questão.

O que foi feito quando o nosso texto foi retirado? O Senado fez reintrodução. Quando se coloca no texto "*combustão*", da forma como está dito, parece que estamos querendo atrair nova fábrica de veículos movidos a combustão. Não se trata disso. É o contrário. Nós estamos restringindo o uso de combustão de hoje até 2033 e obrigando que essas empresas, se quiserem manter esse benefício, iniciem o uso de energia limpa, como eletricidade e biodiesel, a partir de 2028. É isso que está no texto.

Vamos ser ainda mais explícitos. Retirar um destaque como este é penalizar um Estado, como o de Pernambuco, que já tem uma empresa. Não se vai penalizar uma empresa, vai se penalizar um Estado que já tem o empreendimento. Eu queria que todos refletissem sobre o que está sendo votado.

Deputados têm legitimidade para querer um regime como esse também para o Sul. O Deputado Giovani Cherini estava me dizendo que também há dificuldade naquela região.

Eu faço um apelo para que não se penalize o Estado de Pernambuco, que tem uma fábrica instalada que está em funcionamento. Ela movimenta não só a economia de Pernambuco, como também a de vários Estados ao redor, e vai ter que se sujeitar ao mesmo regime dos carros elétricos — isso já foi resolvido no caso da Bahia. Tratava-se de uma fábrica antiga, a antiga fábrica da Ford, que saiu de lá e já tinha saído do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, estamos dando uma grande solução, que é a aprovação da reforma tributária. Vai evitar que haja, no futuro, essa disputa federativa. A reforma não vai permitir a criação desse tipo de benefício tributário. Vamos ter

que fazer isso com fundos de desenvolvimento regional, dentro de uma lógica que premie a eficiência. É nisso que estamos trabalhando.

Eu queria pedir o apoio dos Líderes nesse sentido. Acho que não devemos fazer uma retaliação a respeito de uma disputa que não existe, porque esse empreendimento já está lá montado. Não estamos levando para lá fábrica nova, estamos apenas garantindo que a atual permaneça lá, e com o mesmo padrão de outras empresas que estão em outras regiões, inclusive na Região Centro-Oeste e na Região Norte, que têm o mesmo regime que renovamos e será mantido até 2033, respeitando o que votou o Parlamento no caso do PLP 160.

Por isso, eu peço que possamos manter o texto e garantir os empregos já existentes dos nossos irmãos de Pernambuco.

---

Documento 60/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-19:48
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Giovani Cherini-PL -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado orientou a bancada na votação do § 3º do art. 19 do texto apresentado pelo Relator, apresentado a Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional. Expressou sua frustração com a disputa regional que persiste na discussão sobre a reforma tributária. Ressaltou a importância de superar as divisões entre as regiões do país e mencionou as dificuldades enfrentadas pelo Rio Grande do Sul, destacando a pobreza e o desemprego na região sul do estado.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - A Minoria, Sr. Presidente, orienta a liberação. Porém, eu quero, mais uma vez, aqui registrar que o meu voto será "não", justamente porque imaginei que essa reforma tributária terminaria com essa disputa, que acontece inclusive aqui dentro.

A briga está aqui dentro. Parece que nós somos de países diferentes. Parece que o Sul não tem problema. É como discutir importância de hospital, se o hospital é importante ou não, se é mais importante um hospital para o Nordeste ou é mais importante um hospital para o Sul, se é mais importante emprego no Sul ou é mais importante emprego no Nordeste. A reforma tributária não pode continuar sendo essa disputa de Estados.

O Rio Grande do Sul perdeu inúmeras indústrias para o Nordeste, foram todas para lá. O Rio Grande do Sul continua com seus desempregados. Nós temos o

sul do Estado, um sul que tem miséria, que tem fome.

Então, nós não podemos continuar com essa disputa aqui. Nós votamos "não".

---

Documento 61/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-19:52
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Vitor Lippi-PSDB -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado expressou sua posição pessoal quanto à reforma tributária, destacando o respeito ao desenvolvimento regional, especialmente à Amazônia e ao Nordeste. No entanto, apontou que houve exagero e abuso ao conceder privilégios a determinadas empresas situadas nestas regiões, criando um problema de competitividade com o Sul e o Sudeste. Argumentou que o desequilíbrio resultante está gerando desinvestimento e prejudicando as empresas nas regiões Sul e Sudeste.

---

**O SR. VITOR LIPPI** (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Lira, o PSDB libera a bancada. Houve uma conversa dentro da nossa bancada para liberar o PSDB, a fim de que o partido entenda de que forma quer votar.

Eu queria manifestar minha posição pessoal. Eu conheço esse problema ou essa polêmica há vários anos, Sr. Presidente. Ninguém aqui é contra o Nordeste. Jamais seremos. Nós temos um profundo respeito ao desenvolvimento regional e estamos sempre torcendo para que haja um equilíbrio para o desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

O que está acontecendo, Sr. Presidente, na verdade, não é isso. É que houve um exagero, um abuso na forma como foram dados privilégios para uma empresa no Brasil que recebe quase 5 bilhões de reais. É a que mais ganha no mundo, é a que mais cresce no Brasil, criando um problema de competitividade muito grave com o Sul e o Sudeste. Então, nós não podemos criar desequilíbrio. Nós não estamos conseguindo ter investimentos, está havendo um desequilíbrio total. Isso está gerando desinvestimento. As empresas do Sul e do Sudeste estão com baixa capacidade de produção, porque não conseguem vender. Há um desequilíbrio hoje. Ninguém é contra nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Vitor Lippi, vamos aproveitar os outros 2 minutos e meio para o outro lado que pensa

diferente de V.Exa.

**O SR. VITOR LIPPI** (Bloco/PSDB - SP) - Pois não.

Isso não é ajudar, é dar privilégio, até porque já deveria ter terminado há vários anos. Então, era isso. Eu acho que temos de conversar de outra forma.

---

Documento 62/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-19:56
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Mendonça Filho-UNIÃO -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado argumentou em favor da continuidade dos incentivos fiscais para o Nordeste, destacando que a indústria automobilística de São Paulo foi financiada pelo Brasil como um todo. Ressaltou a importância de não eliminar a oportunidade de desenvolvimento no Nordeste e enfatizou que a competição não é entre o Nordeste e o Sudeste ou Sul, mas entre o Nordeste e países como México e Argentina.

---

**O SR. MENDONÇA FILHO** (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é muito bonito se falar que o incentivo fiscal para o Nordeste tem que acabar, que já se esgotou, mas toda a indústria automobilística de São Paulo foi bancada pelo Brasil como um todo — e nada contra. Eu amo São Paulo, mas não dá para se eliminar a possibilidade de o Nordeste se desenvolver também. E a opção não é Nordeste contra Sudeste ou contra Sul; é Nordeste contra México e Argentina.

Volto a insistir em que 60% dos automóveis de maior qualidade, como as caminhonetes, são importados da Argentina e do México. Então, quando se mata uma oportunidade de expansão de uma indústria no Nordeste, isso não quer dizer que essa indústria vai se transferir para São Paulo ou Rio Grande do Sul. As compras virão do México e da Argentina. Se fosse tão fácil assim, a Ford teria se mantido na Bahia. A Ford foi para onde? Ela fechou na Bahia e foi para a Argentina. Nós estamos importando veículos Ford do México e veículos Toyota da Argentina.

Então, é fundamental que haja consciência, principalmente, por parte dos Deputados do Norte do Brasil, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que é necessário se garantir equidade, com o mesmo tratamento dado aos demais Estados que tiveram incentivos prorrogados até 2032. Eu estou querendo justiça no tratamento. Para isso, eu peço a reflexão dos colegas Deputados e Deputadas. Com todo o respeito, às demais regiões, não se trata de briga

regional. Trata-se de Brasil com Brasil, para mantermos os incentivos, preservando os empregos até 2032.

Presidente, obrigado.

---

Documento 63/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-20:00
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Giovani Cherini-PL -RS	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado criticou duramente a aprovação da reforma tributária, destacando prejuízos para o Sul do Brasil. Argumentou que a medida prejudicou as montadoras da região e criticou a falta de debate sobre a reforma administrativa. Também mencionou a nomeação de Flávio Dino para ministro do Supremo Tribunal Federal, acusando-o de mentiras e destacando a suposta hipocrisia da esquerda. Lamentou a situação econômica do país, citando empresas fechando e brasileiros indo morar em Portugal.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este é o Brasil da injustiça. Acompanhamos neste Plenário mais uma injustiça contra o Sul do Brasil. Mais uma vez as nossas montadoras foram prejudicadas. O Rio Grande do Sul precisa de apoio tanto quanto os demais Estados do Brasil, ainda mais porque vem de três enchentes, de três catástrofes. E agora mais esta ainda: 5 bilhões de reais somente para uma empresa. Eu sempre digo que não somos contra o Nordeste, mas estamos aqui como uma representação. É nossa obrigação defender o Sul e o Rio Grande do Sul.

Toda a discussão da reforma tributária é preparada para atender aos interesses do Governo Lula e da Esquerda brasileira. Tudo foi preparado para isso, com votação numa sexta-feira à tarde, tudo rapidinho, enquanto a grande maioria dos Deputados está em casa e nem sequer sabe o que está votando. Às vezes, nós que estamos aqui sentados não sabemos, porque tudo chega na última hora, tudo é feito na última hora, para que as coisas sejam aprovadas de acordo com alguns "iluminados", entre aspas. Infelizmente, podemos estar aprovando o maior monstro que este País já teve, em nome de uma reforma.

É bom reformar, mas por que não se fala em reforma administrativa? Há pessoas no meu Rio Grande do Sul ganhando 400 mil reais por mês, 500 mil reais por mês. Nós votamos o teto dos salários, para que ninguém ganhasse mais do que os Ministros do Supremo, mas todos os penduricalhos são aprovados aqui. Eu lembro que, quando era Deputado Estadual, nós aprovamos



os subsídios do Judiciário, para tirar todos os penduricalhos, que agora foram incorporados aos salários, como se fossem esses servidores cidadãos de outra classe. Infelizmente, este Parlamento deixa muito a desejar para a sociedade.

Esta semana, nós fomos vilipendiados nas redes sociais porque o Senado Federal aprovou algo inusitado: a indicação do Ministro que mentiu, que negou informações, que fez chacota. Disse, na sabatina, que era hétero e católico e, em seguida, disse que ia mudar de roupa, mas que era muito difícil tirar a roupa da vingança. Disse que não era comunista, mas, em todo o tempo da sua vida, sempre foi comunista, seguidor de Lenin, que matou mais de 200 mil pessoas. O sistema comunista no mundo matou milhões de pessoas. Hoje é o exemplo que ele segue. Aliás, a ex-Deputada Manuela não mora na Venezuela. Ela foi morar em Nova York. Os comunistas gostam de morar em Dubai e fazer comunismo no Hamas, contra Israel. Toda Esquerda sempre tem o mesmo discurso: *"Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço"*.

Esse é o discurso, essa é ação, porque as promessas de picanha, de emprego, de melhora na renda, é tudo balela, é tudo falácia. Na verdade, quando eles chegam ao Poder, o que eles fazem? Eles ficam bem, podem viajar, podem ficar nos melhores hotéis, e o povo que se lasque, porque essa é a ação diária desse pessoal.

Agora, estão dizendo que os resultados econômicos estão sendo os melhores do mundo, mas isso não é o que está nas ruas. O que está nas ruas é País parado. As empresas estão fechando, Deputado Marcel van Hattem. Empresários sem nenhum incentivo estão querendo fechar seus negócios. Só não vendem porque não tem para quem vender, porque ninguém quer comprar nada neste País. Aliás, Portugal está recebendo todos os dias aviões e aviões de brasileiros que estão indo morar em Portugal. Se se fizer uma pesquisa no Brasil hoje, a metade deste País gostaria de sair daqui e morar em outro país, primeiro pela insegurança, porque a Esquerda incentiva os bandidos. *"Os bandidos são coitadinhos. Pobres deles! Não podem ficar na cadeia, têm que ter dignidade. O problema são os policiais truculentos"*.

Aliás, esses dias, em Santa Maria, três irmãos foram assaltados. Um deles foi baleado, outro foi esfaqueado e outro conseguiu bater nos assaltantes. Pois, pasmem! O que estava com um irmão esfaqueado e o outro baleado foi preso, está sendo julgado e pode ser condenado, porque bateu de forma desproporcional no bandido.

Essa é a justiça que se instalou no Brasil com esse Governo que adora bandido, que adora visitar aqueles que formam o crime organizado onde sequer se poderia entrar se não fosse com um aparato de segurança. Infelizmente, esse é o Brasil que está se apresentando no desgoverno Lula. Aliás, são 39 Ministérios. E 1.337 pessoas foram a Dubai para mentir, para mentir que os índios são mal cuidados no Brasil. Eles são os maiores latifundiários do Brasil. Ainda bem que nós derrubamos aqui o veto do marco temporal. Nós conseguimos derrubar também o veto da questão da desoneração. Nós tivemos

algumas vitórias neste Plenário, mas eu quero que a população brasileira saiba...

Acompanhe o voto do seu Deputado, porque, depois, você vai poder cobrar!

Nós estamos na direita liberal e somos bolsonaristas com muito orgulho, apesar da perseguição diária que nós sofremos. Mas nós vamos continuar a luta, porque somos corajosos e sabemos...

*(Desligamento do microfone.)*

---

Documento 64/73

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-20:08
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado expressou preocupações com a reforma tributária após seu primeiro turno de votação. Compartilhou uma conversa com um influente industrial gaúcho, indicando que, apesar de beneficiar o setor industrial, a reforma não seria benéfica para o Brasil como um todo. Criticou a não simplificação prometida, alegando que a transição prejudicaria as empresas. Além disso, abordou as promessas não cumpridas de que a reforma não aumentaria impostos e beneficiaria os entes federativos locais. Também denunciou desigualdades regionais e alertou sobre a possibilidade de aumento do ICMS no Rio Grande do Sul.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Depois da votação, em primeiro turno, da reforma tributária, eu me lembro de ter telefonado para um importante industrial gaúcho, um dos maiores industriais do nosso País, de uma família tradicional, que tem esse negócio há décadas. Deputado Cherini, eu perguntei: *"O que achou da reforma tributária? Ela está boa ou não?"* E ele disse: *"Não"*. Eu disse: *"Mas não é boa para o seu negócio, para a indústria? A indústria está defendendo a reforma"*. Ele disse: *"Pode até ser boa para o meu negócio, mas não é boa para o Brasil"*.

Para mim, aquilo foi um grande exemplo de um homem público. Apesar de ser, como empresário, muitas vezes demonizado como uma pessoa que só pensa no seu interesse ou no interesse da sua empresa, ele disse para mim o exato oposto: *"Essa reforma não é boa para o Brasil. Apesar de ser boa para a*

*minha indústria, porque, de fato, para o setor industrial, vai acabar simplificando bastante, para o resto do País, não é boa. Portanto, eu votaria contra se Deputado fosse".* Ele elogiou a minha postura por ter votado, lá atrás, no primeiro turno, contra a reforma.

É interessante dizer isso porque está se vendendo a ilusão de que, com essa reforma tributária, nós teremos um Brasil que vai andar melhor, com menos burocracia, com o manicômio tributário resolvido. Será assim numa partezinha só, infelizmente, porque, na sua origem, a reforma proposta era muito boa. No entanto, a promessa que foi feita não está se cumprindo nesta noite aqui no plenário.

A promessa de que cinco impostos se tornariam apenas um não é verdadeira. Agora, são quatro, mais a fase de transição, que vai prejudicar durante décadas — agora, nos primeiros anos, mas depois também, pela forma como está sendo introduzida — as empresas que precisam se dedicar a atender bem o seu consumidor final, por meio de um serviço, por meio de um produto, que precisa ter o carinho do trabalhador, do empreendedor, para ser bem confeccionado, para ser bem ofertado ao mercado. Em vez de cuidar do seu produto ou do seu serviço, em vez de cuidar da sua atividade-fim, os empreendedores terão que investir ainda mais tempo do que hoje investem para tratar da atividade-meio, que é saciar a voracidade estatal por meio da sua burocracia e por meio da carga tributária. Essa é a segunda promessa não cumprida. Repito: a primeira promessa era que a reforma iria simplificar, Deputado Prof. Paulo Fernando. A segunda promessa era que não aumentaria imposto.

Já mostrei e vou mostrar de novo este gráfico, que é utilizado para a suposta trava no aumento da carga tributária que foi proposta na PEC aprovada.

*(Exibe gráfico.)*

Os anos marcados em vermelho são os utilizados como parâmetro para calcular a média e, assim, constituir a trava do aumento da carga tributária. Porém, os anos mais recentes — o ano passado e o atual, 2023 — não são levados em consideração. Curiosamente, esses são os anos com menor carga, considerados IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Portanto, a segunda promessa não cumprida está aí: não teríamos elevação de carga e a reforma tributária seria neutra.

A terceira promessa era que teríamos mais Brasil e menos Brasília com a reforma tributária; que teríamos, com a reforma tributária, um sistema que privilegiasse os entes federativos mais locais, em particular os Municípios. Não é o que está sendo entregue à sociedade brasileira nesta noite.

Também neste mesmo aspecto da questão federativa, estamos vendo aqui desigualdades regionais sendo perpetuadas por meio de privilégios que

dividem a Casa do Povo, a Casa dos brasileiros entre aqueles que representam o Norte e o Nordeste e aqueles que representam eleitores do Sul e do Sudeste. Para que isso? Por que continuar com essa divisão tão ruim para o povo brasileiro?

Havia uma quarta promessa de que nós não veríamos impacto nos entes subnacionais no sentido de aumentarem a arrecadação. Pois bem, o Governador Eduardo Leite propôs aumento de imposto, assim como fizeram outros Governadores do Sul e do Sudeste, com base numa previsão da reforma tributária proposta e aprovada na Câmara e, depois, no Senado. Este ponto, felizmente, foi retirado pelo Relator. Aquela previsão de que a divisão do bolo tributário seria feita para os Estados de acordo com o ICMS arrecadado a partir do ano que vem e pelos próximos 4 anos seria balizadora. Essa determinação da PEC foi retirada pelo Relator.

Não obstante, a proposta está na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para ser aprovada e aumentar o ICMS modal de 17% para 19,5%. Espero que o Governador Eduardo Leite retire a proposta, volte atrás, agora que a justificativa acabou. Se o Governador não o fizer, esperamos que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul siga aquilo que nosso Deputado Estadual Felipe Camozzato, do NOVO, tem dito desde o início desta proposição: que a Assembleia deve rejeitá-la.

Portanto, repito: fico triste porque um tema tão importante como a reforma tributária acaba servindo para piorar, em muitos aspectos, o nosso sistema atual e dar ao PT e a Lula mais dinheiro do bolso dos brasileiros para se manterem no poder, para gastarem, para desperdiçarem, seja com as viagens do Lula e da Janja, seja com as emendas aqui utilizadas como moeda de troca com muitos Parlamentares que, lamentavelmente, não têm convicção, mas apenas preço. Lamento que a política esteja funcionando dessa maneira no Brasil.

Nós da Oposição fizemos o debate sério, levamos as nossas contribuições da forma como pudemos, reduzindo o máximo possível os danos. Ainda teremos o segundo turno da PEC e os destaques para reduzir e conter ainda mais danos que possam eventualmente ser causados por essa proposta.

Por isso, iremos até o fim, discutindo esse tema, votando os destaques e buscando, Deputado Giovani Cherini, que a vitória que a Oposição quer seja a maior possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

### ***Sumário***

O Deputado solicitou ao Partido Liberal (PL) que retirasse o Destaque nº 5 que estava sendo discutido. Ele explicou que o destaque em questão dizia respeito à transição dos entes federados no novo sistema tributário, e retirá-lo teria um impacto significativo em todos os Estados da Federação. O Deputado pediu responsabilidade e sensatez na tomada de decisão, destacando a importância desse ponto para a Reforma Tributária em debate.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Eu quero dar uma explicação, rapidamente, Presidente. Serei muito rápido.

Eu queria fazer um apelo ao PL para retirar este destaque. Pensem bem V.Exas., porque é importante. Este destaque significa retirar do texto, que nós já aprovamos, a transição dos entes federados. Isso significa dizer que, se nós retirarmos isso, amanhã todos os Estados estarão cobrando no destino e na origem. Isso vai impactar todos os Estados. Eu chamo todos ao senso de responsabilidade. Faço um apelo ao PL, até para ganharmos tempo.

Suprimindo o art. 131, por decorrência nós estaremos derrubando o art. 132.

Por esta razão, este, sim, é um destaque muito importante. Prejudica-se todos os Estados da Federação. Por isso, eu chamo a atenção de todos aqui, para que depois ninguém fique desavisado em relação a este tema.

Muito obrigado.

Documento 66/73

277.2023	Sessão Ordinária - CD	18/12/2023-17:24
Publ.: DCD - 12/19/2023	Airton Faleiro-PT -PA	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### ***Sumário***

O Deputado destacou os principais temas debatidos no Congresso Nacional ao longo do ano de 2023. Mencionou a aprovação da PEC da Transição, que possibilitou ao Governo do Presidente Lula destinar recursos para áreas como educação, saúde e obras públicas. Além disso, destacou a aprovação da reforma tributária como um avanço distributivo no sistema tributário. O

Parlamentar parabenizou os Ministros do Governo Lula pela condução das políticas públicas. Por fim, pediu aprofundamento no debate sobre o Novo Ensino Médio, expressando preocupação com a proposta em andamento.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO** (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Prof. Paulo Fernando, eu gostaria, inicialmente, de mencionar que chegamos à reta final de mais um ano legislativo. Nosso 2023 caminha para o fim.

Já estamos às vésperas do Natal e do Ano-Novo, mas ainda estamos trabalhando, com certeza, esta semana toda, para dar conta do recado e atender às demandas da sociedade brasileira, através das leis, dos programas e dos projetos que debatemos nesta Casa.

Eu gostaria de lembrar as grandes questões que permearam o Parlamento brasileiro e o Governo do Presidente Lula neste ano. Recordo-me de quando discutimos a tal da PEC da Transição, também chamada de PEC do Bolsa Família. A discussão foi dura, polêmica, mas a aprovamos e, assim, cumprimos com nosso dever. Com ela, nós criamos as condições básicas para o Governo do Presidente Lula destinar recursos para salvar a educação, que já estava em cordas bambas. Dali saiu recurso para investir nas obras do PAC. Dali saiu recurso para o maravilhoso Programa Farmácia Popular e para cuidar das obras relacionadas à saúde, à educação, às políticas e aos programas de interesse do povo brasileiro.

Lembro que, logo em seguida, veio o debate sobre a medida provisória que criava e recriava novos Ministérios, uma discussão também polêmica. Eu fui um dos que vim a esta tribuna para dizer que tinha sido um erro do Governo anterior acabar com Ministérios estratégicos, especialmente para a condução das políticas que visavam aos menos favorecidos deste País. Nós, então, aprovamos a criação e a recriação de 17 Ministérios.

Veio o debate da reforma tributária, que concluímos já nessa semana. Avançamos e aprovamos! Muitos duvidavam de que, no Governo do Presidente Lula e nesta gestão do Congresso Nacional, nós aprovaríamos a reforma tributária. Claro, temos ainda o desafio do detalhamento em diversas áreas. Aos poucos nós estamos fazendo isso.

Essa reforma tributária é distributiva, diferentemente do sistema tributário que vige hoje, e eu parabenizo o Ministro Haddad por isso. A partir dela, os que podem mais vão pagar mais; os que podem menos vão pagar menos. E nós vamos dar segurança para o crescimento do nosso País.

Temos agora a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e da Lei Orçamentária Anual — LOA, ou seja, a discussão e a aprovação do orçamento para continuarmos governando o Brasil.



Muita gente duvidava: *"Ah, mas no Congresso está muito equilibrado em correlação de forças! Existe uma correlação de forças complexa. Será que vai dar certo ou será que não vai dar certo?"* Eu acho que a responsabilidade com o nosso País está acima dos debates de correlação de forças.

Parabenizo os Ministros do Governo do Presidente Lula, sobretudo o Ministro Alexandre Padilha, que cumpre um papel de intermediação, de diálogo e conversação com o Congresso; o Ministro Rui Costa; e o Ministro Haddad, que já mencionei aqui. Se nós olharmos cada Pasta, cada Ministro e cada Ministra que está executando, criando programas e políticas públicas, cada um deles merece os nossos aplausos e o nosso respeito.

Eu concluo, Presidente, pedindo que nos aprofundemos no debate do tal do Novo Ensino Médio. Esse Novo Ensino Médio, na minha opinião, está fora do lugar. As pesquisas mostram que a maioria dos alunos, dos professores e dos técnicos condena o tal do Novo Ensino Médio.

Há agora uma proposta do novo Governo. E é bom que se diga que, se é um novo Governo e existe uma nova proposta, vamos respeitar quem se elegeu, para que possamos trabalhar com um ensino médio que seja compatível com a realidade brasileira.

Eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 67/73

277.2023	Sessão Ordinária - CD	18/12/2023-18:20
Publ.: DCD - 12/19/2023	Lídice da Mata-PSB -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

A Deputada destacou conquistas recentes na Bahia, como a realização da 14ª Feira Baiana de Agricultura Familiar e a entrega de urbanização em empreendimento do Minha Casa, Minha Vida. A Parlamentar anunciou a inauguração de uma Casa da Mulher Brasileira em Salvador, uma iniciativa dos Governos Federal, Estadual e Municipal no combate à violência contra a mulher. Ela também mencionou a vitória na aprovação da reforma tributária. Destacou avanços na educação, como a criação de cem novos institutos federais, e enfatizou o compromisso do Brasil com emprego, renda e educação,

buscando desenvolvimento equitativo em todas as regiões.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meios de comunicação da Casa que nos acompanham e levam informações sobre nós para todo o Brasil, eu quero ressaltar algumas importantes conquistas do povo baiano.

Na última semana, aconteceu a 14ª Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária, que reuniu milhares de pessoas, produtores na cidade de Salvador. A promoção foi da Secretaria de Desenvolvimento Regional e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Hoje de manhã, cedinho, como gosta o nosso Governador Jerônimo Rodrigues, participamos de algo que é fruto do seu trabalho e também do trabalho do Ministro Rui Costa. Eu me refiro à entrega da urbanização referente a um empreendimento do Minha Casa, Minha Vida localizado na Avenida Aliomar Baleeiro, na Fazenda Grande 4, conhecida em Salvador como Estrada Velha do Aeroporto.

Trata-se de um projeto que foi realizado no âmbito desse programa e que beneficia 312 famílias proprietárias dos imóveis que compõem o empreendimento. O que há de novo nisso é que as 312 unidades foram construídas num regime de construção sob autogestão, e o recurso chega através do Fundo de Desenvolvimento Social. Recebem apoio de toda a estrutura governamental, mas a iniciativa é da própria associação, da União Nacional por Moradia Popular.

Isso não seria possível se nós não tivéssemos no Governo o Presidente Lula, que abriu a possibilidade de o Minha Casa, Minha Vida ser realizado por contratos não apenas com empresas, mas também com entidades de caráter social.

Sr. Presidente, toda semana, eu chego aqui falando sobre realizações concretas, objetivas do Governo da Bahia e do Governo Federal. Amanhã a Ministra das Mulheres vai inaugurar mais uma Casa da Mulher Brasileira, na cidade de Salvador, uma iniciativa do Governo Federal, do Governo Estadual da Bahia e do Governo Municipal. Trata-se de entregas objetivas de combate à violência contra a mulher.

Não vou me referir às questões nacionais que todos estamos cansados de citar, como queda da inflação ao menor nível nos últimos 10 anos, aumento da empregabilidade. Ficam falando de desemprego, desemprego, desemprego. Não estão lendo as notícias objetivas! O desemprego é o menor desde 2015, e falo de emprego com carteira assinada, que é emprego com qualidade.

O que estamos vendo é que o Brasil está preocupado com o seu desenvolvimento. Está investindo em emprego, renda e educação. Aqui já se

falou, por exemplo, dos avanços que temos tido na área de educação.

Falar de mais cem novos institutos federais é falar de ensino tecnológico, de ensino técnico de melhor qualidade. Os institutos federais brasileiros são instituições que têm excelente nível de qualidade de ensino. Nunca houve ataques desse nível a essas instituições de ensino nacional.

Aqui, na semana passada, na última sexta-feira, tivemos uma enorme vitória, que foi tanto desta Casa, que iniciou o processo, quanto do Governo, que abraçou a proposta da reforma tributária. Houve inclusive um embate. Infelizmente, nós que somos do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste ouvimos aqui discursos inacreditáveis, discursos que discriminaram essas regiões.

Nós queremos um Brasil unido, um Brasil só, um Brasil em que todas as regiões possam ser industrializadas, possam oferecer emprego de qualidade e possam incluir a maioria da sua população, até porque muitas cidades e Estados cresceram porque contaram com as mãos, o suor e o sangue de pessoas nortistas e nordestinas, que foram para essas cidades e sustentaram o crescimento de suas economias.

Agora que já alcançamos essa grande vitória, com os benefícios dados à cadeia automotiva no Brasil, que vão se estender até 2028 para essas regiões, vamos poder garantir também um desenvolvimento seguro daqui para frente, com a nova reforma tributária. Não foi a reforma ideal, mas foi a possível. É assim que se trabalha nesta Casa.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil é um país de um Governo que trabalha, que oferece ao povo uma agenda de trabalho objetiva, com conquistas também objetivas. Deixamos de ter fins de semana de motocicletas e passamos a ter fins de semana de inauguração e de entregas para a população.

Muito obrigada.

---

Documento 68/73

277.2023 Publ.: DCD - 12/19/2023 -	Sessão Ordinária - CD Erika Kokay-PT -DF  BREVES COMUNICAÇÕES	18/12/2023-18:24  BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO
--	---	--

---

### ***Sumário***

A Deputada elogiou as realizações do Governo atual, destacando a redução do desemprego, a taxa de inflação dentro da meta e a aprovação da reforma tributária. Ela ressaltou o compromisso do Governo em fortalecer institutos

federais, citando avanços na educação. Criticou a postura da Oposição na tentativa de obstruir a reforma tributária.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu começo meu pronunciamento por onde a Deputada Lídice da Mata encerrou o dela. Nós deixamos de ter finais de semana de motocicletas, de atos contra a democracia, de questionamentos das instituições e passamos a ter finais de semana com realizações, porque temos um Governo que está fazendo várias entregas à população brasileira, um Governo que busca resgatar o Brasil, que foi tão machucado, tão ferido, um Brasil que foi retirado do povo brasileiro.

O índice de desemprego é o menor dos últimos anos. A taxa de inflação está dentro da meta. Vejam, a inflação está baixando no Brasil, a taxa de juros também está baixando no Brasil, e ainda é muito alta em função dessa lógica do Banco Central, que não respeita o resultado das urnas. Está voltando o Brasil e também o esperar, porque o povo brasileiro volta a ter esperança. Estão sendo fortalecidos os institutos federais, há perspectiva de termos mais institutos federais, mais unidades dos institutos federais. Houve o rompimento da asfixia que o Governo anterior, do hoje inelegível Jair Bolsonaro, impôs às universidades públicas para retirar delas a democratização, as verbas para a assistência estudantil, tentar asfixiar a universidade, porque a extrema direita e o fascismo se sentem ameaçados pela ciência. Foi um negacionismo estrutural aquele que nós vivenciamos, que negou a própria ciência, desconsiderou a ciência.

Aprovamos uma reforma tributária que vai representar redução de impostos para cerca de 90% da população brasileira. Haverá imposto seletivo no caso dos produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Reforma tributária tem que ser centrada nestes três "s": ela tem que ser saudável, tem que ser sustentável e tem que ser solidária. A reforma tributária estabeleceu devolução *in cash* de impostos pagos pela população de menor renda neste País. Houve a quitação, no caso do Minha Casa, Minha Vida, dos imóveis de quem está cadastrado no Cadastro Único. Estão quitados os imóveis. No Governo anterior, do hoje inelegível Jair Bolsonaro, foi feita a exclusão da baixa renda do Programa Minha Casa, Minha Vida. Agora a baixa renda voltou, a Faixa 1 voltou, e as pessoas que estão no Cadastro Único têm seus imóveis quitados no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Este é um Governo que tem um compromisso com as pessoas, tem um compromisso com a população, o de tirar o Brasil da fome, que foi devolvida pelo Governo anterior, que negava a ciência. O Governo da necropolítica ia deixando seus rastros e seu cheiro de morte em todos os cantos deste País. E não me refiro apenas àquelas mais de 700 mil mortes. É bom lembrar que quem parte é sempre amor de alguém. O Governo anterior tentou eliminar a educação, tentou eliminar as políticas de assistência e se curvou de forma absolutamente inadmissível, como um sabujo, ao capital financeiro.

Nós estamos tendo o Brasil de volta. Por isso, estamos aqui dizendo que o País, depois de décadas, vai ter uma reforma tributária que favorece a população, favorece, por exemplo, com isenção, a cesta básica para a população de baixa renda. E, aqui, o que fez a Oposição? Uma tentativa absolutamente irracional, contra o povo, de obstruir a discussão da reforma tributária. Alguns diziam: *"Aprendemos com quem era da Oposição e hoje é da base do Governo"*. E eu digo: *"Não, vocês não aprenderam conosco, porque nunca fizemos política contra o povo brasileiro"*. A Oposição tentou impedir a aprovação da reforma tributária. Nunca fizemos a mesma questão de ordem vestida com roupas diferentes, porque sempre respeitamos o Regimento. Nunca fizemos esse tipo de achaque ao Regimento Interno, inventando questões de ordem, sem qualquer tipo de fundamento, desrespeitando o pacto estabelecido por meio do Regimento. Vocês não aprenderam conosco. Não aprenderam, porque obstruir o progresso do País, obstruir a possibilidade de termos avanços com a eliminação da cumulatividade, obstruir tudo isso que representa a reforma tributária é coisa de quem acha que pode atacar sem qualquer tipo de fundamento o Governo que aí está, porque ele não foi a sua opção política. Isso é agir contra a soberania popular. Eu escutei aqui um Parlamentar dizer: *"Olha, se o PT está apoiando, se o Governo está apoiando, eu sou contra"*. Que forma de fazer política contra o povo brasileiro! Faz política para tentar impedir a governabilidade, e não em defesa do povo, mas eles foram derrotados.

---

Documento 69/73

---

277.2023 Publ.: DCD - 12/19/2023 -	Sessão Ordinária - CD Ana Paula Lima-PT -SC  BREVES COMUNICAÇÕES	18/12/2023-18:52  BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO
--	--	--

---

### ***Sumário***

A Deputada ressaltou a importância de cultivar o respeito às divergências e fomentar relações saudáveis no âmbito político. Realçou o papel crucial da escola como um espaço propício para a criatividade, o conhecimento e a liberdade de expressão. Elogiou as realizações do Governo do Presidente Lula, citando avanços econômicos e sociais, bem como programas como o Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos e Farmácia Popular. Destacou a aprovação da reforma tributária como um passo significativo para simplificar o sistema tributário e beneficiar a população. Concluiu defendendo o diálogo e instando à construção de uma agenda positiva para o Brasil.

---

**A SRA. ANA PAULA LIMA** (Bloco/PT - SC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, nós aprendemos educação não somente nos bancos escolares, mas também em casa. É muito importante dizer isso, porque parece que quem vai à escola não aprendeu nada, nem sequer a respeitar o adversário.

Nós precisamos fazer o debate de ideias. Isso é, sim, construir um país melhor, um mundo melhor, com menos ódio e mais amor. Nós somos seres humanos e precisamos conviver com as divergências. É isso que faz a diferença no tratamento entre as pessoas.

Esta Casa tem que desenvolver bons costumes, boas relações, bons debates, para que a sociedade entenda que a política é muito boa, que a política é a ciência das ciências, que a política muda a vida das pessoas.

Nós precisamos mudar a vida das pessoas para melhor. E é isso que tem feito o nosso Presidente Lula, independentemente da agremiação partidária. A fala, o diálogo, o respeito, a diversidade precisam desse contraditório. É isso que nos move. É isso que faz o crescimento do nosso País.

As eleições do ano passado passaram. Tivemos, de repente, divergências com os nossos familiares, amigos e vizinhos. Mas o tempo é outro, é de construção. Agora, no tempo do Natal, é o momento de se pacificar o nosso País para as boas coisas que estão acontecendo.

Nós podemos ter divergência, sim. Isso é salutar. Mas nós não podemos concordar com a agressão ao ser humano. Isso eu não aprendi na minha casa, muito menos na escola.

A escola é para educar, a escola é para revelar talentos, a escola é para dá oportunidade às crianças, adolescentes e jovens. A escola não pode ser punitiva, a escola tem que ser um espaço de criatividade, de conhecimento. E ela precisa ser libertária, sim. Nós não queremos uma escola em que o aluno não possa, inclusive, se manifestar.

Se há problemas nas escolas ou nas universidades, nós temos que ter a coragem, inclusive, de falar, de identificá-los, porque, senão, parece que tudo é igual à antigamente, quando queriam fechar as nossas universidades, Deputada Daiana, quando não havia recursos para as nossas universidades e institutos federais.

Antigamente, havia, sim, esses problemas. Agora nós vemos um Brasil diferente, onde todos podem opinar, onde os recursos são liberados conforme os planos de trabalho. Esse é o novo Brasil. Esse é o Brasil da felicidade; o Brasil cuja economia está crescendo bastante; o Brasil que aumentou o número de exportações; o Brasil que teve aumento do salário mínimo, o que não acontecia há 6 anos; o Brasil que dá condições para pobres e negros estudarem; o Brasil que tem o Minha Casa, Minha Vida, o Mais Médicos, o Farmácia Popular; o Brasil que vai ampliar os institutos federais. Esse é o Brasil do diálogo, não o Brasil do confronto, não o Brasil da arma. Esse é o Brasil que



acolhe as pessoas, o Brasil que protege as pessoas, o Brasil que cuida das pessoas. Esse é o Brasil do Governo do Presidente Lula. Essa é a diferença.

Tudo isso deve ter eco nesta Casa. Apesar das nossas divergências políticas, temos que construir uma pauta positiva para o nosso Brasil, como aconteceu na última sexta-feira, com a aprovação da reforma tributária, depois de 30 anos de debates. Eu fiquei 13 horas dentro deste plenário. Eu fui uma das últimas Deputadas a sair daqui, junto com outras colegas. Nós debatemos e aprovamos a reforma tributária. Isso foi um presente para o nosso País, que tinha um sistema tributário arcaico, burocratizado, complexo, que ninguém entendia. Nós pagávamos tributo em cima de tributo. Cinco impostos vão se resumir em dois.

Quem paga imposto no Brasil é o pobre. Agora nós também vamos tributar quem não pagava imposto. Por exemplo, Deputado Luiz Couto, quem tinha uma moto ou um carrinho velho pagava IPVA, mas quem tinha avião ou iate não pagava imposto. Agora, com a reforma tributária, isso vai acontecer. Agora nós vamos acabar com a guerra fiscal entre os Estados, que era sempre um problema. Empresas saíam do Rio Grande do Sul e iam para o Nordeste porque o incentivo dado pelo Governador as levava. Com isso, os trabalhadores dos Estados afetados ficavam desempregados. Agora vai haver igualdade para todo o mundo. Essa reforma vai zerar a tributação de alguns produtos da cesta básica, de medicamentos. Isso foi um exemplo que nós demos para o Brasil.

Depois de 30 anos de debates nesta Casa, nós aprovamos a reforma tributária. Senhores, podem ter certeza de que a reforma tributária vai melhorar muito a vida do brasileiro.

É isto que nós devemos fazer aqui: um debate de ideias, não um debate criticando ou ofendendo as pessoas. Isso não leva a nada. Temos que pontuar os problemas e tentar resolvê-los da melhor maneira possível. Isso é necessário para a construção de um país cada vez melhor.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

---

Documento 70/73

277.2023 Publ.: DCD - 12/19/2023 -	Sessão Ordinária - CD Weliton Prado-SOLIDARIEDADE -MG  BREVES COMUNICAÇÕES	18/12/2023-19:20  BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO
--	--	--

---

### ***Sumário***

O Deputado expressou sua satisfação por presidir a Comissão Especial sobre o

Combate ao Câncer na Câmara dos Deputados, destacando uma recente conquista na reforma tributária que assegurou tributação zerada sobre medicamentos para a doença e equipamentos de reabilitação. Parabenizou o Hospital de Amor de Barretos por seu papel na expansão de centros de reabilitação em todo o país. Ressaltou a importância de garantir mecanismos legais para evitar aumentos nos preços de medicamentos e equipamentos após a isenção de tributos, e enfatizou a necessidade de implementar efetivamente a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. Defendeu a criação de um fundo nacional para financiar ações de combate ao câncer e transformar o tratamento da doença em uma prioridade emergencial.

---

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Sem revisão do orador.) - Quero saudar a todos e a todas e dizer da minha imensa alegria de estar como Presidente da Comissão Especial sobre o Combate ao Câncer, da Câmara dos Deputados.

Essa semana nós tivemos uma importante vitória na reforma tributária ao garantirmos a tributação zerada sobre os medicamentos para o câncer, e não só sobre os remédios para o câncer, mas também sobre os equipamentos de reabilitação, garantindo acessibilidade ao paciente. Muitas vezes, esse paciente faz o tratamento contra o câncer e, depois do tratamento, precisa da reabilitação, seja física, seja auditiva, seja visual, mas são pouquíssimos os centros especializados que hoje a fazem em nosso País.

Queria parabenizar o Dr. Daniel Grossi, do Hospital de Amor de Barretos, que tem sido um grande pioneiro ao levar esse sentimento de amor para o Brasil inteiro, para que todas as regiões do País tenham a possibilidade de ter centros de reabilitação modernos, com equipamentos de última geração. Queremos, inclusive, instalar o primeiro Hospital de Amor em Minas Gerais com 100% das emendas de nossa autoria. E é muito importante que a reforma tributária garanta que esses equipamentos tenham zerada a tributação, porque o seu valor vai ser reduzido, assim como o dos medicamentos.

Essa semana a reforma deve ser sancionada, ainda na próxima quarta-feira, e nós temos que ficar de olho nisso. Temos que, em lei complementar, colocar mecanismos para garantir, na indústria farmacêutica, na indústria dos equipamentos e na indústria de medicamentos, essa redução.

E precisamos ficar atentos, vigilantes, para que os preços dos medicamentos e desses equipamentos sejam reduzidos, porque não adianta nada zerarmos aqui e depois eles serem aumentados do outro lado. Não podemos aceitar nem admitir isso. Então, é muito importante nós garantirmos mecanismos na lei complementar para que, de fato, haja redução do valor dos medicamentos e dos equipamentos para a acessibilidade — temos que ficar de olho nisso.

A incorporação de novas tecnologias e de novos medicamentos muitas vezes é centralizada, justamente por causa dos valores, que realmente são altos. Mas

esses são medicamentos que salvam vidas, e sabemos que a vida não tem preço. Se compararmos os pacientes que tratam no SUS, que são 75% da população, com os da rede privada, veremos que a expectativa de sobrevida dos pacientes que tratam na rede privada é maior do que os do SUS, que às vezes não tem incorporados os mesmos equipamentos ou os mesmos medicamentos.

Vou dar o exemplo dos homens: 3 milhões de homens convivem com o câncer de próstata em nosso País; a cada 38 minutos, um homem morre por conta do câncer de próstata; um diagnóstico desses é feito a cada 7 minutos; e não há cirurgia robótica no SUS — não há cirurgia robótica —, que é fundamental, muito importante, além de outras cirurgias.

Os cuidados paliativos são também muito importantes, e estamos vendo a sensibilidade do Ministério da Saúde em relação a isso. Mas temos que garantir o financiamento também para cuidados paliativos no SUS. Foi aprovada, inclusive, uma lei nesse sentido, que agora está no Senado, pois é fundamental o paciente receber o cuidado paliativo no momento em que ele mais precisa ser tratado, para diminuir a dor e o sofrimento dele e dos familiares. E é fundamental preparar os profissionais da área da saúde para que, no momento em que o paciente mais precisa, ele tenha aí esse suporte.

Então, eu queria dizer da minha alegria pela aprovação, na reforma tributária, da isenção de tributos sobre os medicamentos para o câncer e os equipamentos para a acessibilidade, é muito importante garantir isso na lei complementar.

Amanhã deve ser sancionada a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, a primeira política do País. Ela tem o ciclo completo, que vai da prevenção ao diagnóstico precoce, até o acompanhamento do paciente, que é fundamental. É todo o ciclo, toda a jornada do paciente, da cirurgia à radioterapia, à quimioterapia, com o acompanhamento psicológico, os cuidados paliativos, a reabilitação. É a primeira vez no País que nós vamos ter uma lei que define toda a jornada do paciente. Esperamos que seja sancionada pelo Presidente da República nesta semana, ela que foi fruto de muito trabalho da nossa Comissão Especial sobre o Combate ao Câncer no Brasil.

A luta, depois, é implementá-la, porque não adianta nada a lei ficar no papel e não virar realidade. Para isso é importante aprovar um fundo nacional, para financiar as ações de combate ao câncer, criando uma rubrica específica no Ministério da Saúde com recursos necessários para transformar o câncer em uma doença emergencial, como ele é — ele tem que ser tratado como uma doença emergencial.

Enfim, quero agradecer e parabenizar todas as Lideranças, todos os Deputados e Deputadas, todos os Senadores.

A reforma tributária não foi a dos sonhos, porque a carga tributária no nosso País é muito injusta. Cobra-se sobre o consumo das pessoas mais pobres, sobre

energia elétrica, Internet, água, combustíveis. Isso é muito injusto. Os ricos pagam menos impostos. Mas conseguimos a isenção dos medicamentos, e isso foi um grande avanço.

Muito obrigado.

---

Documento 71/73

---

279.2023	Sessão Ordinária - CD	19/12/2023-18:00
Publ.: DCD - 12/20/2023	Reginaldo Lopes-PT -MG	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado celebrou a promulgação da emenda constitucional da reforma tributária, destacando-a como histórica para o Brasil. Ressaltou os benefícios esperados, como crescimento econômico, aumento da renda per capita e criação de empregos. O Parlamentar expressou otimismo em relação ao impacto positivo da reforma no país.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero registrar, nesta Casa, que amanhã na sessão do Congresso Nacional nós vamos promulgar a emenda constitucional da reforma tributária, uma conquista do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do povo brasileiro, histórica, do Governo do Presidente Lula. Trata-se de uma reforma histórica, depois de 40 anos, a primeira no regime democrático, que vai gerar PIB, riqueza, no mínimo 20% de crescimento econômico nos próximos 10 anos, um aumento da renda *per capita* de 6 mil reais por ano para o povo brasileiro e 12 milhões de novos empregos em 10 anos, pelo ganho de eficiência, dinamismo e competitividade.

Fizemos a mais ousada reforma tributária para o setor produtivo da economia brasileira. Aumentamos a nota de classificação de risco do País; já temos os efeitos; criamos um ecossistema conectado com o mundo; e, com certeza, vamos atrair novos investimentos, internamente e externamente.

Obrigado, Presidente.

Vamos juntos! Com a reforma tributária, o Brasil cresce e todos ganham.

280.2023	Sessão Ordinária - CD	20/12/2023-19:32
Publ.: DCD - 12/21/2023	Carlos Jordy-PL -RJ	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

O Deputado mencionou o protesto feito por Parlamentares da Oposição ao Presidente Lula, que compareceu ao Plenário para a promulgação da PEC da Reforma Tributária. Destacou um incidente em que o Deputado Washington Quaquá, do PT, teria agredido um Parlamentar e usado um termo homofóbico. Defendeu a cassação do mandato de Quaquá no Conselho de Ética para preservar o decoro parlamentar. Expressou preocupação com a possibilidade de agressões se tornarem comuns na Câmara dos Deputados, ressaltando a importância do respeito mútuo, mesmo em debates acalorados.

**O SR. CARLOS JORDY** (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje nós vimos aqui a promulgação da PEC da Reforma Tributária, com a vinda do Presidente Lula. Era óbvio que seria um momento de muitos protestos da Oposição, de muitos protestos de todos que não somos pelegos do seu Governo.

Fizemos aqui um protesto, assim como foi feito durante o Governo Bolsonaro, quando a Esquerda, em peso, fez coro contra o Presidente Bolsonaro, inclusive o atacando e o chamando de "genocida". Todos aqui estávamos em coro, dizendo o que o Lula é e representando boa parte da população, que gostaria de dizer tudo isso que nós dissemos.

Nós ouvimos aqui muitos discursos, por parte de Lula e de alguns integrantes do seu Governo, sobre democracia. Abusam da palavra "democracia" de uma forma tão prostituída, que ela está totalmente esvaziada.

E o mais irônico de tudo é que, com tantos discursos sobre democracia, nós vimos aqui uma representação fiel de como eles enxergam a democracia, a democracia relativa de Lula. Nós vimos aqui neste plenário um Deputado do PT agredir um Deputado de oposição. Um Deputado que estava no seu direito e dever como Parlamentar, resguardado pelo art. 53 da Constituição, foi agredido com um tapa na cara. E esse Deputado, que é o Vice-Presidente Nacional do PT, ex-Prefeito de Maricá, o Deputado Washington Quaquá, não só o agrediu como também chamou outro Parlamentar de (*expressão retirada*

*por determinação da Presidência).*

E eu quero falar essa palavra aqui porque, se fosse um Deputado de direita tendo esse tipo de conduta, tanto agredindo um Deputado quanto usando um termo homofóbico, já estariam aqui fechando a Câmara dos Deputados, todos os jornais já estariam falando a respeito disso, acabaria o mundo, e até agora ninguém da Esquerda se manifestou. Eles, que dizem que defendem as minorias, até agora não falaram nada a respeito deste fato. Um representante da Esquerda agrediu um Deputado e ainda usou um termo homofóbico para falar de outro.

Nós queremos que haja punição no Conselho de Ética porque, por muito menos, Deputados já sofreram sanções nesta Casa. E o que nós esperamos não é uma mera sanção, como uma advertência ou uma suspensão, e sim expulsão. Esperamos que ele tenha o mandato extinto, que ele seja cassado, senão isso aqui vai virar um ringue. E, se for uma punição, que não seja a cassação, meu amigo, pois qualquer um aqui poderá agredir o outro.

Por isso pedimos aqui ao Presidente da Casa que mostre que nesta Casa há decoro e que dê uma lição pedagógica para todos nós, porque nós devemos ter respeito uns com os outros. No campo das ideias, devemos sim nos conflitar, mas sem agressão. Agressão entre Deputados, agressão na Câmara dos Deputados é sinônimo de cassação.

Obrigado.

---

Documento 73/73

---

280.2023	Sessão Ordinária - CD	20/12/2023-19:36
Publ.: DCD - 12/21/2023	Alice Portugal-PCdoB -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

A Deputada elogiou a aprovação da Reforma Tributária, um marco histórico após 40 anos de espera. Parabenizou a Câmara dos Deputados e o Senado pela conquista, ressaltando que a reforma abre perspectivas para a diminuição da carga tributária e promove justiça fiscal no Brasil. Ela repudiou atitudes de depreciação do adversário no Parlamento, afirmando que sempre buscou o debate construtivo. Agradeceu pela retirada da pauta do Novo Ensino Médio, esperando que isso garanta parâmetros pedagógicos avançados para atender às necessidades do ensino.

---



**A SRA. ALICE PORTUGAL** (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje vivemos um dia histórico. A reforma tributária, que se espera há 40 anos, nasce como um trampolim para possibilidades reais de diminuição da carga tributária no Brasil e de uma estratificação, que ainda não é a ideal, mas que abre perspectivas para o desenvolvimento e para a justiça fiscal em nosso País. E isso foi fruto de muitas mãos, muitos braços.

Quero parabenizar a Câmara dos Deputados e o Senado da República e dizer que o ato de hoje foi um grande ato, mas foi também um momento em que a fotografia foi além da reforma tributária, desse grande feito, para a atitude daqueles que acham que a depreciação do adversário é afirmação da sua opinião.

Eu jamais encarei o adversário depreciando-o. E o que se tentou aqui no dia de hoje quebrou o ritual, quebrou a forma de comportamento dentro do Parlamento brasileiro. Xingar o Presidente da República tira qualquer um do sério, e nós nunca fizemos isso. O ex-Presidente, que aqui desfilou diversas vezes, contou com a nossa ausência.

Por isso, é necessário repudiar, sim, a atitude que foi tomada hoje na tentativa de desequilibrar, talvez, de criar algum tipo de tumulto, mas o Presidente Lula manteve-se com sua serenidade, a serenidade dos justos.

Portanto, fica este registro. Eu acredito que, a partir da votação do Orçamento, vamos apontar para um futuro de desenvolvimento e cada vez mais democracia.

Eu gostaria, neste tempo que me resta, Sr. Presidente, de dizer que foi prudente e correto retirar da pauta de ontem a proposta de votação do Novo Ensino Médio. A comunidade educacional brasileira colocou-se de pé e não aceitou o conteúdo daquele relatório. Efetivamente, as organizações estudantis, a UNE, a UBES, os professores e todas as suas organizações, a partir da CNTE, do Fórum Nacional de Educação, levantaram essas opiniões. E, numa reunião mediada pelo Líder do Governo, o Ministro da Educação e o Relator concluíram por essa retirada.

Eu espero que essa atitude de retirar o projeto de pauta garanta parâmetros avançados, parâmetros pedagógicos de acordo com as necessidades do ensino médio brasileiro.

Agradeço a todos que compartilharam dessa luta.

Obrigada, Presidente.